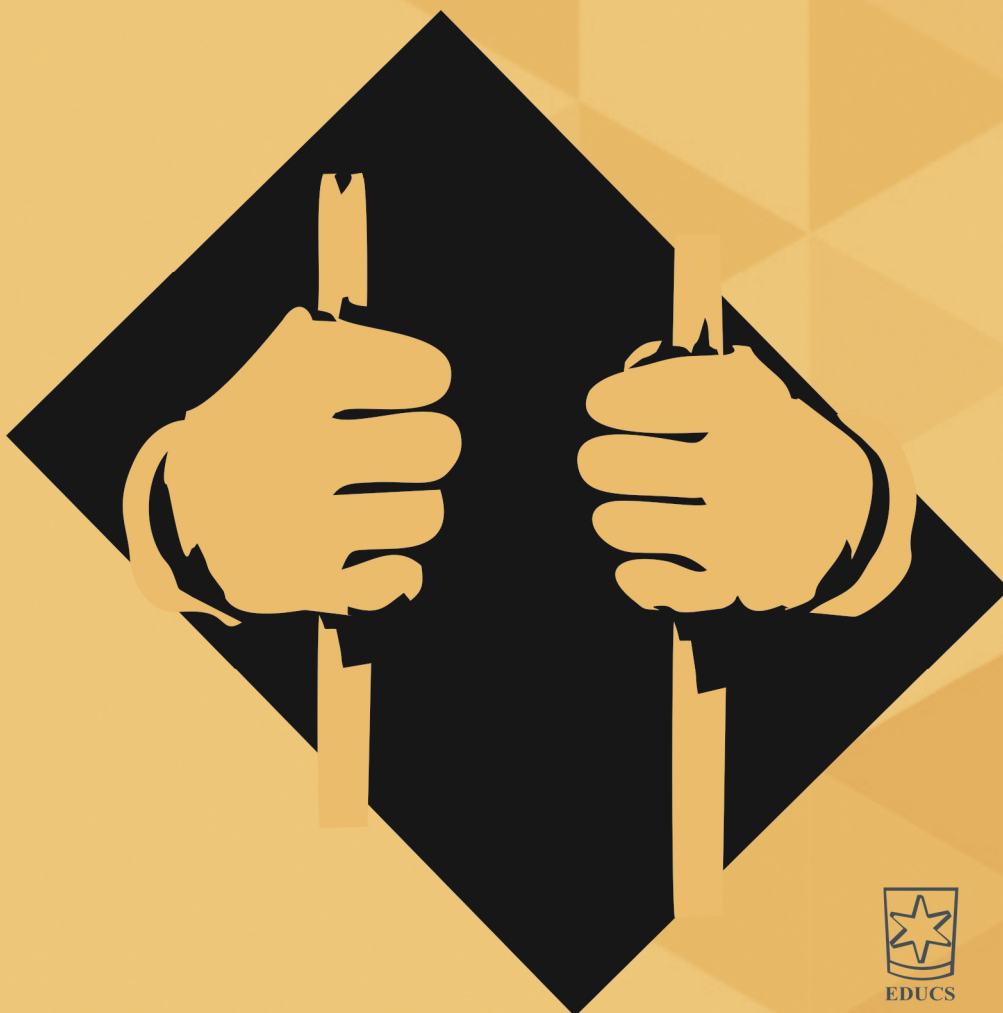


Rochelle Ruaro Ribeiro Lopes

# Exclusão e Estigma

uma análise do etiquetamento social expresso na vida  
dos sujeitos que passam pelo sistema carcerário



**Exclusão e estigma: uma análise do  
etiquetamento social expresso na vida dos  
sujeitos que passam pelo sistema  
carcerário**

Rochelle Ruaro Ribeiro Lopes  
Assistente social

## **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL**

*Presidente:*

José Quadros dos Santos

### **UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL**

*Reitor:*

Evaldo Antonio Kuiava

*Vice-Reitor:*

Odacir Deonísio Gracioli

*Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:*

Juliano Rodrigues Gimenez

*Pró-Reitora Acadêmica:*

Nilda Stecanela

*Diretor Administrativo-Financeiro:*

Candido Luis Teles da Roza

*Chefe de Gabinete:*

Gelson Leonardo Rech

*Coordenador da Educs:*

Renato Henrichs

### **CONSELHO EDITORIAL DA EDUCS**

Adir Ubaldino Rech (UCS)

Asdrubal Falavigna (UCS)

Jayme Paviani (UCS)

Luiz Carlos Bombassaro (UFRGS)

Nilda Stecanela (UCS)

Paulo César Nodari (UCS) – presidente

Tânia Maris de Azevedo (UCS)

**Exclusão e estigma: uma análise do etiquetamento  
social expresso na vida dos sujeitos que passam pelo  
sistema carcerário**

Rochelle Ruaro Ribeiro Lopes  
Assistente social



© da autora

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Universidade de Caxias do Sul  
UCS – BICE – Processamento Técnico

L864e Lopes, Rochelle Ruaro Ribeiro

Exclusão e estigma [recurso eletrônico]: uma análise do etiquetamento social expresso na vida dos sujeitos que passam pelo sistema carcerário / Rochelle Ruaro Ribeiro Lopes. – Caxias do Sul, RS: EducS, 2019.

Dados eletrônicos (1 arquivo).

Apresenta bibliografia.

Modo de acesso: World Wide Web.

ISBN 978-85-7061-957-0

1. Exclusão social – Prisioneiros e prisões. 2. Prisões. 3. Integração social.  
I. Título.

CDU 2. ed.: 364.624.4-058.57

#### Índice para o catálogo sistemático:

1. Exclusão social – Prisioneiros e prisões	364.624.4-058.57
2. Prisões	348.81
3. Integração social	316.4.063.3

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária  
Carolina Machado Quadros – CRB 10/2236

Direitos reservados à:



**EDUCS – Editora da Universidade de Caxias do Sul**

Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – Bairro Petrópolis – CEP 95070-560 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Ou: Caixa Postal 1352 – CEP 95020-972 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Telefone/Telefax: (54) 3218 2100 – Ramais: 2197 e 2281 – DDR (54) 3218 2197

Home Page: [www.ucs.br](http://www.ucs.br) – E-mail: [educs@ucs.br](mailto:educs@ucs.br)

*Dedico esta obra a todos os jovens que recebem o rótulo estigmatizante de eterno criminoso, e sentem na pele a perversa realidade da exclusão, que segrega e pune alguns cruelmente.*

*Em especial, com muito carinho, ao meu parceiro e amigo mais chegado que um irmão, Leandro o eterno “Tetê”, que mesmo depois de partir continuou me ensinando e inspirando as minhas reflexões. Foi um dos personagens principais na história da minha vida pra que eu enxergasse verdadeiramente a realidade vivenciada, por aqueles que recebem a marca social da marginalização.*

*A cultura moderna é um canteiro de jardim.  
Define-se como um projeto de vida ideal e  
um arranjo perfeito das condições humanas. [...]  
Se o projeto de um jardim define o que é erva daninha,  
há ervas daninhas em todo o jardim.  
E ervas daninhas devem ser exterminadas.  
Eliminá-las não é uma tarefa destrutiva, mas criativa.  
Que não difere em essência de outras atividades que  
se somam para a construção  
e manutenção de um perfeito jardim.  
Todas as visões de sociedade como um jardim  
definem parte da população como ervas daninhas,  
estas devem ser segregadas, contidas,  
impedidas de proliferar,  
removidas e mantidas fora dos limites da sociedade;  
mas se todos esses meios se revelarem insuficientes,  
elas devem ser mortas.*

**Zygmunt Bauman**

## RESUMO

Esta obra tem como temática a concepção da exclusão social relacionada com um processo de estigmatização vivenciado por determinada parcela da população na sociedade, e que constituem a população carcerária no país. Partindo do problema que indaga “como se dá a construção da estigmatização dos sujeitos que passam pelo sistema carcerário no Brasil”, o estudo objetivou analisar o processo do etiquetamento social e sua repercussão na vida social destes sujeitos que passam pelo sistema prisional. A construção foi orientada pelo método dialético-crítico, sendo que a análise pautou-se particularmente no diálogo com a perspectiva reacionista da teoria do Etiquetamento Social, utilizando-se como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica e documental. Com base nessa perspectiva, foi possível evidenciar a historicidade dos processos criminalizatórios de exclusão, bem como o desenvolvimento do estigma e sua relação com a punição e a vingança, que se perpetua mesmo após o egresso do sistema prisional. Levou a refletir sobre a função social e histórica dos processos de estigmatização e exclusão que se engendram no sistema prisional como uma forma de controle social, em prol da ordem e segurança coletiva. Permitiu identificar elementos de exclusão, disciplinarização, perda de identidade e tantos outros que fazem parte de uma articulação estrutural que vai tramando um intenso e complexo processo criminalizatório e segregacionista em um contexto que carrega vestígios de um passado escravocrata, e que se retroalimenta permanentemente na sociedade capitalista. Mesmo diante dessas práticas e ideologias sociais, conclui-se que não se deve deixar dominar por visões fatalistas, em contrário, é preciso resistir e construir coletivamente estratégias que possam constituir uma outra sociabilidade humana, alicerçada pela empatia, solidariedade, equidade e justiça social.

**Palavras-chave:** Sistema Prisional. Etiquetamento Social. Exclusão. Desvio. Punição. Estigma.



## Sumário

<b>Prefácio .....</b>	<b>9</b>
Dra. Heloísa Teles	
<b>1    Apresentação .....</b>	<b>11</b>
<b>2    Exclusão, rotulação e manutenção da ordem: a teoria do       etiquetamento social e o processo criminalizatório dos sujeitos       rumo ao encarceramento .....</b>	<b>15</b>
2.1 De quem estamos falando?.....	16
2.2 O etiquetamento social: no desvendamento do papel social do criminoso .....	22
2.3 Exclusão, desigualdade social e suas expressões na sociedade contemporânea: buscando elementos do âmago da conduta desviante ..	28
2.4 Criminalidade e seletividade do sistema penal: vamos definir quem é mesmo o bandido... ..	42
<b>3    A saga da criminalização continua: a realidade punitiva, as       instituições prisionais e a liberdade frente ao eterno rótulo de       criminoso .....</b>	<b>51</b>
3.1 Vigiar e punir: historicizando as formas de punição, os corpos dóceis e a disciplinarização .....	53
3.2 <i>Ordem e progresso</i> : demonização e genocídio, tudo em nome da segurança e disciplina, amém! .....	63
3.3 Linhas gerais sobre a população carcerária no Brasil .....	70
3.4 Analisando o processo criminalizatório do estigma e pensando sobre as (im)possibilidades de reinserção social dos egressos do sistema prisional frente ao eterno rótulo de criminoso .....	87
<b>4    Considerações finais .....</b>	<b>99</b>
<b>Referências .....</b>	<b>104</b>

## Prefácio

---

Foi com enorme prazer e orgulho que recebi o convite para fazer o prefácio desta obra de autoria de Rochelle Ruaro Ribeiro Lopes. A autora, jovem assistente social, apresenta uma contribuição profunda e qualificada para a profusão de conhecimentos sobre o encarceramento e o estigma que perpassa a população mais vulnerável de nossa sociedade. A habilidade com a qual a autora problematiza os diferentes conceitos e a mediação com a realidade social não se apresenta como surpresa, pois acompanhando seu percurso formativo, iniciado na graduação, apreendi a capacidade crítica e inventiva com que interpreta a realidade social e produz conhecimento.

Fiel à opção pela teoria social crítica, o texto estabelece diálogo com outras tendências, sem abrir mão da condução metodológica conferida pelas categorias do materialismo histórico-dialético. Nesse campo, a autora transita pela teoria do Etiquetamento Social em diálogo com as bases inscritas no Projeto Ético-Político do Serviço Social, ao estabelecer conexões que colocam em evidência as contradições engendradas no seio do modo de produção capitalista e as possibilidades que se alinham ao combate às desigualdades e injustiças sociais.

Com eloquência e profundidade, Rochelle vai construindo uma narrativa que permite desvendar o processo criminalizatório, a exclusão e o estigma como expressões da questão social materializadas, principalmente, através da realidade punitiva e seletiva, que impacta de forma contundente sobre as classes sociais mais vulneráveis. A busca pelos fundamentos históricos do encarceramento permite apreender a relação intrínseca estabelecida entre a função social e histórica delegada aos sujeitos excluídos, o desenvolvimento do estigma e sua relação com a punição e a vingança e o controle social exercido, principalmente pelo Estado, em prol da ordem e segurança coletiva. O trabalho convida o leitor a refletir sobre a contradição existente entre os pressupostos contidos nas diferentes legislações que regulamentam o encarceramento e a realidade restritiva, punitiva e quase desumana na qual a população carcerária vive. Além disso, provoca a reflexão sobre a seletividade penal, ponderando sobre quem é realmente reconhecido

como criminoso na sociedade em que vivemos. Tomando a responsabilidade do Estado como agente regulador das relações sociais, torna-se imprescindível aprofundar os estudos que versem sobre a capacidade pública de viabilizar proteção social aos integrantes da sociedade. Decorre da capacidade protetiva pública o estabelecimento de consensos sobre as formas justas de punição para aqueles que não se enquadram nos padrões social e legalmente definidos e a viabilidade societária para tratarmos das questões que intencionam efetivar a reinserção social.

Destarte, pode-se afirmar que a contribuição do livro é imensurável para aqueles que trabalham e pesquisam sobre a temática. A aspereza de trabalhar com tal tema é tratada por Rochelle de maneira sensível e crítica, de modo a explicitar os inúmeros desafios que perpassam o cotidiano daqueles que são historicamente estigmatizados pela sociedade, mas não deixa de demarcar as possibilidades que tangenciam.

O texto reafirma a premissa que nega o fatalismo e reconhece o protagonismo dos assistentes sociais e demais trabalhadores e cidadãos em assumir a responsabilidade e coparticipação na construção de estratégias de transformação, que sejam baseadas na empatia e na coletividade. Somente pela via do coletivo será possível a superação da lógica individualista e excludente, que marca a sociedade contemporânea e potencializa o estigma e a exclusão de alguns segmentos específicos.

A partir da publicação do livro *Exclusão e estigma: uma análise do etiquetamento social expresso na vida dos sujeitos que passam pelo sistema carcerário*, ganha a produção de conhecimento e ganham os profissionais da área social que atuam pautados pelo compromisso com a democracia, justiça social e emancipação.

Caxias do Sul, primavera de 2018

**Heloísa Teles**  
**Doutora em Serviço Social**

## 1 Apresentação

A presente obra, expressa o fruto de inquietação e diligência que estimularam uma dedicação crescente da autora, profissional em Serviço Social, no desvendamento da perversidade social, tão evidente na materialização das expressões da questão social e na realidade punitiva e seletiva, que impactam de forma feroz, claramente, algumas classes sociais mais vulneráveis. Entende-se que é essencial refletir criticamente sobre as relações na sociedade, principalmente como elas se constituem, para que possibilidades de intervenção realmente efetivas sejam encontradas. Em vista disso, importa evidenciar que o tema de estudo proposto versa sobre a concepção da exclusão social relacionada ao estigma vivenciado por determinada parcela da população. Tem-se como enfoque a rotulação dos sujeitos que passam pelo sistema prisional no Brasil e carregam consigo a etiqueta social de criminoso, e que os acompanha por longo trajeto de vida, evidentemente manifesto na reinserção social destes sujeitos após o seu egresso.

Tendo como objetivo geral analisar o processo do etiquetamento social, expresso na vida dos sujeitos que passam pelo sistema carcerário, busca-se, especificamente, na historicidade dos processos criminalizatórios da exclusão social, o desenvolvimento do estigma e sua relação com a punição e a vingança, identificando, nesse contexto, quem são os sujeitos-alvo desse etiquetamento. Ainda, reflete-se sobre a papel social e histórico delegado a estes sujeitos excluídos e estigmatizados, como uma forma de controle social, em prol da ordem e segurança coletiva.

Nessa perspectiva, as questões norteadoras buscam, de forma geral, compreender: o que é o desvio de comportamento na sociedade; como se define quem é o desviante/criminoso; o que é o etiquetamento social; e qual a sua função na sociedade. Diante disso, busca-se evidenciar: quem é a população carcerária no Brasil; como se dá o processo até o encarceramento, mediante a rotulação de criminoso, além de identificar o objetivo real do rótulo de criminoso, na reinserção social dos egressos do sistema prisional.

Essa temática originou-se a partir de reflexões e indagações da autora que foram instigadas, principalmente, durante período de estágio. Observou-se a realidade dos sujeitos que passam pelas instituições de privação de liberdade e o quanto ainda perpassa e permanece na sociedade uma visão criminalizatória e punitiva desses sujeitos. Observou-se também que eles carregam um estigma, como um rótulo intrínseco, que define quem são, limitando o acesso e as oportunidades à reinserção social, tanto evidenciada nas legislações penais. Além disso, concluiu-se que, em geral, existe um perfil específico de pessoas que adentram nas instituições penais, o que motivou a busca de informações que pudessem contribuir para desvendar essa característica social de perfilamento da conduta criminalizatória.

Em vista disso, buscaram-se algumas referências que tratassem do assunto e demonstrassem essa realidade, analisando, em um contexto histórico e cultural, as causas e finalidade dessa rotulação e sua representatividade na sociedade capitalista contemporânea. Ainda, considerou-se, como base de estudo, a teoria do etiquetamento social, que analisa a categoria do desviante/delinquente, mediante a reação e construção social, procurando identificar o processo de formação do criminoso e do etiquetamento.

Para pautar as análises e os estudos produzidos, utilizou-se o método *dialético-crítico*, tendo como vertente teórica a teoria social crítica.

Sobre o método, para Konder (1998) a dialética significa um modo de pensar a realidade, um modo de compreensão da realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação, refletindo na aparência a essência, no abstrato o concreto e sobre a concepção de homem e sociedade. Nesse sentido, a crítica, para Marx (*apud* NETTO, 1987), é uma crítica do conhecimento acumulado, e consiste em trazer ao exame racional, tornando conscientes os seus fundamentos, condicionamentos e limites, ao mesmo tempo em que se avalia este conhecimento a partir de processos históricos reais.

Posto isto, esclarece-se que, para dar conta do objetivo proposto para este estudo, o trabalho dialoga com diferentes conceitos e áreas, no intuito de dimensionar a compreensão da complexidade do assunto, mesmo que alguns tópicos tenham caráter introdutório. Todavia, destaca-se a relevância dos

referenciais utilizados enquanto subsídios para decifrar a realidade que perpassa a temática pesquisada, principalmente pela escassez de referências na área do Serviço Social, conforme levantamento prévio realizado pela autora.

Sendo assim, a partir desta introdução, seguindo pelo segundo capítulo intitulado: *Exclusão, rotulação e manutenção da ordem: a teoria do etiquetamento social e o processo criminalizatório dos sujeitos rumo ao encarceramento*, apresentam-se alguns elementos que demonstram a criminalidade e o desvio como produtos sociais, em articulação com a teoria do etiquetamento social e da reflexão sobre algumas expressões da desigualdade e exclusão, inseridas no modo de produção capitalista. O capítulo pretende evidenciar o processo que os sujeitos denominados “criminosos/bandidos” percorrem até chegar ao sistema prisional. Fazendo relação com a teoria do etiquetamento social, reflete-se a seletividade penal, ponderando sobre quem é realmente reconhecido como criminoso nesta sociedade em que vivemos. Seguindo o estudo, o capítulo três, denominado: *A saga da criminalização continua: a realidade punitiva, as instituições prisionais e a liberdade frente ao eterno rótulo de criminoso* –, retomando de forma breve o processo histórico da punição, sua evolução e métodos utilizados no decorrer das décadas. Faz-se uma articulação da continuidade da lógica punitiva com as formas de genocídio e demonização que perpassam a história em prol de “um bem maior” e da segurança da sociedade.

Diante disto, para compreender quem são os sujeitos que constituem a população carcerária no Brasil, a partir de dados de pesquisa, pode-se observar características específicas de um certo perfil carcerário apresentado no subitem sobre a população carcerária no Brasil, que reafirma a seletividade penal apresentada no capítulo anterior. Na sequência, busca-se ainda compreender a realidade punitiva e perversa que permeia as instituições prisionais e se estende, enquanto rótulo estigmatizante de criminoso, para os sujeitos egressos, afetando diretamente as possibilidades de reinserção social.

Isto posto, entende-se que a análise apresentada possibilita a apreensão de conhecimentos que ampliam o arcabouço teórico, podendo auxiliar também como subsídio para o trabalho em Serviço Social e em outras áreas

que atuam diretamente com a população prisional. Sendo assim, convida-se o leitor, a partir deste momento, a perscrutar esta complexa questão, explorando os conceitos apresentados nos capítulos e indagando-se sobre o que realmente representa a criminalidade na sociedade em que vivemos.

## **2 Exclusão, rotulação e manutenção da ordem: a teoria do etiquetamento social e o processo criminalizatório dos sujeitos rumo ao encarceramento**

Em análise ao discurso reproduzido pelo senso comum, pela mídia de massas e pelas estatísticas de pesquisas realizadas sobre a população carcerária no Brasil, percebe-se que há (falando de forma genérica) certo perfil específico que representa o “criminoso”, uma idiossincrasia de um padrão social. Esta lógica representativa peculiar acontece também em relação aos crimes que estão sujeitos à pena privativa de liberdade. Mesmo a legislação penal definindo diversos atos como crimes passíveis de privação de liberdade, a grande massa carcerária no Brasil, conforme mostram os dados do relatório do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), realizado em 2014, é formada principalmente por sujeitos julgados por tráfico, roubo e furto, representando cerca de 70% da população total carcerária do País.

Nesse sentido, este capítulo pretende apresentar uma fundamentação teórica que sustenta a teoria de que uma parcela da população é rotulada como criminosa, de acordo com uma reação social, corroborando uma forma de controle social como meio de manutenção da ordem. Busca elementos da teoria reacionista do etiquetamento social, que auxiliem no desvendamento da identificação social de quem são na realidade estes indivíduos rotulados.

No seguimento, analisam-se algumas formas de exclusão na sociedade frente à desigualdade social, no intuito de identificar fatores que influenciam a conduta desviante, vista nesta perspectiva, também como um produto desta sociedade capitalista pautada por valores neoliberais.

Por fim, procura-se problematizar, acerca destes sujeitos “criminosos”, qual o papel que representam na sociedade, relacionado este objetivo com outros elementos, para ratificar a seletividade do sistema penitenciário brasileiro.



## 2.1 De quem estamos falando?

O medo, o crime e a violência são fenômenos que atingem a sociedade profundamente e de certa forma se tornam determinantes nas relações sociais e nos modos de vida. A segurança pública vem sendo um dos grandes desafios do Brasil ao longo da história e suscita a construção de propostas consistentes que visem ao bem comum, devendo ser pensadas de forma que considere os processos sociais engendrados no País e apresente alternativas responsáveis para dirimir a atual situação de insegurança e violência.

Sobre a situação contemporânea do Brasil, Soares sinaliza que

o ambiente de temor e incerteza, a intensidade dos conflitos, o corte nos investimentos e no custeio das instituições policiais, a suspensão de políticas públicas, o desemprego crescente e a brusca inversão de expectativas [...] contribuem para que se alastrem a violência e a criminalidade. (SOARES, 2016, p. 13).

Nas últimas décadas, empresas de vigilância e segurança privada têm vivenciado um período de crescente expansão, em detrimento do aparato estatal. Para alguns autores, como Bayley (2001) e Shearing (2001), este fator demonstra uma forma de delegação de responsabilidades, na qual o Estado compartilha com a sociedade e com o mercado a tarefa de dar conta da questão da segurança pública.

Essa transferência de responsabilidades teria, segundo os autores, um significado político-ideológico, considerando a produção de uma rede particularizada e fragmentada, dando à sociedade o poder de coerção. Diante disso, a população sentir-se-ia coparticipante da segurança pública e encarregada de manter a sua própria segurança e a da sua família, etc. procurando dessa maneira, meios disponíveis de prevenção e proteção contra criminosos. Mecanismos de vigilância, alarmes, câmeras, cercas, grades e muros tornaram-se indispensáveis nas residências. Buscam-se cada vez mais elementos que tragam a sensação de segurança, incentivados pelo caldo individualista que permeia as reflexões atuais sobre a realidade social. É pertinente considerar a influência do mercado e do capitalismo neste

processo de ascensão da indústria de segurança privada, que contribui diretamente para o controle social<sup>1</sup> e econômico da nação.

Por conseguinte,

esses sentimentos são responsáveis por reabastecer o fôlego do modo de produção capitalista em sua incessante criação de instrumentos de vigilância, pelos quais os sujeitos abdicam cada vez mais de sua “imaginária liberdade” em nome de uma “imaginária segurança”. Reabastecem o capital em suas inúmeras indústrias bélicas, educacionais, imobiliárias, e tecnológicas, utilizadas como instrumentos criadores de mais necessidades e, consequentemente, de mais mercadorias “essenciais”. (ALVES; MOLJO, 2015, p. 272).

Ainda neste contexto, um elemento muitas vezes escuso, mas essencial na discussão, é a *contrarreforma*<sup>2</sup> do Estado, que significa uma desresponsabilização do Estado em relação às políticas sociais e em detrimento da lógica privatista, concebendo maior importância ao papel dos mecanismos de mercado e do setor privado. Dentre as premissas adotadas, destaca-se a *flexibilização* da produção e das relações de trabalho, a *desregulamentação* das relações comerciais e financeiras e a *privatização* do patrimônio estatal. (BEHRING, 2008).

A nova lógica assumida pelo capital, orientada pelas diretrizes neoliberais, generaliza padrões de desproteção social em consonância com uma reestruturação produtiva voltada para o mercado. (BEHRING, 2008). Intensifica-se a flexibilização e precarização do mundo do trabalho, que abalam as condições de vida dos trabalhadores e desencadeiam mudanças consideráveis nas formas de organização política. De acordo com a autora, esses processos ainda apontam para a obstaculização da constituição de uma

---

<sup>1</sup> O *controle social*, a que se refere esta monografia, não diz respeito aos mecanismos de participação da sociedade no controle e na avaliação das políticas públicas. Refere-se aqui a um controle social, como um conjunto de formas externas de intervenção no comportamento do sujeito desviante e, principalmente, sobre um processo de construção de uma consciência guiada pelas regras e normas de uma sociedade. Essas formas de controle exercem uma força sobre a individualidade, de forma que quase sempre delimitam-se as ações, de acordo com o que aprende-se ser certo ou errado. Por meio de recursos materiais e simbólicos, aqueles que governam sobre o grupo controlado influenciam o modo de pensar, de ser; os valores e as crenças dos indivíduos, com o objetivo de manter um determinado ordenamento social. (RODRIGUES, 2017).

<sup>2</sup> A *contrarreforma* encontra-se vinculada à implementação das diretrizes neoliberais no Brasil, a partir do final da década de 1980 e início dos anos 1990.

*“consciência de classe, minando a solidariedade de classe e enfraquecendo a resistência à reestruturação produtiva”.* (BEHRING, 2008, p. 37, grifos da autora).

A lógica que permeia é *“mais mercado livre e menos Estado social”*. Produz-se, então,

[...] a retirada do Estado como agente econômico, dissolução do coletivo e do público em nome da liberação econômica e do individualismo, corte dos benefícios sociais, degradação dos serviços públicos, desregulamentação do mercado de trabalho, desaparecimento de direitos históricos dos trabalhadores; estes são os componentes regressivos das posições neoliberais no campo social, que alguns se atrevem a propugnar como traços da pós-modernidade. (MONTES *apud* BEHRING, 2008, p. 58).

Estas relações implicam fortemente o desenvolvimento das políticas públicas, na democracia e no ambiente intelectual e moral da população. Por isso, entende-se que é uma *contrarreforma*, um retorno a uma antiga ordem social, um regresso, caminho contrário às conquistas, rumo ao desmonte dos direitos sociais, e a hegemonia do grande capital. (BEHRING, 2008).

Dessa forma, ainda

[...] buscaram constituir uma falsa consciência, a partir da difusão de uma visão de mundo conservadora da ordem existente, segundo a qual o mercado é a grande utopia. Tais estratégias têm sido bastante eficazes para garantir o consentimento de amplos segmentos e evitar uma radicalização da luta de classes. **Para as expressões mais radicalizadas de demandas e insatisfações, restam o isolamento político e a coerção violenta.** (BEHRING, 2008, p. 65, grifos nossos).

Além dos elementos advindos da contrarreforma, a conjuntura atual também é condicionada pelos valores do neoliberalismo, não somente na estruturação das políticas públicas como também nas relações sociais. Os valores, que se difundem nesse contexto de globalização neoliberal, são marcados por um processo de desumanização das pessoas e coisificação das relações. Ascende progressivamente um individualismo triunfante, que fragiliza os laços de solidariedade e coletividade.

O princípio de um mercado regulador, que rege a vida e define a formação da identidade das pessoas, vem desconstruindo a subjetividade individual dos sujeitos. A coação alienante que impulsiona o consumismo e a

incessante busca pelo sentimento de felicidade lembra, simbolicamente, a representatividade no *Mito de Fausto*.<sup>3</sup>

Diante dessa perspectiva e, ponderando sobre a incidência no âmbito das políticas públicas e ações do Estado, cabe pensar em elementos que auxiliem em uma reflexão crítica sobre os impactos de todo esse processo, na concepção social acerca da segurança pública.

Na atualidade, quando o assunto passa a ser debatido em uma esfera pública governamental, as principais pautas que fundamentam as discussões sobre a segurança pública na sociedade brasileira têm sido: a privatização das instituições prisionais; o aumento do policiamento militar e dos mecanismos tecnológicos de vigilância nas ruas, e a redução da maioridade penal e liberação do porte de arma. Soares (2016) afirma que a ausência de um debate profundo sobre as reais causas da criminalidade e da violência contemporânea dificulta a construção de alternativas eficazes, e de políticas públicas que tenham a dimensão de totalidade e historicidade acerca da criminalidade na sociedade brasileira. Essa situação dificulta a busca de resolução da situação em sua essência, ao invés de medidas superficiais e imediatistas diante da realidade.

Young (2002) afirma que o sentimento de insegurança vivenciado pela população se dá, também, devido ao aumento estatístico da criminalidade na sociedade pós-moderna,<sup>4</sup> indicando que este índice tende a crescer de forma

---

<sup>3</sup> *Mito de Fausto*: Fausto é um protagonista de um poema trágico de Johann Wolfgang von Goethe, que relata o drama humano de insatisfação e descontentamento frente ao destino do homem. Esta insatisfação e a vontade de saber e poder levam Fausto ao ápice de negociar sua alma com o diabo, para receber da vida o que até então não conseguia. O personagem empenhado em realizar seus desejos faz um pacto de rejuvenescimento em troca e abre mão da sua alma. (KONESKI, 1999).

<sup>4</sup> *Pós-modernidade*: A expressão *pós-modernismo* teve sua origem na Espanha, na década de 1930. Mas foi o filósofo francês Jean-François Lyotard, com a publicação de *A condição pós-moderna* (1979), que expandiu o uso do conceito. Logo no início do primeiro capítulo dessa obra, Lyotard usa a expressão *idade pós-moderna* para referir-se ao objeto de estudo em questão dizendo: “Nossa hipótese de trabalho é a de que o saber muda de estatuto ao mesmo tempo em que as sociedades entram na idade dita pós-moderna.” Já para Gilles Lipovetsky, o conceito é encarado como continuação do processo moderno e elevação exagerada de seus ideais; ele usa o termo *hipermodernidade* para se referir a esse processo, fazendo menção a uma exacerbação dos valores da modernidade, uma cultura do excesso determinada e marcada pelo efêmero, em que o sujeito em ritmo acelerado busca a satisfação dos seus próprios desejos. É uma sociedade do excesso e do vazio, que dão autonomia e produz novas formas de liberdade, causando novos problemas, novas angústias e novas expectativas. Gilles Lipovetsky chama a atenção para a fragmentação da sociedade e de seus costumes, o

contínua no tempo presente, principalmente por causa dos valores neoliberais, que têm se disseminado nas últimas décadas.

Young (2002) ressalta que esse aumento da criminalidade gera uma série de barreiras sociais, para combater e prevenir o crime, desenvolvendo-se desta maneira uma privatização dos espaços públicos e de lazer e o incentivo indiscriminado das fortificações externas de segurança, como as patrulhas particulares de vigilância e os condomínios residenciais fechados. O propósito destas medidas seria a constituição de um sistema de exclusão defensivo, que vai filtrando as pessoas, de acordo com alguns critérios impostos por quem se sente ameaçado. Importa ainda levar em consideração que o autor sinaliza que estas barreiras segregacionistas constituem uma forma de *organização social*, em que as questões econômicas são analisadas como parâmetros de julgamentos particulares, e a polícia assume um papel significativo, nesta forma de controle social.

Uma fronteira clara é criada entre o grupo nuclear e os de fora através de uma série de medidas: pelo planejamento urbano, a rede de estradas que divide cidades, o gradeamento de propriedades privadas, o bloqueio de áreas para evitar acesso fácil, mas acima de tudo pelo dinheiro: o custo do transporte público no centro, o custo dos bens nas lojas, o policiamento das áreas nucleares, seja dos shoppings suburbanos ou dos guetos, seja por polícia particular ou pública é voltado para a remoção de incertezas, para limpar as ruas de alcoólatras, doentes mentais ou simplesmente dos que se reúnem em grupos. É uma polícia atuarial, que o tempo todo calcula o que pode provavelmente causar desordem e mal-estar, mandando circular os inconvenientes em vez de prender criminosos. (YOUNG, 2002, p. 40).

Neste contexto, a sociedade também inscreve nas relações sociais novos mecanismos de proteção em prol da sua segurança, pautados numa lógica individualista. A infância que se desenvolvia com brincadeiras nas ruas do bairro, onde as crianças se reuniam no final da tarde, foi capturada pela

---

consumo, o hedonismo, o individualismo e a urgência de um novo paradigma social. Para Zigmund Bauman, a expressão *pós-modernidade* está relacionada ao que denomina “Modernidade Líquida”. A pós-modernidade existe como uma ideia ou forma de crítica na percepção dos intelectuais e nos meios de comunicação. Embora muitos autores usem variados conceitos para discorrer sobre o fenômeno, um fio une todos eles: a mudança de paradigma societário. O conceito de *pós-modernidade* faz parte do pensamento social, porque alerta para algumas mudanças sociais, culturais e estruturais, que estão acontecendo neste final de século XX. (CRUZ, 2011).

insegurança causada devido à violência urbana e substituída pelos dispositivos tecnológicos que enclausuram as crianças com seus “sedutores aparelhos de alienação” (televisão, videogames, *smartphones*, computadores, entre outros).

Este processo de “evolução” que a sociedade vem sofrendo tem produzido uma relação contraditória entre os sujeitos, pois, de um lado, potencializa a capacidade relacional dos seres humanos através do avanço tecnológico e aceleração da comunicação; contudo, de um outro lado, produz uma forma de aprisionamento, impactando na capacidade de se relacionar, manter vínculos e desenvolver habilidades de coletividade e frustração. O sociólogo Zygmunt Bauman examina esses e outros elementos, aprofundando uma exímia análise em suas obras sobre o que denomina como Teoria da Modernidade Líquida (2000).

Em atenção a essa análise e considerando o tema proposto para este estudo, importa destacar o fato de a população viver contornada pelo medo e pela insegurança; e isso, de acordo com Bauman (1999), aguça a figura ambígua e imprevisível do *estranho*. Os muros, alarmes e demais equipamentos supramencionados servem para manter os “estranhos afastados”, aqueles reconhecidos como *criminosos*.

Nesse cenário de insegurança, o medo ocupa lugar de destaque e torna-se uma das grandes preocupações contemporâneas, acentuada pelas novas tecnologias, que têm o papel indispensável na construção e disseminação dos discursos de racionalização do medo. (LEAL, 2005).

Nesse sentido, o medo racionalizado passa a ser um medo produzido pela cultura que, manipulado ou intencionalmente provocado, legitima novas e antigas práticas de controle. [...] o projeto moderno racionaliza o medo, definido pela filosofia clássica como a mais temível das paixões tristes, isto é, aquelas que diminuem a capacidade de criar, pensar e agir. Nesse processo de racionalização, as causas do medo que vinham, sobretudo, da natureza, se deslocam para o próprio homem como principal fonte de ameaça para a humanidade. (LEAL, 2005, p. 4).

Mas, afinal, quem são estes “estranhos”? Como classificamos um sujeito como ameaçador ou perigoso? E qual a melhor maneira de erradicar o medo e esta insegurança que permeia a sociedade?

Partindo destes questionamentos, busca-se, no decorrer dos próximos itens, refletir sobre alguns fundamentos teórico-críticos e históricos, que possam contribuir para desvendar a dimensão da criminalização que rotula sujeitos e as significações deste processo na sociedade.

## **2.2 O etiquetamento social: no desvendamento do papel social do criminoso**

No final da década de 1950 e início dos anos 1960, surgiram, nos Estados Unidos da América, os primeiros estudos sobre a Sociologia Criminal, constituindo uma mudança de princípios na Criminologia Clássica e dando origem à teoria da rotulação ou do etiquetamento social, intitulada *Labeling approach*. Essa corrente teórica ultrapassa a concepção da “criminologia tradicional voltada para explicação individual do crime a uma criminologia interacionista, que procura desenvolver paradigmas diversos daqueles até então concebidos”. (CORRAL, 2015, p.13).

Uma das vertentes em que se apoia esta teoria é o *interacionismo simbólico*. Esta relação decorre, de acordo com Corral (2015) citando Baratta (1999), do fato de que o

*interacionismo simbólico* tem por objetivo evidenciar que a natureza humana não pode ser considerada em sua plenitude por dados estanques objetivos ou estruturas imutáveis. A identidade pessoal de um indivíduo é resultado de um *processo de interação* dinâmico, assim como a sociedade é uma realidade social e é construída a partir da interação dos indivíduos entre si, que conjuntamente tipificam um significado a cada situação, repassando-se por meio da linguagem. Não há como analisar o comportamento do homem, sem levar em consideração sua interação social e não é possível ignorar, quando da análise das instituições sociais, os processos de interação entre seus membros. (BARATTA, 1999 *apud* CORRAL, 2015, p. 14).

Nessa concepção, depreende-se que é, a partir da interação social, que os indivíduos constituem seus comportamentos e suas relações e, diante dessa alegação, refutam-se os argumentos deterministas que buscam na natureza humana, em falhas de caráter e transtornos de ordem psicológica ou mental, as explicações para os comportamentos criminosos e desviantes. (ANDRADE, 1997).

Em concordância a essa ideia, Almeida (2001) evidencia que a própria sociedade é produto da interação do comportamento de seus membros, que se estabelece numa rede contínua e inseparável de inter-relacionamentos.

Segundo o interacionismo, estudar a realidade necessita compreender a totalidade histórica e processual que a envolve. No pensamento dialético-crítico a totalidade, e a apreensão de diversos fatores também é essencial para entender uma dada realidade. Posto isso, cabe sinalizar que, apesar da teoria do etiquetamento social envolver diversas escolas do pensamento criminológico, entende-se que

[...] todas partem de um ponto comum, de que os seres humanos constroem suas realidades num processo de interação com outros seres humanos. O comportamento do homem é assim inseparável da *interação social* e sua interpretação não pode prescindir desta mediação *simbólica*. (ANDRADE, 1997, p. 204 *apud* BISSOLI, 1997, p. 39).

Sendo assim, conforme Castro (1983), o etiquetamento se dá devido a uma reação social, que criminaliza e perpetua o papel delitivo mediante a imposição de um rótulo e a amplificação do desvio. Nessa lógica, o criminoso deixa de ser um “delinquente” e passa a ser produto de uma construção social.

Para Becker (1961), todo grupo social constrói e impõe regras sociais que definem situações e tipos de comportamento a elas apropriados e classificam, assim, quais ações seriam “certas” e quais “erradas”, logo proibidas. Portanto,

quando uma regra é imposta, a pessoa que presumivelmente a infringiu pode ser vista como um tipo especial, alguém de quem não se espera viver de acordo com as regras estipuladas pelo grupo. Essa pessoa é encarada como um *outsider*. (BECKER, 1961, p. 15).

Entretanto, o *outsider*, ou em seus termos traduzidos, os desviantes, estranhos ou marginais, são classificados a partir de parâmetros de julgamento ambíguos, de acordo com valores e um padrão de referência de cada grupo. Isso significa que nem todos os que infringem regras serão rotulados, vai depender de como as demais pessoas da sociedade vão reagir ao ato. Becker (1961, *apud* BIAR, 2015, p. 116) sinaliza que “é necessário certo



grau de consenso e cooperação de muitas pessoas para que um desvio seja sancionado como tal”.

Diferentes estudiosos da área concluem que não é o comportamento em si que define quem é *normal* e quem é *desviante*; é somente diante de uma interpretação específica que as ações recebem tal significado. (BARATTA, 1999).

Desse ponto de vista,

o desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um “infrator”. O desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso; o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal. (BECKER, 1961, p. 22).

Nesta linha de pensamento, segundo Geertz (1961, *apud* BIAR, 2015, p. 116), “as regras são produto da ação de um empreendedor que as cria, e das relações de poder que as consensualizam”.

Ademais, é no comportamento desviante, já estudado pela sociologia criminal, que a teoria da rotulação, orienta sua pesquisa, de modo que passam a desenvolver estudos a respeito da formação da identidade desviante. Investiga-se no que consiste uma identidade desviante, buscando traçar as consequências da etiqueta, bem como quem decide a quem deve ser aplicada a etiqueta. (CORRAL, 2015, p.14).

Dessa forma, e de acordo com Becker (1961), o desvio é, então, uma consequência do estabelecimento de regras. Marcineiro (2007) descreve que, desde o surgimento da vida em sociedade, já se identificavam necessidades básicas comuns e que, assim sendo, era imprescindível a construção de um código de convivência para que não predominasse a “*lei do mais forte em prejuízo da paz e tranquilidade*”. Diante disso, surge o Estado, como uma reunião do povo, território e de um governo (formado apenas por uma parcela desse povo), a fim de responder às necessidades da população em geral, na medida em que ela não conseguisse dar conta delas sozinha. O estabelecimento destas regras visava, dessa maneira, ao interesse público e à boa convivência social. Para os autores, devido às características heterogêneas de um grupo social, e dos sujeitos que o compõem, sempre vão existir alguns que não se enquadram nos padrões impostos como regras.

Logo, entende-se que

[...] o desvio não é uma qualidade que reside na conduta em si mesma, mas resulta da interação entre a pessoa que realiza um ato e aqueles que respondem ao mesmo. É sempre resultado de uma atividade “empresarial”, pois nenhum ato pode ser considerado como “desviado” e nenhuma pessoa pode ser “etiquetada” como desviada e tratada como tal por ter realizado o ato, sem que antes alguém tenha feito a regra que define este ato como desviado, uma vez que as regras não se fazem automaticamente. Mas o desvio é produto, também, da atividade empresarial em sentido particular e restrito, ou seja, uma vez que a regra começa a existir, deve ser aplicada a indivíduos específicos, para que a classe abstrata de “estranhos” possa existir, descobrindo-se, identificando-se, apreendendo-se e condenando-se, assim, os transgressores, assinalando-os como “diferentes” e estigmatizando-os por sua desconformidade. (BISSOLI, 1997, p. 241).

Para Bezerra *et al.* (2015), o enfoque do etiquetamento é reflexo de uma sociedade controladora, que classifica e condena sujeitos a viverem com cicatrizes do passado. Todavia, esses são selecionados levando em conta fatores que não estão propriamente ligados com a infração, ou com o ato de desvio; como exemplo pode-se citar a classe social, a cor da pele, seus antecedentes, e até mesmo “seu suposto grau de arrependimento”, fazendo com que a rotulação se perpetue. Conclui-se, novamente, nesta concepção, que o crime advém de um “controle social”.

Becker (1961), em sua análise sobre o desvio e a rotulação social, não denota relevância aos fatores pessoais e sociais que definem quem são os desviantes, pois realiza sua pesquisa empírica de forma antropológica e estuda diferentes categorias, tendo como sujeitos de análise usuários de maconha e músicos de casa noturna, no intuito de explorar todas as formas de desvio do padrão social, enfatizando os efeitos da rotulação e estigmatização na formação do *status social* destes desviantes. Contudo, para que se compreenda o processo criminalizatório dos sujeitos que passam pelo sistema prisional e a relação da rotulação de criminoso com a manutenção da ordem e da justiça, é necessário pontuar outros elementos que expliquem também a forma de organização social em que vivemos. Para isso, aprofundado no método que pauta a produção hegemônica do Serviço Social no Brasil, cabe relacionar a lógica da criminalização seletiva com a perspectiva da Teoria Social Crítica, na qual, “[...] o delito coloca-se como fenômeno do modo

de produção capitalista e pauta-se no modelo de conflito social e os processos de criminalização incidem em relações sociais de desigualdade do capitalismo”. (BEZERRA *et al.*, 2015, p. 4).

À vista disso, e retomando as interrogações supracitadas, nas quais indagou-se sobre quem são os “estranhos” e quem enquanto sociedade, classificamos como ameaça, Baratta (1994) explora esses modos de relações advindas do capitalismo relacionando à construção histórica da sociedade e à incumbência da mídia na propagação da ideologia do capitalismo, via senso comum.

Conforme já apontado anteriormente, de acordo com Baratta (1994), na opinião pública existe a compreensão sobre a existência de determinada forma de criminalidade tradicional, que define estereótipos de criminosos. O autor afirma que está presente no imaginário social a identificação de um perfil de criminoso fortemente reforçado pela mídia e que especificamente recai sobre as camadas sociais mais vulneráveis. Essa argumentação justifica a reprodução da desigualdade social, sendo entendida como uma consequência meritocrática.

Reis defende, em concordância com Baratta (1994), que

[...] num modelo democrático de construção da informação, a sociedade não pode ser simples consumidora de notícia, deve passar a ser personagem principal e participar ativamente dos fluxos informativos, fundamentalmente porque “os processos democráticos de produção de informações sobre a criminalidade permitem que uma comunidade assuma um papel ativo na elaboração de respostas bem mais eficazes para o conflito entre o desvio e a insegurança urbana”. (BARATTA, 1994 *apud* REIS, 2004, p. 148).

Destarte, a mídia desempenha claramente um importante papel na reprodução desses estereótipos, pois surge como representante da opinião pública (pautada pelos valores capitalistas), que, por sua vez, é retroalimentada por essa percepção. Dito de outra forma, percebe-se que a sociedade tem reproduzido o que a mídia propaga, ao mesmo tempo em que a mídia produz e potencializa aquilo que a parcela hegemônica da sociedade foi historicamente conformando como doutrinação e *status quo*.

A função de legitimação do *status quo*, realizada pela imagem da criminalidade, materializa-se através do reforço da mentalidade da lei e da ordem. (BARATTA, 1994 *apud* REIS, 2004). Ademais, a definição de criminalidade, de acordo com as bases do senso comum, que servem como parâmetros para a rotulação dos criminosos, tem relação com a perturbação da ordem, da rotina e da moral vigente.

O que é a criminalidade se aprende, de fato, pela observação da reação social diante de um comportamento, no contexto da qual um ato é interpretado (de modo valorativo) como criminoso, e o seu autor tratado conseqüentemente. Partindo de tal observação, pode-se facilmente compreender que, para desencadear a reação social, o comportamento deve ser capaz de perturbar a percepção habitual de *routine*, da “realidade tomada-por-dada” ou seja, que suscita, entre as pessoas implicadas indignação moral, embaraço, irritação sentimento de culpas e outros sentimentos análogos. (BARATTA, 1999, p. 95).

Logo, enquanto sociedade definem-se padrões de bom/mau e de quem seria “perigoso” para a conservação da harmonia e do equilíbrio social. E, a partir desses estereótipos, moldam-se as relações sociais. Conforme fundamenta Reis,

a dicotomia bom/mau gera o estereótipo, que se traduz na consolidação de noções de pertencimento e identidade. Se a norma é ser branco, homem, bonito, inteligente, cristão, de boa classe social e proprietário de bens, os maus serão os que se desviam deste padrão. Aqui, uma das funções do estereótipo é recortar e redefinir a sociedade em termos de oposições e diferenças de forma a permitir que se desenvolva o medo, ampliando-se o sentimento de insegurança e os discursos que criminalizam e penalizam aqueles que não se encaixam nas normas padrões estabelecidas, onde se incluem todos aqueles que lutam por seus direitos e que são considerados como desviantes – são os que subvertem a Lei e a ordem. (REIS, 2004, p.150).

Diante disso, o medo do crime se liga por via simbólica, trazendo reforço à necessidade de proteção contra os “estranhos”, conforme sinalizado anteriormente. Baratta (1994 *apud* REIS, 2004, p. 147) declara que “o medo deriva da própria desorganização social, alienação e isolamento, na qual se encontram os grandes conglomerados urbanos, as nossas metrópoles”. Logo, a criminalidade e o medo não se condicionam reciprocamente e, portanto, a

solução para o sentimento de insegurança que permeia a sociedade não pode ser buscada simplesmente por meio da contenção e repressão do desvio.

Pesquisas que relacionam “imagem da criminalidade” e “alarme social” demonstram que o medo do crime está mais associado às imagens do que ao crime em concreto, assim, “os efeitos dos meios de comunicação e da circulação massificada dessas imagens acrescentam à percepção real uma espécie de percepção imaginária da criminalidade de rua”. Outras investigações, afirma o autor, concluíram que o medo da criminalidade não resulta, em sua maioria, de situações experimentadas. Enfim, a criminalidade é, na verdade, “socialmente construída através de processos de comunicação social e de mecanismos seletivos das reações sociais e oficiais”. (BARATTA, 1994 *apud* REIS, 2004, p. 147).

Compreende-se, diante do exposto, que é importante entender esta relação da sociedade com o medo e a criminalidade, para que seja possível apreender as atuais formas de punição contra o criminoso, e qual a função das prisões na sociedade moderna. Além disso, infere-se que essa contextualização se torna fundamental para que seja possível compreender também as motivações da estigmatização permanente das rotulações de criminoso.

A teoria do *Labeling approach* não busca identificar quais os fatores que influenciam os sujeitos a se tornarem desviantes, mas entender quem são os rotulados como desviantes e quais as condições em que acontecem estas definições. Apesar disso, nos próximos itens aprofundam-se as reflexões, sob a luz da teoria social crítica, associando os elementos identificados previamente na teoria do etiquetamento social, juntamente com os impactos que a sociedade contemporânea, em sua configuração capitalista/neoliberal e em suas expressões derivadas de uma desigualdade social exacerbada, tem sobre a determinação das normas que definem os “desviados”.

### **2.3 Exclusão, desigualdade social e suas expressões na sociedade contemporânea: buscando elementos do âmbito da conduta desviante**

Embora não exista uma regra explícita que determine critérios para definir quem serão os sujeitos rotulados como “desviantes” e quais as justificativas que explicariam a motivação da prática criminosa, a partir dos pressupostos teóricos que embasam esta análise, reconhece-se que o

processo histórico da sociedade, da mesma forma que a construção econômica e política, influencia diretamente as relações, as práticas institucionais e a organização social.

Sendo assim, importa evidenciar que, na sociedade pós-moderna, pautada pelo modo de produção capitalista e orientada pelas forças do mercado no contexto neoliberal, existe a exacerbação de uma característica primordial que é a exploração do homem pelo homem. Essa é uma forma de subalternidade à qual os indivíduos são submetidos, produzindo uma divisão social de classes, em que alguns são detentores dos meios de produção, enquanto a grande massa populacional equivale como força de trabalho a ser explorada para extração de *mais-valia*. (SILVA, 2011).

Adam Smith, reconhecido como o “pai do liberalismo”, já no século XVIII, estabelecia em sua teoria que o capitalismo necessitava de certo grau de egoísmo e individualismo, para se desenvolver e prosperar. Logo, fica claro que existe uma lógica do capital que é perversa, pois necessita demasiadamente da exploração do outro para a geração de lucro. Reafirma-se, assim, a assertiva de Netto e Praz (2007) de que, no capitalismo, a produção da riqueza é coletiva, contudo a sua apropriação é privada.

Iamamoto (2010) afirma que a atual conjuntura social, permeada pela produção e reprodução social do modo de produção capitalista, implica também transformações societárias, que se expandem a uma perspectiva mundial, em que o capital produz concentração de riqueza, em um polo social, impondo também a polarização da pobreza e miséria.

Desta forma, a desigualdade social emerge de forma funcional, constitutiva e inerente à concepção capitalista, além de se expressar de múltiplas maneiras em meio à sociedade. (SILVA, 2011). Nesta conjuntura, a exclusão e a desigualdade social são expressões evidentes desse modo particular de sociabilidade e suscitam reflexões mais adensadas, no intuito de compreender seu movimento.

Sobre esta sociedade desigual, na qual o mercado regula as relações, Young (2002) desenvolve um estudo em que descreve a construção histórica da passagem de uma *sociedade inclusiva* para uma *sociedade excludente*, relacionando-a com as transformações das esferas de produção e consumo. O autor sinaliza que, no período pós-guerra, na década de 1950, também

conhecido como “anos dourados”, houve um tempo de inclusão, quando predominava um mundo consensual, cujos valores essenciais estavam centrados no trabalho e na família, a dualidade entre oferta e procura regulava, de certa forma, a economia e a sociedade, que passavam por uma fase cujas possibilidades de consumo, bem como as ofertas do mercado, estavam se expandindo, e alcançando diferentes camadas sociais.<sup>5</sup>

Os setores gêmeos da sociedade, o trabalho, a família, se encaixavam como num sonho funcionalista: o lugar de produção e o lugar de consumo, uma dualidade keynesiana de oferta e procura, um necessário ao outro, mas enfatizados por uma divisão aceita de trabalho entre os sexos e pesadamente abonados pelo colateral da afluência crescente. Os carros foram ficando cada vez maiores, assim como as cozinhas, sem dúvida. Era um tempo de inclusão, afluência e conformidade. (YOUNG, 2002, p. 18).

Contudo, ao longo do século, esse tempo de inclusão foi tomando diferentes dimensões. Segundo Young (2002, p. 19), este projeto modernista de sociedade originou uma “incorporação crescente da população à plena cidadania”. Todavia, essa cidadania deveria garantir não apenas direitos legais e políticos à população, como também direitos sociais: um mínimo de emprego, renda, educação, saúde e habitação. Diante disso, de forma contraditória, entra em pauta, naquela época, a luta dos negros e das mulheres por inclusão em novas esferas sociais e, também, a discussão de que a causalidade do desvio individualizado tem relação direta com questões psicológicas, principalmente com a vivência de experiências em famílias consideradas não comuns (remetendo à reprodução do discurso conservador na contemporaneidade, do conceito de “famílias desestruturadas”).

No entanto, apesar dos inegáveis avanços no que diz respeito aos direitos sociais naquele período, este tempo de inclusão foi configurando-se como um tempo de exclusão, pois a ideia de inclusão demonstrou, ilusoriamente, para a sociedade que “todos” poderiam participar do mercado

---

<sup>5</sup> Sobre o período citado como *anos dourados*, depreende-se que ele se refere ao Estado de Bem-Estar Social, em que a proteção social galgou um nível de importância, principalmente no contexto europeu, que chegou a sinalizar a possibilidade de estabelecermos níveis de cidadania que romperiam com a histórica desigualdade e exploração. Contudo, os anos de 1980 e a proposição do referencial neoliberal serviram para reafirmar o caráter inerente do capitalismo: a exploração sem medida.

de trabalho e consumir o que o mercado ofertava para os cidadãos. Logo, há de se reconhecer a prevalência de uma concepção pautada na ideia do desviado, ou estranho, como ponderou-se anteriormente. O que não participava desta inclusão seria aquele visto como alguém “fora dos padrões normais”, que carecia de atributos, deveria ser socializado e necessitaria de tratamento para ser “normal” e retornar ao convívio social, participando do mercado de trabalho formal e consumindo normalmente.<sup>6</sup> (YOUNG, 2002). À vista disso, o autor ainda aponta que

o primeiro momento dos anos 1960 e 1970 foi de ascensão do individualismo, de criação, se assim preferirmos, de zona de exclusividade pessoal e de esgarçada de tradicionalidades de comunidade e família, o segundo, que perdurou ao longo dos anos 1980 e 1990, acarretou um processo social de exclusão. Trata-se de um processo de duas partes, implicando em primeiro lugar a transformação e a separação dos mercados de trabalho e um aumento maciço de desemprego estrutural, e em segundo a exclusão decorrente das tentativas de controlar a criminalidade resultante das circunstâncias transformadas e da natureza excludente do próprio comportamento antissocial.

A transição da modernidade à modernidade recente pode ser vista como um movimento que se dá de uma sociedade inclusiva para uma sociedade excludente. (YOUNG, 2002, p. 23).

Esta concepção de inclusão e cidadania que permeou este contexto, envolveu, de acordo com Young (2002), um processo de desintegração na esfera da comunidade, com o aumento do individualismo. Cada um passou a buscar seus próprios direitos, sua segurança, seu desenvolvimento econômico, e seu lugar no mercado, atingindo também a esfera do mercado, em que o consumo de massa, a competitividade e a perspectiva de uma carreira padronizada gerou uma grande transformação na estrutura social.

Como já citado anteriormente, um dos principais impactos desse processo de mudanças se deu no âmbito do mercado de trabalho, principalmente a partir da reestruturação produtiva e flexibilização da força de trabalho. Bauman (1999) sinaliza que esta flexibilização foi necessária para o capitalismo, em virtude da rigidez em que o mercado de trabalho se

---

<sup>6</sup> Estas formas de tratamentos para a “ressocialização” eram realizadas em instituições de internação e os elementos de disciplinarização que pautaram essa perspectiva serão analisados no segundo item do corrente capítulo.



encontrava, pois era preciso torná-lo flexível, “mais dócil e maleável, fácil de moldar, cortar e enrolar, sem oferecer resistência ao que quer que se faça com ele” (BAUMAN, 1999, p.113). Era esconder uma natureza de relação social de expropriação do poder de resistência, extirpando a rigidez da mão de obra. Entretanto, o que se denominava flexibilidade, do lado da procura, tornou-se “um destino duro, cruel, inexpugnável”.

Importa compreender como esta lógica de mercado contribuiu ainda mais para a precarização do mundo do trabalho, pois diminui-se a oferta de emprego perante a demanda de trabalhadores, além de salários reduzidos e a terceirização da mão de obra tomar grandes proporções, impactando diretamente nas relações/condições de trabalho, bem como na fragilização dos movimentos dos trabalhadores e na resistência política. Esse cenário reforça a corrida meritocrática entre os trabalhadores em busca da própria subsistência.

Produz-se, diante disso, implicações materiais sobre os indivíduos, além do impacto simbólico que Young alerta sobre esta corrida.

Se visualizarmos a meritocracia contemporânea como uma pista de corridas em que o mérito é recompensado segundo o talento e o esforço, encontramos uma situação de duas pistas e um mosaico de espectadores: um mercado de trabalho primário em que as recompensas são distribuídas segundo um plano, mas onde há sempre a possibilidade de ser rebaixado ao papel de espectador. Quanto aos espectadores, sua exclusão é evidenciada pela existência de barreiras e de policiamento pesado: o acesso real à corrida lhes é negado, mas eles são testemunhas perpétuas dos prêmios resplandcentes em oferta. (YOUNG, 2002, p. 25).

Além das oportunidades serem disputadas pelo “talento” de cada um, as recompensas e a remuneração de salário também são desiguais. Para Young (2002, p. 27), a distribuição arbitrária das recompensas é composta por uma falta de padronização que produz o que o autor chama de *caos da remuneração*, em que a riqueza universal é “visivelmente distribuída sem eira nem beira, rima ou razão”.

Em contraponto a este *caos da remuneração*, encontra-se um componente impreterível do capitalismo: o *consumismo*. Bauman (2008) evidencia que, desde o período paleolítico, os humanos perseguem de alguma forma a felicidade e estão repletos de desejos infinitos. Na sociedade em que

vivemos, o autor afirma que os sujeitos são condicionados a consumirem e serem consumidos, pois o próprio valor e significado são determinados pelo que têm e consomem. É o ato de consumo, em diversos âmbitos, que estabelece as relações de poder na sociedade. “É preciso primeiro se tornar uma mercadoria para ter uma chance razoável de exercer os direitos e cumprir os deveres de um consumidor” (BAUMAN, 2008, p. 89), pois todos “devem” ser consumidores. “A ‘sociedade de consumidores’, em outras palavras, representa o tipo de sociedade que promove, encoraja ou reforça a escolha de um estilo de vida e uma estratégia existencial consumista, e rejeita todas as opções culturais alternativas”. (BAUMAN, 2008, p. 71).

Bauman (p. 74) destaca que, nessa perspectiva, o “pobre” é pressionado de maneira cruel a gastar o pouco recurso financeiro que tem com objetos de consumo sem sentido, ao invés das suas necessidades básicas “para evitar a total humilhação social e evitar a perspectiva de ser provocado e ridicularizado”.

“Consumir”, portanto significa investir na afiliação social de si próprio, o que, numa sociedade de consumidores, traduz-se em vendabilidade: obter qualidades para as quais a demanda pode continuar sendo criada. [...] O consumo é um investimento em tudo que serve para o “valor social” e a autoestima do indivíduo. (BAUMAN, 2008, p. 75).

Em meio a esse cenário, cabe evidenciar que o Estado não está neutro e ocupa uma posição crucial, servindo também à lógica mercantilista neoliberal, como adverte Bauman.

A consequência desse processo de socialização é a rendição cada vez mais abrangente do Estado à chantagem das forças do mercado. Ou seja, a relação econômica que antes se dava de modo vertical, passa a ser horizontalizada nessa sociedade de consumidores, retirando a responsabilidade econômica-social dos “ombros” do Estado e colocando-a sobre as “costas” da própria sociedade. Afinal, os consumidores, devidamente persuadidos e estimulados a comprarem sempre mais e mais, tornam-se os principais responsáveis pela manutenção da economia no país. Mas, essa nova relação socioeconômica não se torna um peso para a coletividade, pois esse estímulo incessante ao consumismo é visto, por essa geração líquido-moderna, como uma forma de liberdade de escolha e de participação social. (BAUMAN 2008 *apud* RODRIGUES, 2015, p. 82).

Neste sentido, para ser livre o sujeito tem que se entranhar na engrenagem do mercado consumidor. Mas, como ser consumidor e consumido, ser aceito e reconhecido na sociedade? Como apreciar os privilégios do espetáculo, sem ter a possibilidade ao menos de entrar na fila do ingresso, se o convite e a divulgação da obra são seletivos e limitados, se na competição da vida, o acesso à corrida lhe é negado?

Compreende-se que a forma de organização e as circunstâncias impostas pela dinâmica societária incidem de forma significativa nas condutas e vivências dos sujeitos. É importante reconhecer que a forma de sociabilidade impacta diretamente na individualidade, produzindo efeitos e desdobramentos no cotidiano da vida. Importa destacar ainda que não se desconsidera nessa análise a capacidade de resistência e liberdade, mas pretende-se explicitar o quão influentes são os processos sociais na vida dos sujeitos que compõem essa sociedade. Diante disso,

na modernidade recente, a frustração da demanda expressiva se torna uma fonte de tensão do sistema e, juntamente com a privação relativa no mundo material, uma fonte poderosa de desvio. Isto representa sem dúvida a ascensão de uma cultura de altas expectativas tanto materiais como em termos de auto realização, de uma cultura que vê o sucesso nestes termos. (YOUNG, 2002, p. 29).

Sobre a influência dos processos e ideologias sociais na formação da subjetividade dos indivíduos, Ianni acrescenta:

Como resultado, as vivências reais tornam-se ilusórias e remotas, cria-se um mundo no qual a essência humana de carne e osso torna-se menos real que as histórias que se apresentam em vídeo, filme... [...] Diante do contínuo e intolerável bombardeio de seus receptores físicos e mentais, o indivíduo perde pouco a pouco sua capacidade de responder e adota uma atitude defensiva de recuo e desinteresse, sofre de embotamento afetivo e perde a capacidade de discriminar entre os múltiplos estímulos do meio, de discernir o essencial do supérfluo, a realidade da ficção. Os cidadãos movem-se como em transe, em um estado de despersonalização que se manifesta em indiferença. O fim desses processos anômicos de isolamento, apatia e inércia é o autismo social, a alienação do indivíduo e seu estranhamento de si próprio e dos outros. (IANNI, 1999, p. 65).

Para explicar a influência que esse modo de produção e de lógica mercantilista tem sobre os sujeitos, apropriar-se-á, brevemente, do conceito

utilizado em diversas obras, por José Ortega y Gasset, de *homem circunstanciado*.

Ortega y Gasset (*apud* CARVALHO, 2009) explica que as *circunstâncias* dizem respeito a tudo que envolve o entorno do eu, ao meio exterior e características do organismo: tanto físicas quanto psicológicas. Indo para o plano metafísico, Ortega y Gasset afirma que tudo que permeia o indivíduo, como a realidade cósmica, a corporalidade, a vida psíquica, as experiências vivenciadas e acumuladas com o passar dos anos, assim como a própria cultura em que se vive, definem a vida do homem. Nesse sentido, pode-se apreender que a vida é o que cada pessoa faz com as *circunstâncias*. A passagem mais conhecida orteguiana “*eu sou eu e minha circunstância*” relaciona o eu e a circunstância de modo inseparável, os sentimentos, as ideias, os valores, a época, a sociedade, tudo com que se permanece em relação enquanto há vida. Um eu comum, eu histórico, envolvido numa circunstância também histórica, sendo que não é possível separar o homem do mundo, ou analisar o sujeito sem uma perspectiva de totalidade e historicidade, explorando todas as circunstâncias que o envolvem.

Posto isto, cabe ponderar sobre a perspectiva moderna que se refere à contradição do processo de desenvolvimento da sociedade, que inclui e exclui ao mesmo tempo. Young (2002) entende que uma forma de inclusão vem sendo propagada na sociedade moderna com uma maior aceitação da diversidade de “estilos de vida”, constatando que o habitante urbano moderno tem uma tolerância relativamente maior, em relação à média da sociedade pré-industrial. No entanto, nota-se uma limitação nessa tolerância, pois não se estende de forma tão ampla quando se considera as questões materiais de bens e serviços.

Essa reflexão retoma a concepção de condicionamento meritocrático, pois remonta a ideia de que as oportunidades e recompensas se dão através do mérito e da diligência aplicada na competitiva corrida social. Logo, nesse sentido, quem não alcança os padrões impostos é porque não se esforçou o suficiente na corrida, não se preparou, ou realmente não quer participar da competição. E essas supostas justificativas, ao mesmo tempo, são consideradas “inaceitáveis” para os padrões da sociedade moderna.

É uma situação criminogênica, em um mundo classificado por capacidade de crédito e definições de perfis de consumo. (YOUNG, 2002, p. 53). Essa característica meritocrática e discriminatória, potencializada pela sociedade moderna recente e difundida no mundo do trabalho, segue reproduzida pelos séculos e torna-se fundamental na discussão acerca da exclusão social. Young (2002) considera que as transformações estruturais no mundo do trabalho e no mercado têm tomado dimensões cada vez mais profundas nos padrões de vida social. Segundo o autor,

nós vivemos num tempo em que mudanças estruturais maciças estão em curso; em que houve mudanças fundamentais nos mercados de trabalho primários e secundários; em que os padrões de emprego das mulheres mudaram radicalmente; em que se criou o desemprego estrutural em grande escala; em que comunidades se desintegram; em que novas comunidades emergiram num contexto multicultural; em que padrões de lazer foram flagrantemente reestruturados; em que os padrões de espaço social sofreram uma redefinição; em que as agências do Estado passaram por transformações sistemáticas e por uma reavaliação pelo público. E essas mudanças estruturais se fizeram acompanhar por mudanças culturais não menos dramáticas: padrões de desejo foram transformados; a aldeia global engendrada pelos meios de comunicação de massa tornou-se uma realidade onipresente; os velhos padrões de esforço e recompensa foram redefinidos; o individualismo institucionalizado penetrou em áreas até então sacrossantas da vida social; a linguagem naturalista do mercado questionou e ameaça a metanarrativa da democracia social e da modernidade. (YOUNG, 2002, p. 11).

Nesta perspectiva de corrida meritocrática, pautada pelo “sonho americano”,<sup>7</sup> todos deveriam ter oportunidades equivalentes, e o fracasso é resultado de qualidades individuais, ou seja, *a culpa é sempre sua*. Seguindo essa linha de raciocínio, a *cidadania* também se torna algo a ser conquistado, a partir de um trabalho duro, legitimado e íntegro, e não um direito universal. (YOUNG, 2002).

---

<sup>7</sup> *Sonho americano*: é uma expressão criada por James T. Adams (1931) sobre uma ideologia popular norte-americana depois enraizada pela Declaração da Independência dos Estados Unidos, onde está proclamado que “todos os homens são criados iguais” com direito à “vida, liberdade, propriedade e à busca pela felicidade”. Ideologia baseada em uma variedade de ideais, em que a liberdade inclui a chance para o sucesso e a prosperidade, maior mobilidade social para as famílias e crianças, alcançada através de trabalho duro em uma sociedade sem obstáculos.

Assim, acrescenta-se à receita de insatisfação mais uma pitada de desequilíbrio. À precariedade é acrescido um sentimento de injustiça e um sentimento de arbitrariedade. [...] Assim, a esfera justiça distributiva, do mérito e da recompensa se transformou pela ascensão da sociedade excludente. (YOUNG, 2002, p. 27).

Contudo, a incongruência desta lógica meritocrática se dá no ponto em que se constata que a participação nesta competição é desigual, pois o seu acesso é negado a muitos candidatos. É o paradoxo da disputa do mercado, em que se criminaliza quem não participa da corrida, e quem não se prepara para ela, ao mesmo tempo em que se nega a participação de muitos na competição e a possibilidade de formação e capacitação. Young (2002, p. 43) afirma que isto se dá pelo perigo da ruptura da ordem, que engendra a exclusão e delimita medidas de oportunidades e inserção social, gerando um processo de “exclusão e administração de riscos que se acopla a um mecanismo cultural”, que cria um “outro”, desviante e segregado tanto espacial/territorial quanto socialmente, os quais o autor intitula como “*bodes expiatórios*”.

Perante o medo e a *insegurança ontológica*,<sup>8</sup> de uma sociedade pluralista, torna-se sedutor definir um “outro” como “culpado” de todo caos e toda desordem social. Mesmo diante da constatação de que existe uma desigualdade social, que o crime e o desvio são produtos da mesma estrutura, a qual um grupo pequeno e restrito acumula riqueza, a partir da exploração de um grupo amplo e crescente, é necessário acreditar que existam alguns indivíduos, ou até mesmo classes, que são responsáveis pela perturbação da ordem e dos padrões impostos como modelo. “O grupo dos que estão fora vira *bode expiatório* para os problemas da sociedade mais ampla: eles são uma subclasse, que vive no ócio e no crime. **Eles são as impurezas sociais do mundo recente**”. (YOUNG, 2002, p. 40, grifos nossos).

Em vista disso, marginaliza-se uma parcela da população segregando espacialmente como uma forma de conter, excluir, manter à margem. Young (2002) define que esta barreira, entre o “grupo nuclear” e os demais, é o que

---

<sup>8</sup> *Insegurança ontológica*: Um dos primeiros conceitos apresentados por Laing sobre estudos referentes à psicose. De acordo com Gabriel Teixeira e Carvalho Teixeira (2007), a insegurança ontológica para Laing seria uma experiência irreal, o que conduziria o sujeito a uma preocupação central em sua autopreservação.

ele chama de *cordão sanitário*, que afasta estas “impurezas sociais”, remove as incertezas e delimita um controle social que mantém a cidade “limpa”. Pode-se verificar esta demarcação, pelo planejamento urbano das cidades, pelo bloqueio de áreas para evitar a facilidade de acesso, pelo custo do transporte público e por todos os mecanismos de segurança privada, que têm servido para segregar e excluir.

*A dialética da exclusão* está em curso, uma amplificação do desvio que acentua progressivamente a marginalidade, num processo pírrico<sup>9</sup> que envolve tanto a sociedade mais ampla como, crucialmente, seus próprios atores, os quais, na melhor hipótese, se metem na armadilha de uma série de empregos sem nenhuma perspectiva ou, na pior, de uma subclasse de ociosidade e desespero. (YOUNG, 2002, p. 31).

Cabe mencionar a interessante associação que Young (2002) faz dos nossos costumes, com a natureza do *canibalismo* e a *bulimia*. Citando Zygmunt Bauman, o autor reconhece que todas as sociedades têm aspectos devoradores e ejetores, representados em suas instituições. Pratica-se o *canibalismo* como forma de absorção de indivíduos presumivelmente perigosos, como meio de neutralizá-los e de amplificação de força. Ao mesmo tempo, pode-se realizar uma prática *antropoêmica* (do grego *emein*, vomitar), expelindo como um vômito estes indivíduos desviantes ou, de outra forma, mantendo-os em isolamento. Contudo, essa sociedade é perenemente *bulímica*, a ponto de dispor de uma fome insaciável e descontrolada, compensada pela vomição decorrente.

A ordem social do mundo industrial avançado é uma ordem que engole seus membros. Ela consome e assimila culturalmente massas de pessoas através da educação, da mídia e da participação no mercado. Meios de comunicação de massa ubíquos, prolíficos em seus canais, assumem uma proporção cada vez maior de tempo e lazer e divulgam imagens globais de sucesso, de expectativas e desejos. O mais cruel de tudo é que há uma imagem do que é o estilo de vida normal, de que bens e que nível de conforto podem ser esperados se entrarmos no jogo. (YOUNG, 2002, p. 125).

---

<sup>9</sup> *Processo pírrico*: Pírrico, na História, é relativo a pirro, o Rei Epiro da Grécia antiga (cerca de 318 a.C.-272 a.C.), que em uma luta contra os romanos teve muitos prejuízos. O termo é usado para dizer de um processo danoso, que é pouco vantajoso para a pessoa que o exerce, frente ao esforço exigido. (DICIONÁRIO INFOPÉDIA, 2017).

Outro conceito importante para elucidar a compreensão acerca desta forma de organização social, caracterizada pela exclusão e rotulação social, é a categoria denominada por Wacquant (2008a) da *underclass*. Para desvendar esta categoria, o autor explica um processo apresentado pelo sociólogo Norbert Elias de *descivilização*, em que um determinado grupo social é segregado socialmente desde suas relações sociais, passando por um distanciamento cultural até uma transformação que atinge os modos de conhecimento e educação. Em um segundo momento desse processo, ocorre o que ele chama de *demonização*, a proliferação de um discurso que rotula e criminaliza este grupo social. Os indivíduos pertencentes a essa parcela da população são denominados de *underclass*.

Wacquant (2001b) relaciona a *underclass* com animais sociais que penetraram na paisagem urbana, propagando pavor e inquietude, devido aos seus comportamentos nocivos e predadores, conforme a onda midiática evidenciou, necessitando de meios de contenção, a fim de prevenir sua *proliferação maligna*.

Elucidando provocativamente, o autor afirma que,

na verdade, esta “*underclass*” não é nem o subproletariado da teoria marxista (o termo nesse caso é enganoso, pois não representa uma classe), nem a parcela mais desfavorecida da sociologia inspirada no catolicismo social (ela é mais objeto de terror e desprezo do que de compaixão), nem os “novos pobres” e outros “excluídos” do recente debate francês sobre as desigualdades urbanas [...]. É um “agregado heterogêneo – **um amontoado de fracassos sociais**.” [...] composto de categorias fundamentalmente heteróclitas, e só devem estar amalgamadas desse modo pelo fato de serem percebidas **como geradoras de ameaça ao mesmo tempo, física, moral e fiscal, à integridade da sociedade urbana**. Descrita sucessivamente como **uma “subcultura feroz”, uma “concentração de desvios”, um “entrelaçado de patologias”** ou ainda uma **“nação à parte” na iminência de constituir “enclaves permanentes de miséria e vício”** (são expressões muito usadas tanto por jornalistas quanto em publicações de caráter erudito), a “*underclass*” não engloba todos os desprivilegiados, nem mesmo os mais marginais dos marginais urbanos. Ela designa, conforme a distinção vitoriana entre pobres “virtuosos” e “viciados” herdada da era colonial, **os “maus pobres” dos bairros segregados, os que, por sua conduta, seu estilo de vida e seus valores “disfuncionais”, seriam responsáveis por seu destino lamentável e pelo declínio da cidade que eles sobrecarregam com um cortejo de “desagregações sociais”** que lhes são consubstanciais: desemprego quase perpétuo e recurso crônico à ajuda social, desorganização conjugal e anomia sexual, fracasso escolar e encarceramento, tráfico e consumo de drogas,



delinquência de rua e criminalidade violenta. (WACQUANT, 2001b, p. 95-96, grifos nossos).

Segundo Wacquant (2001b), a *underclass* é uma designação na qual cada um pode “projetar seus fantasmas”. É um instrumento de acusação pública, que identifica como população-alvo (sendo reforçado pela mídia sensacionalista), supostamente rebelde, estereótipos racistas e conservadores que criminalizam o “gueto”.<sup>10</sup> Sinaliza que a satanização destes indivíduos do gueto negro (referencialmente o norte-americano analisado por Wacquant, mas semelhante ao povo das periferias no Brasil), justifica a política de abandono social do Estado, que é uma das principais causas da sua miséria. “Se o Estado não garante o acesso a esses direitos, não cumpre seu próprio dever legal, tornando-se cúmplice de injustiças e promotor de desigualdades”. (SOARES, 2011, p. 87).

Em contrapartida, para Ianni (1999), a carência de investimentos em políticas públicas, como habitação, saúde, educação; de recursos sociais, econômicos e culturais, além do desemprego estrutural e outros aspectos da questão social são uma síntese das características que representam um grupo específico, bairro ou coletividade. O autor denomina esta categoria como *subclasse*, uma manifestação do próprio capitalismo.

O termo *subclasse* expressa “a cristalização de um segmento identificável da população na parte inferior (ou sob a parte inferior) da estrutura de classes”. Estas são algumas das características da subclasse: “minorias raciais, desemprego por longo tempo, falta de especialização e treinamento profissional, longa dependência do assistencialismo, lares chefiados por mulheres, falta de uma ética no trabalho, droga, alcoolismo”. O termo subclasse envolve diversas observações sociológicas. Primeiro, parece ser um aspecto da desigualdade estrutural, o resultado de um processo de subestruturação, em que a classe (ou talvez a categoria) passa a localizar-se abaixo (ou talvez fora) da estrutura de desigualdade previamente existente. Segundo, embora o

---

<sup>10</sup> Loic Wacquant (2008, p.17) utiliza o termo *gueto* para designar os conjuntos habitacionais degradados das periferias urbanas e, por extensão e analogia, o espaço infame do “subúrbio”, majoritariamente ocupado por negros. “Normalmente, quem é de fora vê o gueto como um lugar misterioso e impenetrável onde brotam drogas, crime, prostituição, mães solteiras, ignorância e doenças mentais. Para os brancos do Brooklyn, o gueto vizinho representa uma realidade fechada e má, que deve ser evitada, uma selva habitada por animais de pele escura cuja sexualidade selvagem e famílias desestruturadas desafiam qualquer noção de conduta civilizada. [...] Eles roubam, não possuem moralidade. [...] É assim que eles vivem como animais.” (RIEDER; ANDERSON apud WACQUANT, 2001, p. 143).

termo lembre imagens de populações “indesejáveis”, como “lumpen”,<sup>11</sup> “gentilha”, “classes perigosas”, a subclasse significa um fenômeno talvez novo e diferente [...] do século XX em uma sociedade capitalista avançada [...] “indica a crescente desigualdade e a emergência de uma nova fronteira separando um segmento da população do resto da estrutura de classes”. (IANNI, 1999, p. 60).

O autor sinaliza que “a urbanização do mundo é desigual, contraditória e articulada” e os processos de desenvolvimento do capitalismo provocam, inevitavelmente, a criação de diferentes formas de organização de vida e de trabalho. (IANNI, 1999, p. 63).

Mas logo que se desvenda a desigualdade, quando se descobre que a diversidade esconde a desigualdade, nesse momento manifestam-se a tensão, o estranhamento, a intolerância, o preconceito, a discriminação, a segregação. Esse é o contexto em que os signos da diversidade podem transformar-se em estigmas da desigualdade, instituindo a subalternidade. Assim, no mesmo contexto em que cor, sexo, idade, religião, etnia, raça, condição social, ideologia política ou outro signo aparecem como indícios da diversidade, logo se transfiguram em estigmas do diferente, outro, estranho, indesejável, inferior, exótico, inimigo. **É aí que explode a violência urbana.** (IANNI, 1999, p. 69, grifos nossos).

Portanto, diante do exposto pode-se compreender que o desvio e o crime não são resultados de uma patologia/situação pessoal, mas de pressões culturais, econômicas e sociais oriundas do coração da sociedade, ou seja, do modo de produção específico da sociedade moderna. (YOUNG, 2002).

---

<sup>11</sup> Lumpen: Conceito importante que pode ser relacionado também com a *underclass* de Wacquant. *Lumpem* ou *Lumpemproletariado* (do alemão *Lumpenproletariat*: seção degradada e desprezível do proletariado, de *lump* (pessoa desprezível) e *lumpen* (trapo, farrapo) + *proletariat* (proletariado) é um termo marxista. Contudo, quando Marx apresenta o conceito de *lumpemproletariado*, o mesmo não se aprofunda na análise para explicar de forma mais contundente como esta parcela da população participa do processo de reprodução social. Marx fala do termo de forma esparsa, não permitindo o desenvolvimento de uma clara teoria do Lumpem. O que se pode afirmar diante das suas obras é que é uma parcela excluída da sociedade do capital, advinda de uma extrema pauperização da classe trabalhadora. (FREITAS, 2010). Em alguns textos, Marx descreve: “*Lumpemproletariado: Ao pé da letra: proletariado em farrapos. Elementos desclassificados, miseráveis e não organizados do proletariado urbano.*” (MARX; ENGELS, 1932, p.108); “[...] de forma duvidosa e de origem duvidosa, lado a lado com aventureiros rebentos da burguesia, havia vagabundos, soldados desligados do Exército, presidiários libertos, forçados foragidos das galés, chantagistas, saltimbancos, lazzarani, punguistas, trapaceiros, jogadores, donos de bordéis, [...] mendigos – em suma, toda essa massa indefinida e desintegrada [...] nessa escória, nesse refugio, nesse rebotinho de todas as classes”. (MARX, 1986, p.71).

E, diante dessa perspectiva apresentada, o desvio e a criminalidade passam a ser observados por um olhar crítico que leva em conta os processos históricos e a reação social como determinantes da rotulação do criminoso, contribuindo desse modo para a compreensão sobre a seletividade penal nos sistemas de aprisionamento e punição, conforme explanar-se-á subseqüentemente.

## **2.4 Criminalidade e seletividade do sistema penal: vamos definir quem é mesmo o bandido...**

Partindo da ideia de que o criminoso é definido, mediante uma reação social, cabe a seguinte questão: “*criminoso é quem comete algum crime? [...] Será?*” (SOARES, 2011, p. 45).

Primeiramente, importa considerar que o conceito de *crime*, de acordo com Lobo (2008), é toda ação ou omissão proibida pela lei, sob ameaça de pena; um fato típico, ilícito e culpável e, ainda, completa evidenciando que o crime é qualquer fato lesivo a um interesse, cometido pelo homem, que possa comprometer as condições de existência, a conservação e o desenvolvimento da sociedade. Entretanto, observar-se-á que, apesar da amplitude do conceito de crime, a criminalização e imputabilidade penal<sup>12</sup> são *seletivas*.

Considerando a Constituição Federal de 1988, todos os cidadãos brasileiros são iguais perante a lei. Esta Constituição assegura o País enquanto regime democrático, instituindo parâmetros legais que viabilizem a justiça social e incidam sobre a histórica desigualdade social. Todavia, o que se observa, na prática, é que *uns são ‘mais iguais’ que outros*. Diante disso, Soares sinaliza que

a desigualdade no acesso à Justiça é nosso maior motivo de vergonha perante o que se convencionou chamar “mundo civilizado” e constitui a mais mesquinha, cínica e cruel manifestação de desrespeito coletivo que

---

<sup>12</sup> *Imputabilidade penal*: O Código Penal estabelece, em seus arts. 26 e 27 categorias e indivíduos que penalmente são inimputáveis, ou seja, que não podem ser responsabilizados por seus crimes.

Art. 26. É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Art. 27. Os menores de dezoito anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial. (Código Penal, 1940).

ainda toleramos no Brasil. Ela começa com a abordagem policial (que varia de acordo com a classe social, cor da pele, vestuário, idade e gênero abordado) e termina com a sentença determinada pelo juiz, e o cumprimento da pena, mas também passa pela eficiência na garantia de direitos, que varia de acordo com a classe social daqueles que os reivindicam. (SOARES, 2011, p. 53-54).

Para corroborar esta ideia de seletividade classificatória do sistema prisional no Brasil, Soares (2011) salienta de forma crítica a questão da aprovação das celas especiais para indivíduos com educação superior. Declara que,

no Brasil, a desigualdade na relação com as instituições de Segurança Pública e da Justiça criminal é tamanha e tão despudorada que se chegou ao cúmulo de aceitar a existência (durante décadas e até hoje) de uma lei que garante cela especial a quem fez faculdade, caso seja preso. Já pensou? Reflita sobre o significado desse privilégio: **o que essa lei absurda sugere é que há cidadãos de duas categorias diferentes, que merecem receber tratamentos distintos por parte do Estado, mesmo que cometam o mesmo crime.** Na verdade, o instituto da prisão especial, confirma a suspeita de que o dinheiro faz a diferença perante a lei. **É como se houvesse, no Brasil, dois tipos de ser humanos diferentes.** A distingi-los, o acesso ao ensino superior. **No fundo, o que distingue é mesmo a riqueza, o patrimônio, o dinheiro ou a classe social.** A faculdade, nesse caso, só um disfarce. Uma espécie de máscara para a classe social. Quando a lei foi aprovada, só chegava à universidade quem tivesse dinheiro – com raras exceções. (SOARES, 2011, p. 54, grifos nossos).

Em seguimento a essa linha de reflexão, Zaffaroni (1989) sinaliza que a lei brasileira permite enormes esferas de exercício arbitrário do poder, quando dá margem à renúncia dos limites da legalidade, exercida pelos órgãos executivos, sem intervenção efetiva dos órgãos judiciais. Nesta disposição, os órgãos do sistema penal são incumbidos de um *controle social militarizado e verticalizado*, que “se estende além do alcance meramente repressivo, por ser substancialmente configurador da vida social” (ZAFFARONI, 1989, p. 23). Além disso, o autor enfatiza a *seletividade e o recrutamento* como elementos essenciais no sistema penal, particularmente presentes nas *instituições totais*.<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> *Instituição total*: Este termo é utilizado por Erving Goffman (1961) para distinguir instituições de internação. Esta categoria será evidenciada no próximo item desta monografia, quando analisar-se-á a realidade punitiva das prisões.

Assim, os órgãos penais ocupam-se em selecionar e recrutar ou em reforçar e garantir o recrutamento de desertores ou candidatos a instituições tais como manicômios, asilos, quartéis e até hospitais e escolas (em outras épocas, conventos). Este poder também se exerce seletivamente, de forma idêntica à que, em geral, é exercida por todo o sistema penal. (ZAFFARONI, 1989, p. 23).

Sobre esta seletividade, Zaffaroni (1989) argumenta que o sistema penal é estruturalmente organizado para que a legalidade processual não funcione, mas exerça um poder com elevado grau de arbitrariedade seletiva, naturalmente direcionada aos setores sociais mais vulneráveis, em prol de um exercício de poder controlador. Isto acontece, devido à disparidade abissal, entre o exercício de poder programado, *versus* a capacidade operativa dos órgãos e das agências do sistema penal. Pondera duramente, que

*a seletividade estrutural do sistema penal [...] é a mais elementar demonstração da falsidade, da legalidade processual proclamada pelo discurso jurídico-penal. Os órgãos executivos têm “espaço legal” para exercer poder repressivo sobre qualquer habitante, mas operam quando e contra quem decidem. (ZAFFARONI, 1989, p. 27, grifos do autor).*

Diante da deslegitimação do sistema penal constatado, Zaffaroni (1989) conclui assinalando:

- a) Admite-se implicitamente que já não se pode afirmar que o monopólio da violência pertença ao Estado, sendo mais adequado afirmar que *seus órgãos pretendem o monopólio do delito*;
- b) Admite-se expressamente que a *legalidade é uma ficção*;
- c) O sistema penal converte-se em uma espécie de “guerra suja” do momento da política, na qual *o fim justifica os meios*;
- d) Em razão da seletividade letal do sistema penal e da consequente impunidade das pessoas que não lhe são vulneráveis, deve admitir-se que seu exercício de poder dirige-se à contenção de grupos bem determinados e não à “*repressão do delito*”. (ZAFFARONI, 1989, p. 40, grifos do autor).

Volta-se a afirmar, nesta concepção de seletividade, a teoria rotulacionista da reação social que seleciona apenas alguns sujeitos para serem considerados como criminosos. Nesta perspectiva, retoma-se Young (2002) quando afirma que o criminoso e a noção de crime são construídos socialmente, o crime assim não é algo “objetivo”, mas um produto de definições socialmente estabelecidas. Logo, “o desvio não é *inerente* num item

de comportamento, mas é *aplicado* a ele pela avaliação humana”. (YOUNG, 2002, p. 67) Sendo assim, “a noção exata do que é crime passou a ser contestada e a ficar sujeita ao debate público” e a seleção de quem “merece” ir para a prisão fica factível. (p. 69).

Por conseguinte, “o crime não é algo que se faz, mas uma determinada resposta social a algo supostamente feito”. (SELL, 2007 p. 3). Em concordância, a teoria rotulacionista do etiquetamento social sustenta que é mais provável ser tido como criminoso pelo que se é, do que pelo que se faz. Além disso, conforme Young (2002), a seletividade criminal perpassa pela suspeita da culpabilidade, que identifica a periculosidade baseada em um estereótipo. Pois o universo onde se procura o crime e o criminoso é restrito, e a suspeita deixou de ser individual, passando a ser categórica/social, especificamente em respeito a classes sociais.

A crença lógica que permeia o imaginário popular, em relação à criminalidade, é que o furto e o roubo, por exemplo, são delitos exclusivos de “pessoas mais pobres”. Um índice de marginalização hipotético define quem tem mais probabilidade de ser criminoso. Este indicador constata ainda que se o sujeito, além de pobre for negro, desempregado, jovem de aspecto *lombrosiano* ou imigrante, a verossimilhança é fato. (SELL, 2007).

Na perspectiva do mercado e da corrida meritocrática supracitada, entende-se que o sujeito rouba, pois é “pobre”, justamente para poder consumir e integrar-se à sociedade. Porém, ele só usa o crime como meio, pois não se “esforçou o suficiente” para ser um “bom trabalhador assalariado” e consumir dignamente. Sendo assim, deduz-se neste imaginário popular que “quem tem dinheiro não precisa roubar”.

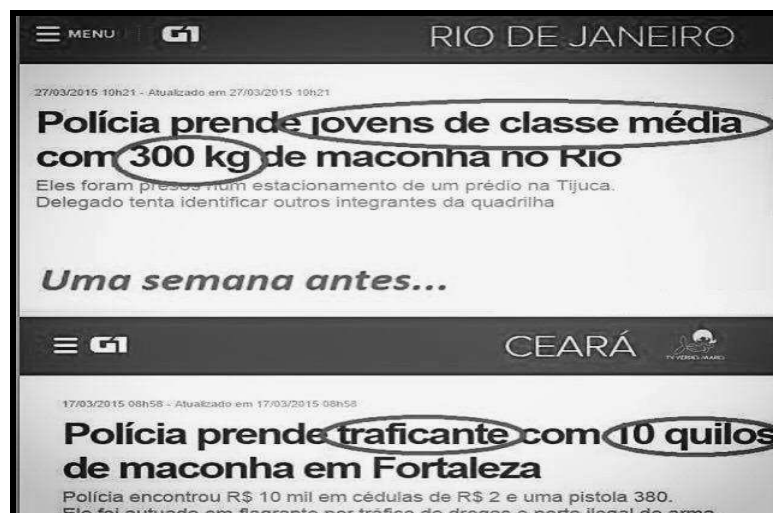
Portanto, nesta concepção, a culpabilidade de um político corrupto é algo difícil de comprovar, já que os indicadores atestam o contrário. Soma-se a essa constatação o fato de que o processo contra o político corrupto usualmente não se conclui, as alegações de ausência de provas, o cerceamento da defesa, além da morosidade do processo favorecem o indivíduo antes que possa ser imputado a ele o rótulo de criminoso. Contrariamente, ao sujeito pobre que preenche os critérios indicados o sistema é repressivo, rápido e *quase infalivelmente condenatório*. (SELL, 2007).

Se, ao longo do mundo e, particularmente neste país, só se apropriasse dos bens alheios quem precisasse, o universo das finanças públicas seria esplendidamente superavitário. Ao contrário, se todos os necessitados passassem a roubar, a vida num país de tantos miseráveis como o Brasil seria insuportável. Para o mal ou para o bem, a lógica do “como sou rico, não roubo” / “como sou pobre, roubo”, não guarda relação com os fatos: apenas com ideologias. (SELL, 2007, p. 4).

É importante reconhecer que este estereótipo se dissimula na mídia de massa, que propaga esta ideologia em suas notícias e em discursos jornalísticos; o criminoso normalmente é, de acordo com Castro (2005, p. 215), “alguém pertencente às classes subalternas, de condições afetivas e familiares precárias, agressivo, incapaz de incorporar-se com sucesso ao aparato produtivo”.

Essa posição midiática em relação à rotulação social está representada na Figura 1, a seguir:

**Figura 1** – Expressões do etiquetamento social na mídia



Fonte: G1 – Portal de notícias da Globo. Foto editada e disponível em: <https://fabiofettuccia.jusbrasil.com.br/artigos/175496748/o-criminoso-segundo-a-teoria-do-labelling-approach>. Acesso em: 15 set. 2018.

A notícia constrói, desta forma, princípios dicotômicos entre bons e maus, selecionando e classificando quem é o criminoso e de que forma a notícia vai ser publicada para ratificar a ideologia seletiva e a percepção

imaginária da criminalidade, um dos mecanismos para a manutenção do *status quo*, como citado anteriormente.

Compreende-se que a determinação do que e de quem deve ser punido faz parte de uma decisão política do Estado, e que, neste sentido, submete-se aos interesses defendidos pelos atores que compõem e possuem a hegemonia deste Estado. Analisando a formação social histórica e econômica do Brasil, marcada por uma trajetória escravista, latifundiária, desigual e baseada em relações autoritárias de poder, depreende-se que se reproduz historicamente uma lógica de seletividade compatível com os interesses das classes dominantes, que ainda segrega espacial e socialmente os estratos mais subalternizados da classe trabalhadora. (ALVES; MOLJO, 2015).

Alves e Moljo (2015) relacionam este processo com a *criminalização da questão social*,<sup>14</sup> como uma forma de controle social dos contingentes que não encontram lugar na estrutura produtiva e os demais que sofrem com impossibilidades de diversas ordens, na busca da sua própria subsistência.

A sociedade cria sua rede de prisões, manicômios, internatos e asilos e o Estado é o responsável por sua manutenção, utilizando esses instrumentos para o internamento dos indesejáveis destroços do exército reserva. Para esses sujeitos estão disponíveis justificativas e estereótipos que explicarão a sua condição, sem, contudo, se esclarecer como se alimenta o processo que reproduz os lugares que esses sujeitos ocupam na sociedade. (ALVES; MOLJO, 2015, p.272).

No entanto, a gênese estrutural, que produz e reproduz as expressões da questão social, é ocultada pelos padrões de exploração e alienação inerentes à sociedade moderna. Esse quadro falseia uma interpretação individualista e naturalizante dos problemas sociais, em que não se admite reconhecer a própria culpa social, transferindo aos sujeitos a responsabilidade sobre as consequências de um sistema injusto, desigual e explorador. Alves e Moljo (2015) analisam:

---

<sup>14</sup> *Questão social*: categoria de análise que busca precisar a existência de desigualdades sociais inerentes ao modo capitalista “de organização da vida, em sua produção, e reprodução da dialética entre capital e trabalho, [...] sempre em relação com o sistema punitivo”. (ALVES; MOLJO, 2015, p. 268).



O caráter violento de fatos não criminalizados – mas extremamente danosos socialmente – são displicentemente abandonados e reiteradamente tratados como problemas naturais: a fome, a desnutrição, a concentração de renda, terras, poder, a falta de saneamento, a falta de acesso à saúde, a educação, enfim, toda esta série de “más sortes” que uma enorme parcela da população de nosso país enfrenta em seu cotidiano. **Essa violência real, sistemática, generalizada e reproduzida pela sociabilidade burguesa em que vivemos é maquiada pela conveniente ideia de que o que ameaça a “paz social” são as ações individualizadas de alguns sujeitos que cometem assaltos, sequestros, homicídios, etc.** (ALVES; MOLJO, 2015, p.272, grifos nossos).

Esta lógica remete à perspectiva funcionalista de Emile Durkheim, que compreende a sociedade como um organismo vivo, um *organismo social*, em que todos direcionam suas ações buscando o bem comum. Durkheim propõe que todos os indivíduos são dotados de moral, e essa moral representa a negação do individual e a doação do indivíduo para o todo social. A perspectiva organicista é um paradigma que fundamentou o discurso jurídico penal historicamente. Zaffaroni (1989) defende que

a ideia de “organismo social” é, por sua essência, antidemocrática, pois o que interessa é o organismo, e não suas células. As decisões são tomadas apenas pelas células preparadas especialmente para decidir e não pela maioria indiferenciada delas. O paradigma organicista é idealista, não suscetível de verificação, e sua adoção pelo positivismo não foi mais do que um recurso do poder para “mostrar como científico” aquilo que sempre constituiu uma metáfora antidemocrática. (ZAFFARONI, 1989, p. 49).

Importa ressaltar que essa correlação de forças, que criminaliza os frutos de um sistema excludente, passa por um processo que os criminalistas críticos definem como *criminalização primária e secundária*.

O processo seletivo de criminalização se desenvolve em duas etapas denominadas, respectivamente, primária e secundária. *Criminalização primária* é o ato e o efeito de sancionar uma lei penal material que incrimina ou permite a punição de certas pessoas. Trata-se de um ato formal fundamentalmente programático [...] Apesar de a criminalização primária implicar um primeiro passo seletivo, este permanece sempre em certo nível de abstração porque, na verdade, as agências políticas que elaboram as normas nunca sabem a quem caberá de fato, individualmente, a seleção que habilitam. Esta se efetua concretamente com a *criminalização secundária*. (ZAFFARONI; BATISTA, 2011, p. 44).

A *criminalização primária* então consiste na formulação da lei penal. Nesta etapa, são as agências políticas, principalmente as instituições legislativas, que atuam para promover esta forma de criminalização. Estas agências delimitam sobre qual parcela da sociedade haverá a incidência da lei penal e quem sofrerá o controle repressivo das outras agências do estado, mesmo sabendo que há uma margem de abstração. Já a *criminalização secundária* diz respeito às agências do controle executivo, aquelas que detêm o Poder de Polícia e que exercem a ação de punir o que foi declarado pelos legisladores como delito. (ZAFFARONI; BATISTA, 2011).

Enquanto a *criminalização primária* (elaboração de leis penais) é uma declaração que, em geral, se refere a condutas e atos, a *criminalização secundária* é a ação punitiva exercida sobre as pessoas concretas, que acontece quando as agências policiais detectam uma pessoa que supõe-se tenha praticado certo ato criminalizado primariamente, a investigam, em alguns casos privam-na de sua liberdade de ir e vir, submetem-na à agência judicial, que legitima tais iniciativas e admite um processo (ou seja, o avanço de uma série de atos em princípio públicos, para assegurar se, na realidade, o acusado praticou aquela ação); no processo, discute-se publicamente se esse acusado praticou aquela ação e, em caso afirmativo, autoriza-se a imposição de uma pena de certa magnitude que, no caso de privação da liberdade de ir e vir da pessoa, será executada por uma agência penitenciária (prisonização). (ZAFFARONI; BATISTA, 2011, p. 45, grifos do autor).

Diante disto, ao analisar a realidade, percebe-se que a balança pende “quase sempre” a favor de quem é economicamente mais favorecido, ou goze de um bom prestígio social, enquanto pessoas sem estas condições estão fadadas aos processos de criminalização. (ZAFFARONI; BATISTA, 2011).

Para tanto, “A seleção criminalizante secundária conforme ao estereótipo condiciona todo o funcionamento das agências do sistema penal, de tal modo que o mesmo se torna inoperante para qualquer outra clientela”. (ZAFFARONI; BATISTA, 2011, p. 46).

Cabe ressaltar neste contexto que (ainda que não seja o objeto de estudo desta análise), juntando todos aspectos seletivos do sistema de justiça criminal, basta acrescentar “uma incompetência e corrupção impressionantes da polícia e teremos uma história de repercussão incomparável”. (YOUNG, 2002, p. 75).

Sendo assim,

a seletividade, a reprodução da violência, a criação de condições para maiores condutas lesivas, a corrupção institucionalizada, a concentração de poder, a verticalização social e a destruição das relações horizontais ou comunitárias não são características conjunturais, mas estruturais do exercício de poder de todos os sistemas penais. (ZAFFARONI, 1989, p. 15).

Diante do exposto, apreende-se ainda que os elementos acima referidos contribuem para demonstrar que a questão penal se trata de um problema estrutural, e não meramente conjuntural. (ZAFFARONI, 1989). Consequentemente, entende-se que a seletividade e as questões relacionadas à punição têm raízes profundas e é necessário identificar estes elementos, para que possa ser examinada a realidade punitiva vivenciada nas instituições prisionais, bem como a estigmatização dos sujeitos que passam por este sistema carcerário, conforme está no próximo capítulo.

### **3 A saga da criminalização continua: a realidade punitiva, as instituições prisionais e a liberdade frente ao eterno rótulo de criminoso**

Conforme disposto na seção 2.2, em que tratou-se do etiquetamento social, desde o surgimento das primeiras configurações de sociedade, já se detectava a indispensável necessidade de regras para o estabelecimento e a manutenção da ordem social. Surge nesta conjuntura o Estado, como uma determinada organização representativa dos interesses da população do povo, assumindo a função de responder às necessidades da população, visando ao interesse público e a boa convivência social através do estabelecimento de códigos de convivência: as leis para manter a ordem social. (MARCINEIRO, 2007).

Contudo, importa evidenciar que, de acordo com Pereira (2008), para alguns autores definir Estado é tarefa quase impossível, pois é constituído de vários aspectos, apresentando-se como um conceito complexo, histórico e relacional. Neste sentido, a autora define:

O Estado é ao mesmo tempo uma relação de dominação, ou a expressão política da dominação do bloco no poder, em uma sociedade territorialmente definida, e um conjunto de instituições mediadoras e reguladoras dessa dominação, com atribuições que também extrapolam a coerção. Nesse contexto, o governo ganha persona própria, jurídica, separada tanto da persona física do governante quanto da instituição estatal. (PEREIRA, 2008, p. 148).

Existem várias teorias que tentam explicar a origem do Estado, mas o que é importante “elucidar é que o Estado surgiu da necessidade de ruptura entre a barbárie e a civilização”. (ALVES *et al.*, 2013, p. 3). Neste âmbito, o Estado incide da necessidade de fazer cessar o inoportuno do Estado de Natureza, quando os homens decidem passar à sociedade civil, criando o Poder Político e as leis. A passagem do Estado de Natureza à sociedade civil se dá por meio do Contrato Social. Todavia, importa salientar que este Estado é perpassado de contradições que denotam a desigualdade existente entre as classes sociais e demanda a instituição de regras que permitam a manutenção

das condições básicas de sobrevivência à classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que viabilize a reprodução do modo de produção vigente.

A garantia das condições para a manutenção e reprodução dos entes que compõem a sociedade são mediatizadas pela instituição de conjuntos de legislações, destacando-se dentre elas os direitos sociais que irão atuar enquanto indutores para o desenvolvimento das políticas sociais. No entanto, ainda pautado por uma análise calcada na contradição, registra-se a permanente disputa de interesses que se encontra em jogo, sendo que, historicamente, os direitos sociais têm sido materializados de forma desigual, beneficiando aqueles que detêm a maior parcela de poder.

Além disso, Marquês de Beccaria (1764), em sua crítica humanitarista analisa que a instauração das leis é, também, um instrumento da paixão das minorias, que acumulam privilégios, poder e até mesmo a felicidade. E que sua verdadeira motivação não seria o bem-estar da “maioria”. Na verdade, para conter o despotismo, a usurpação desmedida e reprimir o caos, estas “minorias” abrem mão de uma parcela de sua própria liberdade, estipulando leis e penas.

No decorrer da instauração das leis, manifestam-se conjuntamente os “infratores da lei”, aqueles que de alguma forma não respeitam esta lei, não a cumprem. Pois, em qualquer conjuntura, devido à complexidade e à heterogeneidade do ser humano, existirão alguns indivíduos que não se enquadram nos padrões, e irão colidir com as imposições da sociedade. Diante disso, é necessário que, em nome do bem-estar coletivo, haja uma intervenção do Estado, que foi formado com o intuito de restaurar a valorosa ordem social.

Na transcorrer histórico, são instituídos, para cumprir o papel de restabelecer a ordem, “corpos de milícia com função de polícia” com o propósito de consolidar a segurança pública. (MARCINEIRO, 2007). Esses corpos de milícia são formados por grupos e instituições para manter a ordem na sociedade, desenvolvendo diversos modos para que esta se concretize; a maneira primordial é a punição e/ou o castigo. Neste enredo social, organizam-se historicamente meios de contenção e punição dos infratores, para demonstrar o malogro do ato infracional.

Para ilustrar este contexto histórico e seu desenvolvimento, no decorrer das décadas, apresentar-se-á, de modo sintético, a história da punição, a partir do século XVIII, e das formas de penas, chegando até os moldes atuais de privação da liberdade. Discorrer-se-á em meio a esta trajetória, sobre os princípios, valores e as ideologias que perpassam estas modalidades punitivas.

Apresentar-se-á também, neste capítulo, uma exposição acerca da realidade das instituições prisionais brasileiras. Demonstram-se com dados de pesquisas, a materialização nestas instituições da punição, do etiquetamento e da demonização; a negação dos direitos e a criminalização seletiva analisada nos itens anteriores, além do estigma de criminoso que permanece até o egresso à sociedade.

### **3.1 Vigiar e punir: historicizando as formas de punição, os corpos dóceis e a disciplinarização**

Para compreender o processo histórico das formas punitivas e penais, inicia-se explorando o percurso apresentado em Foucault (1975). O autor introduz sua clássica obra *Vigiar e punir*, descrevendo exemplos de *suplícios*, graves punições corporais ordenadas por uma sentença de intensa tortura, que se expressam em distintas épocas e de várias formas, também como meios de “vingança”. Cabe mencionar também Beccaria (1764) quando pondera que eram necessários meios de punição sensíveis e bastante poderosos, de exemplo social, para a contenção dos desviantes, infratores da lei. Meios “que impressionam imediatamente os sentidos e que se fixam nos espíritos”. (BECCARIA, 1764, p. 23).

Na história, cabe demarcar que diversas civilizações foram dominadas pelo sentimento de vingança punitiva, principalmente em relação a questões divinas e religiosas. Os suplícios e as penas com requintes de crueldade foram comuns nas civilizações egípcias, assírias, chinesas, fenícias, persas, hindus, entre outras, onde a aplicação da pena se convertia em um ato de ordem religiosa, cercada de formalidades solenes consagradas pela lei ou por ritos tradicionais. (SALEILLES, 2006).

Para ilustrar os suplícios do século XVIII e XIX, correntes na Europa, Foucault (1975) relata casos de tortura no período de 1757, quando os condenados eram queimados e executados de forma atroz,

[...] com fogo de enxofre, chumbo derretido, óleo fervente, piche em fogo, cera e enxofre derretidos conjuntamente, e a seguir seu corpo será puxado e desmembrado por quatro cavalos, e seus membros e corpo consumidos ao fogo, reduzidos a cinzas, e suas cinzas lançadas ao vento. (FOUCAULT, 1987, p. 9).

As punições de tortura eram espetáculos públicos, justamente para serem vistos por toda população, com o objetivo de que todos soubessem o preço da transgressão. Foucault (1975) narra ações hediondas e reitera afirmando que os sujeitos condenados eram submetidos a dores inexprimíveis.

Nas cerimônias do suplício, o personagem principal é o povo, cuja presença real e imediata é requerida para sua realização. Um suplício que tivesse sido conhecido, mas cujo desenrolar houvesse sido secreto, não teria sentido. Procurava-se dar o exemplo não só suscitando a consciência de que a menor infração corria sério risco de punição; mas provocando um efeito de terror pelo espetáculo do poder tripudiando sobre o culpado. (FOUCAULT, 1975, p. 58).

Entretanto, em meados do século XVIII e início do século XIX, surgiram críticas fortemente humanistas, condenando todas as formas de tortura. Além disso, acendeu-se uma revolta do povo frente ao sentenciamento de penas muito pesadas para pequenos delitos; o ilegalismo e as formas malvistas da economia do poder e a crueldade causaram grande indignação e protestos. Clamava-se por justiça e punição, e não mera vingança. Isto provocou inúmeros projetos de reforma na justiça penal. Ocorreram, diante disso, transformações significativas neste percurso histórico da punição. Estas reformas, em suma, nascem de junção entre a luta contra o superpoder do soberano e a luta contra o infrapoder das ilegalidades conquistadas e toleradas.<sup>15</sup> (FOUCAULT, 1975).

---

<sup>15</sup> Em suma, o *infrapoder* das ilegalidades fala da “economia das ilegalidades, o poder disseminado nesta economia, se reestruturou com o desenvolvimento da sociedade capitalista. A ilegalidade mais suscetível às classes populares, agora ditas perigosas, foi a dos bens; de outro, à burguesia ascendente, então, se reservaria a ilegalidade de direitos. Sabemos para qual delas se guardou o caminho ordinário do castigo. Assim, nunca é

Dentre as transformações, Foucault (1975, p.13) destaca o *“desaparecimento dos suplícios. [...] A melancólica festa de punição vai-se extinguindo”*, a tortura pública passou a ser apenas uma execução rápida; aparecem então guilhotinas, forcas, etc., as *máquinas de mortes instantâneas*.

Apesar da tortura não ser mais uma atração pública, as execuções instantâneas continuaram sendo eventos com plateia. Todavia, logo mais, neste mesmo período, a punição e a exposição dos corpos e do sofrimento, como um espetáculo, também passaram a ter caráter negativo.

Foucault (1975) analisa que a visibilidade da violência exibida nas execuções passa a não ser mais suficiente como forma de castigo e punição, é necessário algo que seja entranhado na consciência dos indivíduos, que vá além da dor física do momento da tortura e da execução. A punição deve tomar forma de um arranjo mais sutil de sofrimento.

A execução pública é vista como uma fornalha em que se acende a violência. [...] A punição [...] deixa o campo da percepção quase diária e entra no da consciência abstrata; sua eficácia é atribuída à sua fatalidade não à sua intensidade visível; **a certeza de ser punido é que deve desviar o homem do crime e não mais o abominável teatro; a mecânica exemplar da punição muda as engrenagens**. Por esta razão, a justiça não mais assume publicamente a parte de violência que está ligada a seu exercício. (FOUCAULT, 1975, p.13, grifos nossos).

Neste sentido, Foucault (1975) sinaliza que o ato de punir não é mais considerado algo honroso. Por isso, o Estado não estaria mais disposto a desempenhar esta forma de violência, e se discutem outras formas de execução de penas. Estabelece-se uma dualidade entre a justiça: de um lado como o sistema de proteção que ela deve exercer e do outro os castigos que ela impõe. “A execução da pena vai-se tornando um setor autônomo, em que um mecanismo administrativo desonera a justiça, que se livra desse secreto mal-estar por um enterramento burocrático da pena”. (FOUCAULT, 1975, p. 13).

Irrompe, neste contexto, um insólito princípio de punição, o suplício, e as execuções já não são as técnicas de sofrimento centrais atribuídas aos

---

dispensável lembrar que o sistema penal deve ser concebido como um instrumento para gerir diferencialmente as ilegalidades, não para suprimi-las todas”. (DREYER; POZZEBON, 2012, p. 93).



desviantes, infratores. A própria condenação deve marcar o sujeito como um sinal negativo e unívoco de delinquente. Não consiste apenas em uma punição, mas uma correção, reeducação, uma “cura”. O sofrimento físico e a dor não são mais os elementos primordiais da pena. Novos mecanismos e técnicas substituem o carrasco das execuções. E o direito de punir desloca-se de certa forma da vingança do soberano à defesa da sociedade. (FOUCAULT, 1975).

Uma trama complexa de coação moral se inicia, como uma forma de controle social sobre os indivíduos, “não mais sobre o que eles fizeram, mas sobre aquilo que eles são”. (FOUCAULT, 1975, p. 20). Uma nova arte de punir, que substitui a semiotécnica punitiva,<sup>16</sup> por uma nova política do corpo. Conforme examina Foucault,

não se destinam a sancionar a infração, mas controlar o indivíduo, e neutralizar sua periculosidade, a modificar suas disposições criminosas, a cessar somente após a obtenção de tais modificações. [...] dar aos mecanismos da punição legal um poder justificável **não mais simplesmente sobre as infrações, mas sobre os indivíduos; não mais sobre o que eles fizeram, mas sobre aquilo que eles são, serão, ou possam ser.** (FOUCAULT, 1975, p. 20, grifos nossos).

Convém evidenciar que este pensamento nos remete às formas de “reajustamento” do sujeito na História, a ideia de “ressocialização”, da correção, e do tratamento para a delinquência. Esta perspectiva correlaciona-se a elementos que perpassam a questão do etiquetamento social e da estigmatização dos egressos do sistema prisional, pois a lógica, de que os indivíduos que cometem crime ficam marcados para sempre como criminosos, subsiste na sociedade.

---

<sup>16</sup> Foucault afirma que há uma mudança na economia política do corpo, que faz com que as sanções sejam aplicadas de maneira diferente. Essa mudança pode ser atribuída a questões morais, mudanças do direito, mas é principalmente uma mudança política, em que há diferentes formas do poder de punir. Para Foucault, há uma substituição do que ele chama de *semiotécnica punitiva*, que engloba regras para punir, para uma política do corpo,<sup>3</sup> em que o controle do poder seja exercido de forma sutil, tornando o crime não só temido, não vantajoso e quase impossível de ser realizado em uma sociedade que tudo regula. Nesta sociedade não é mais o carrasco que aplica a pena, há uma “despessoalização” da aplicação da pena, ou, nas palavras de Foucault: “O tempo, operador da pena”. (SALGADO, 2012).

Foucault (1975) descreve que, a partir de então, a punição vai muito além do corpo físico. Bem, mas *“se não é mais ao corpo físico que se dirige a punição, em suas formas mais duras, sobre o que, então, se exerce?”*

**Pois não é mais o corpo, é a alma.** À expiação que tripudia sobre o corpo deve suceder um castigo que atue, profundamente, **sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições** [...]. Que o castigo, se assim posso exprimir, fira mais a alma do que o corpo. Momento importante. O corpo e o sangue, velhos partidários do fausto punitivo, são substituídos. Novo personagem entra em cena, mascarado. Terminada uma tragédia, começa a comédia, com sombrias silhuetas, vozes sem rosto, entidades impalpáveis. **O aparato da justiça punitiva tem que se ater agora, a esta nova realidade, realidade incorpórea.** (FOUCAULT, 1975, p. 21, grifos nossos).

Neste enredo, destaca-se a inovação do conceito da pena de prisão como “peça essencial no conjunto das punições, marca certamente um momento importante na história da justiça penal: seu acesso à *humanidade*.” (FOUCAULT, 1975, p. 223). Contudo, as prisões eclodem como uma função primordial na contenção e no controle dos sujeitos, a partir de relações de poder estabelecidas.

Sobre as prisões, de acordo com Oliveira (2013) nasceram em um contexto de aprisionamento, quando o sujeito ficava detido, até que sua pena fosse decretada ou apenas para esperar a própria execução. A pena privativa de liberdade, que era a penalidade principal do século XIX, não era usada até então como punição. Todavia, desde seu princípio a prisão tem como objetivo não somente responder a uma infração, mas também à correção do indivíduo. Para o autor, essa ideia de “corrigir um indivíduo” nasce de uma prática policial, de forma paralela e exterior à justiça. Não surge dos grandes reformadores nem da teoria jurídica, mas da necessidade de um controle social pelos que exerciam o poder de forma direta.

É importante salientar que as prisões já existiam há séculos, mas não tinham a mesma configuração que conhecemos na atualidade. Como exemplo, na Idade Média a pena eclesiástica estabelecida pela Igreja Católica tinha o intuito de recolher e isolar os transgressores em ergástulos, em celas solitárias, a fim de que pudessem refletir sobre seus atos, praticando a leitura bíblica diária para serem purgados dos seus “pecados”. Já na Idade Moderna, diante da crise socioeconômica que abalou a Europa e que resultou no grande

número/grupo de pessoas em situação de extrema pobreza, e que envolveram-se em mendicância e atos delituosos, em prol de sua própria subsistência, foi necessário conter o crescimento e a ação desse grupo. Nesse contexto, foi desencadeado um encarceramento em massa de pessoas “*vadias, ociosas, ladrões e praticantes de pequenos delitos*”, com o objetivo de serem disciplinados. (PRACIANO, 2007, p. 31).

Além destes exemplos, cabe mencionar como marcos importantes, que fazem parte da origem dos sistemas penitenciários, os *Bridwells* (estabelecimentos prisionais ingleses), também conhecidos como *Houses of Correction* – *Casas de Correção*, os quais ganharam respaldo legal, mencionados pela primeira vez em uma lei de 1575, preconizando o que afirmava-se ser uma “sanção para os vagabundos e o alívio para os pobres”. Também determinantes neste processo foram as *Workhouses*, Casas de Trabalho e Correção e os *Hospícios*, que acolhiam crianças e jovens “desregrados”. (PRACIANO, 2007, p. 31).

Já os primeiros regimes penitenciários, que surgem estruturados após a apropriação da perspectiva da punição que vai além do corpo físico, e a dissolução dos suplícios, são marcados pelo isolamento total e pela imposição do silêncio aos reclusos. Um confinamento solitário, com o intento de induzir ao arrependimento.

Este formato adotado de isolamento absoluto também recebeu diversas críticas na época. De acordo com Bittencourt (*apud* PRACIANO, 2007), alguns estudiosos consideravam o isolamento a pior tortura, com efeitos mais excruciantes que qualquer castigo físico, porém sem suas consequências aparecerem evidentemente no corpo do sujeito. Ao longo das décadas, o sistema foi sendo modificado; o isolamento foi adquirindo outras proporções e aspectos, como, por exemplo, as formas de trabalho, que objetivavam a reabilitação e foram sendo introduzidas.

Entretanto, não abandonando a perspectiva da punição incorpórea, toma-se forma instituições prisionais severamente punitivas, que para atingir este novo e complexo objetivo, começam a ter traços impetuosos de *disciplinarização* e *domesticação*. Pois, é importante nesta lógica ter um controle dos indivíduos, neutralizar sua periculosidade, moldar *corpos dóceis*. O infrator da lei não deve apenas receber um castigo, mas deve ser capaz de

se conscientizar acerca do mal cometido e aprender a viver, de acordo com a legislação vigente, suprimindo suas necessidades e respeitando as regras. (FOUCAULT, 1975).

Para compreender estas instituições de encarceramento, cabe citar o conceito de Erving Goffman (1961) sobre *instituição total*.

Quando resenhamos as diferentes instituições de nossa sociedade ocidental, verificamos que algumas são muito mais “fechadas” do que outras. Seu “fechamento” ou seu **caráter total** é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico – por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas ou pântanos. A tais estabelecimentos dou o nome de *instituições totais*. (GOFFMAN, 1961, p. 16, grifos nossos).

Sobre as prisões, o autor caracteriza os espaços como “*um tipo de instituição total organizada para proteger a comunidade contra perigos intencionais, e o bem-estar das pessoas assim isoladas não constitui problema imediato*”. (GOFFMAN, 1961, p.17).

A principal propriedade que determina o caráter total das instituições são as barreiras de contato com o mundo externo, simbolizadas por muros, grades, portões, localização de difícil acesso, longe dos centros urbanos, etc. Além das unidades prisionais, esta categoria de instituições abrange: abrigos, casas de repouso, manicômios, quartéis e conventos. (GOFFMAN, 1961).

Uma das características mais expressivas das instituições totais são as *relações de poder*. Tendo como base os estudos de Foucault (1975, p. 134), pode-se relacionar a concepção das relações de poder com a *disciplinarização* e a categoria que o autor apresenta de *corpos dóceis*, que são formas de ajustamento dos sujeitos, conforme citado anteriormente. A ideia de *corpo dócil* vem de um “corpo que pode ser submetido, manipulável, transformado, aperfeiçoado, logo docilizado, domesticado”. É necessário trabalhá-lo detalhadamente, exercer sobre ele uma coerção sem folga, ininterrupta, constante, mantê-lo ao mesmo nível da mecânica. Foi durante a Época Clássica, que se descobriu o corpo como um objeto, alvo de poder, pois “*ao corpo se manipula, modela-se, treina-se, que obedece, responde, torna-se hábil ou cujas forças se multiplicam*”. (p. 134).

Neste sentido:

Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem **uma relação de docilidade-utilidade**, são o que podemos chamar de “disciplinas”. [...] **formas gerais de dominação**. [...] O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe. [...] A disciplina fabrica assim **corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”**. (FOUCAULT, 1975, p. 135, grifos nossos).

Esta disciplinarização funciona como uma forma de delimitar e padronizar a vida dos sujeitos internos e seus comportamentos. Todorov (1995) afirma que as pessoas que entram nestas instituições reproduzem este caráter domesticador e se transformam em *não pessoas*, pois são submetidos a técnicas de despersonalização. Nos casos das unidades prisionais ainda faz menção ao fato de que os guardas chegam a um ponto de esquecimento da humanidade dos internos.

Nesta linha de pensamento, Goffman (1961) discute sobre *o mundo do internado* e a *mortificação do eu*; categoriza a institucionalização e transformação dos internos que passam um período da sua vida nas instituições totais, como uma “*mortificação do eu*”, em que os sujeitos perdem a sua identidade. Iniciam uma “*mudança radical na carreira moral*”, pois “*mutilam o eu*”. A partir do rompimento de vínculos e ao isolamento da sociedade, adentrando em um sistema de padronização imposta e obrigatória, pressupõem-se diversas formas de violência. O ponto de análise em questão decorre das consequências do isolamento e da disciplinarização imposta nestes espaços. A vigilância constante e o controle tirano são fatores marcantes que causam essa perda de identidade dos sujeitos, consequências causadas pela domesticação e pelo ajustamento realizado através das normas severamente estabelecidas.

O autor aponta que estas instituições

criam e mantêm um tipo específico de tensão entre o mundo doméstico e o mundo institucional, e usam essa tensão persistente como uma força estratégica no controle de homens. [...] A barreira que as instituições totais colocam entre o internado e o mundo externo assinala a primeira *mutilação do eu*. (GOFFMAN, 1961, p. 24).

Diante disto, Foucault (1975, p. 167) evidencia que, neste exercício de disciplina, supõe-se a obrigação de um dispositivo de jogo de olhares. “O sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico o exame”.

Um ponto central para o funcionamento desta lógica de domesticação é a vigilância ininterrupta, que cumpre um papel indispensável. Foucault (1975) analisa a partir da perspectiva apresentada pelo filósofo jurista Jeremy Bentham, o *Panóptico*, que traz a ideia de um dispositivo de controle, baseado na sensação de observação constante.

*O Panóptico* de Bentham é figura arquitetural dessa composição. O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre: esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber a torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas na celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver em parar e reconhecer imediatamente. [...] A plena luz e o olhar do vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha. (FOUCAULT, 1975, p. 194).

O efeito mais importante do panóptico é a sensação induzida de um estado consciente e permanente de vigilância que assegura o funcionamento hierárquico do poder. Nessa lógica, os presos estão sempre expostos e visíveis, enquanto a torre central que tem a visibilidade para toda a estrutura não tem a claridade que dá a mesma visibilidade, é inverificável. Dessa forma, mesmo que esteja vazia não há como ver das celas, o que ocasiona sempre a sensação da vigilância, e não é preciso recorrer à força para obrigar os sujeitos a respeitarem as regras. “O Panóptico é uma máquina maravilhosa que, a partir dos desejos mais diversos, fabrica efeitos homogêneos de poder.” (FOUCAULT, 1975, p. 196).

O Panóptico é um local privilegiado para tornar possível a experiência com homens, e para analisar com toda certeza as transformações que se pode obter neles. [...] funciona como uma espécie de laboratório de poder. Graças a seus mecanismos de observação, ganha em eficácia e em capacidade de penetração no comportamento dos homens: um aumento de saber vem se implantar em todas as frentes do poder, descobrindo objetos que devem ser conhecidos em todas as superfícies onde este exerça. (FOUCAULT, 1975, p. 198).

É uma vigilância hierarquizada, que permite um controle articulado relacionado à forma arquitetônica dos espaços, como um microscópio do comportamento, uma engrenagem do poder disciplinar, que encobre uma maneira específica de punir.

Todos estes fatores compõem o método da punição incorpórea e, como Foucault (1975) declara, *o bom adestramento* do sujeito. Impõe-se a necessidade de compreender a importância da vida em sociedade e da ordem; desenvolve-se nestes espaços uma tentativa de adestramento que transforme o sujeito em alguém que “sirva” para o sistema social. Por isto incide-se este processo de *mortificação do eu*.

Destarte, observa-se que a lógica reproduzida nas instituições e sistema penal da contemporaneidade são conseqüências de um processo histórico que foi se transformando ao longo do tempo, de acordo com a organização da vida em sociedade. A necessidade primordial de manter a ordem se mostra como fundamento para diversas práticas de violência que se identificam nas relações sociais, e o senso de justiça diante do sujeito transgressor torna-se a justificativa para o estranhamento, a criminalização e exclusão de alguns.

O sentimento de vingança e crueldade dos suplícios permeia os meios modernos, materializado na perspectiva da importância de atingir, além do corpo físico, a alma e a vida dos sujeitos. Resgatando a epígrafe inicial, em que Zygmunt Bauman recorre à metáfora da sociedade como um jardim, é preciso cultivar a beleza deste jardim, retirando do meio das plantas e flores o que se identifica como ervas daninhas. É importante que os sujeitos sejam reajustados ou, caso isto não se concretize, é fundamental afastá-los, excluí-los, porém, em última instância, se este propósito não for factível, é preferível, em prol de um bem maior, que sejam eliminados.

### 3.2 *Ordem e progresso: demonização e genocídio, tudo em nome da segurança e disciplina, amém!*

Em observância ao contexto supramencionado, salienta-se um ponto contraditório em meio ao sistema punitivo prisional. Ao mesmo tempo em que a sociedade projeta a necessidade de um “ajustamento” do criminoso ao entrar nas instituições prisionais (a popular “ressocialização”), também anseia por vingança e uma punição cruel. O sujeito, nesta perspectiva, *tem que pagar pelo seu crime*. Ainda assim, mesmo falando em “ressocialização”, a sociedade não acredita na mudança de atitude, entende que o criminoso vai ser para sempre criminoso e, no vocabulário popular, ainda ouve-se *bandido bom é bandido morto*!<sup>17</sup>

Como evidenciado nos itens anteriores, esta punição contemporânea não se configura mais de maneira física e tortuosa, uma vez que somente as dores físicas não se contemplam mais como meio de materializar a justiça. A lógica da punição vai além do corpo, e é um elemento importante ao se analisar a realidade prisional contemporânea brasileira.

Para compreender esta realidade, lembremo-nos da Bandeira Nacional do Brasil, idealizada pelo filósofo e matemático brasileiro Raimundo Teixeira Mendes, que, em seu centro, destaca o lema: “Ordem e Progresso”, conforme a Figura 8.

O lema descrito na bandeira que representa o País está baseado em uma expressão política advinda do positivismo de Augusto Comte: a *Ordem* faz referência à conservação e manutenção de tudo que se considera *bom, belo e positivo* para o povo, já o *Progresso* diz-se da consequência do desenvolvimento e aperfeiçoamento desta estimada *Ordem*, através da correção e eliminação daquilo que se considera *ruim*. (SILVA, 2016).

Recorrendo outra vez à metáfora do jardim de Bauman, ela relaciona-se com a necessidade de que, para as flores crescerem cada vez mais fortes e bonitas (Progresso), é necessário arrancar do meio delas as ervas daninhas e

---

<sup>17</sup> “*Bandido bom é bandido morto!*” foi um *slogan* de sucesso da campanha eleitoral utilizada por José Guilherme Godinho, o Sivuca, um Delegado de Polícia do Rio de Janeiro, para se eleger como Deputado Estadual em meados da década de 80 (1986). Na época, os postes públicos no centro do Rio de Janeiro tinham cartazes estampados com esse *slogan*. E, na atualidade, o mesmo é reproduzido pelo senso comum. (PÊCEGO, 2016).



plantas desprezíveis (Ordem). Logo, a manutenção da ordem do jardim sempre será em função da beleza e saúde das *flores*.

Depois de definidas as espécies e quem são as ervas daninhas do jardim social, cabe concretizar o processo de aniquilação do *ruim/mau*. Nesta sociedade, como se analisou, define-se quem é o criminoso (ou o ruim/mau) mediante uma reação social; este sujeito é rotulado como tal e se torna um *inimigo* da sociedade do *bem*.

Young (2002) analisa como a sociedade incide neste processo da ordem social, partindo de uma lógica que tem como premissa o *essencialismo filosófico*, iniciando por um *autoessencialismo*, em que algumas pessoas (ou grupos) se autoidentificam como tendo as características necessárias para viver em sociedade livremente – uma “essência de cidadão”, o que gera um sentimento de segurança ontológica, que justifica as próprias ações realizadas, dando a noção de se “estar fazendo o correto”. (YOUNG, 2002, p. 154). Este autoessencialismo também pode justificar um sentimento de superioridade, pois alguns indivíduos entendem que, por possuírem uma “essência” específica, são superiores, melhores e necessários. Por isto também, podem reivindicar seus interesses em nome da “maioria”. Young (2002, p. 156) afirma que “o essencialismo é uma estratégia suprema de exclusionismo”, em prol de autovantagens, separando grupos e homens com base em uma determinada cultura ou na sua natureza.

Após esta etapa de autoessencialismo, Young (2002) elucida a continuação deste processo até a formação do *inimigo* social. Parte-se para uma *essencialização do outro*, já que alguns se consideram possuidores da essência; logo definem que outros não têm esta característica (a essência de cidadão), pois a *natureza deles é outra*. Esta concepção então é uma base de projeções, que legitima privilégios e permite culpar o outro.

Apesar de Young (2002) criticar o essencialismo, definindo-o como uma falácia, pois sugere que o desvio e a criminalidade são produtos de uma essência inerente ao indivíduo, o autor entende que, historicamente, é uma importante base cultural que influencia a modernidade recente e é pré-requisito para a fabricação da figura do inimigo, que ele descreve como um processo de *desumanização*, *demonização do outro*, uma *fabricação de monstros*. Nesse quadro, o crime constitui-se na moeda forte desta

desumanização, pois a imputação da criminalidade a alguém é uma necessidade na lógica da vida em sociedade.

No discurso social, estes *demônios populares*<sup>18</sup> são vistos como monstros, criaturas que são essencialmente diferentes do “cidadão normal”, seus atos são inacreditáveis e “é impossível imaginar-se fazendo tal coisa, eles estão no limite da compreensão e da simpatia humana. [...] Estão além da redenção. Tendo sido forjados como monstros, não podem mudar”. (YOUNG, 2002, p. 170, grifos nossos).

Para Zaffaroni (2007), são estes os inimigos da sociedade, também denominados *hostis*, pois se nega a sua condição de pessoa; logo se distinguem dos cidadãos.

Na medida em que se trata um ser humano como algo meramente perigoso e, por conseguinte, necessitado de pura contenção, dele é retirado ou negado o seu caráter de pessoa, ainda que certos direitos (por exemplo, fazer testamento, contrair matrimônio, reconhecer filhos, etc.) lhe sejam reconhecidos. Não é a quantidade de direitos de que alguém é privado que lhe anula a sua condição de pessoa, mas sim a própria razão em que essa privação de direitos se baseia, isto é, quando alguém é privado de algum direito apenas porque é considerado pura e simplesmente como um *ente perigoso*. (ZAFFARONI, 2007, p. 18).

No extremo da demonização, permite-se ainda a “perpetuação da atrocidade”, com comportamentos fora do padrão de civilização em relação aos sujeitos demonizados, além da prática de violação dos direitos humanos. Utilizam-se “técnicas de neutralização”, que permitem uma inumanidade, visando à segurança de uma sociedade que se autoconsidera legítima. (YOUNG, 2002, p. 167).

Como exemplo desta lógica, Young (2002) cita o Holocausto, relacionando-o com uma demonização de determinada raça, uma forma maligna de limpeza étnica. Bauman (1998), porém, observa que o Holocausto não foi um fato isolado, mas um teste da modernidade, um experimento sanguinário de uma ideologia totalitária; afirma:

---

<sup>18</sup> *Demônio popular*: expressão utilizada por Jock Young (2002) para referir-se aos sujeitos aos quais se incide a demonização.

O Holocausto não foi simplesmente um problema judeu nem um fato da história judaica apenas. O Holocausto nasceu e foi executado na nossa sociedade moderna e racional, em nosso alto estágio de civilização e no auge do desenvolvimento cultural humano, e por essa razão é um problema dessa sociedade, dessa civilização e cultura. (BAUMAN, 1998, p. 12).

Bauman (*apud* LIMA, 2014, p. 286) destaca o importante papel do Estado nesta lógica segregacionista, “na obsessão de incluir e excluir, de separar o joio do trigo”. Surge nesta concepção a mencionada metáfora do jardim, pois “a própria cultura moderna como um todo significou um grande canteiro seletor” (p. 286), indicando que o genocídio moderno é um “trabalho de jardineiro”, sendo o extermínio das ervas daninhas essencial para o renascimento de uma *sociedade perfeita*.

Outrossim, Zaffaroni (1989) sinaliza que o discurso criminológico que permeia a contemporaneidade é formado por expressões abertamente racistas e mantém-se em uma linha ainda enraizada no positivismo. O autor exemplifica citando Franz Serafin Exner, quando sustenta que “a criminalidade negra dos Estados Unidos deriva da exigência pela sociedade branca de um esforço dos negros para o qual estes não estão *biologicamente preparados*”. (EXNER *apud* ZAFFARONI, 1989, p. 43).

Esta ideologia totalitária de desumanização permeou a História, materializando-se em diversas situações, como, por exemplo: a) nas diversas formas escravagistas e racistas desde a Antiguidade; b) no *Massacre de Srebrenica*, na Bósnia em 1995, onde cerca de 8 mil homens e crianças muçulmanas foram executadas; c) no *Genocídio em Ruanda* em 1994, que resultou em mais de 500 mil mortos, entre eles quase todas as mulheres foram estupradas; d) no *Genocídio Armênio* que foi uma tentativa do governo turco para erradicar todos os armênios e outras minorias do país, resultando no assassinato de quase 1.500.000; e) no banho de sangue na Casa de Detenção Carandiru – São Paulo, em 1992, que resultou em centenas de detentos executados. Além de diversas outras chacinas, massacres e homicídios em massa que aconteceram ao longo dos anos, sob uma ideia de *limpeza social*, que trará segurança e paz.

Em contrapartida, Cruz Neto e Minayo (1994) fazem um estudo sobre o genocídio existente na sociedade brasileira atual. Partindo de uma relação

que considera as altas taxas de homicídio de jovens periféricos no País, passando pelo papel da polícia e dos grupos de extermínio, como o *Esquadrão da Morte*<sup>19</sup> na década de 1960, até a realidade atual vivenciada dentro das instituições prisionais. A hipótese central do estudo é de que o extermínio faz parte de movimentos totalitários como um fenômeno das sociedades de massa, uma “sentença pronunciada por segmentos da sociedade, que assim legitimam tal fenômeno”, de caráter sociopolítico e cultural, “num contexto ideológico voluntarista e autoritário”. (CRUZ NETO; MINAYO, 1994, p.199).

Os autores supramencionados levantam a hipótese da ideia de uma *limpeza social* estimulada e que legitima os atos de extermínio na realidade brasileira, atingindo uma população considerada supérflua. Estar-se-ia construindo no País uma representação simbólica hegemônica de que os jovens das classes menos privilegiadas, com baixa escolaridade e sem maiores qualificações profissionais, bem como os desempregados, constituem um “excesso populacional socialmente sem raízes e economicamente supérfluo, candidato à delinquência e, portanto, sem utilidade numa sociedade moderna, civilizada e competitiva”. (CRUZ NETO; MINAYO, 1994, p. 207). Os autores comparam esta ideia de limpeza social com a “solução final nazista”, pois se pudesse esta sociedade exterminaria todo o grupo de pessoas “desnecessárias”.

Sob a ótica da eliminação de populações supérfluas, o pensamento fundamentador do extermínio é o de que, eliminando-se os componentes de determinado segmento ou etnia promove-se o bem para a coletividade. O sacrifício da parte em favor do todo, a extirpação da

---

<sup>19</sup> É na esfera policial que se encontra a origem do *Esquadrão da Morte*. Trata-se de uma organização constituída por policiais, ex-policiais e detetives, com a tarefa de atuar contra as diferentes organizações geradoras de violência, tais como os bandos armados, bandidos, homens perigosos, entre outros. Foi criada na década de 50, com a missão reservada e especial de caçar e matar bandidos considerados com alta periculosidade e irrecuperáveis. Sem a preocupação de levar as vítimas a julgamento, esta organização colocou-se acima e fora da lei, como sendo a “turma punitiva da polícia”, agindo como verdadeiros “pelotões de execução”. O método de atuação empregado era a execução sumária, a sangue-frio, sendo sempre acompanhada de atos de tortura. Após várias denúncias e investigações sobre sua atuação, o Esquadrão da Morte foi oficialmente desfeito. Contudo, o *Esquadrão da Morte apenas se extinguiu como um grupo. Passou a ser a mentalidade de matar, que extravasou os limites da polícia, passando a denominar carrascos clandestinos, matadores de aluguel, grupos de execuções sumárias, compostos de policiais ou não, como uma sociedade assassina secreta, a serviço de todo tipo de interesse, ou até mesmo na luta contra o crime*. (CRUZ NETO; MINAYO, 1994, p. 209).

porção maldita faria a sociedade encontrar seu estado ideal de normalidade, ou retornar ao mesmo. O grupo ou segmento executor concebe-se como ideologicamente superior, detentor da verdade, do poder de justiça e acima das leis constitucionais. Desta forma, o mesmo se isenta de culpa, porque desloca o pacto moral da sociedade e as contradições socioeconômicas para o domínio da transcendência religiosa, da história, da natureza, da cultura ou das necessidades sociais. (CRUZ NETO; MINAYO, 1994, p. 204).

Corroborar nessa linha a máxima que afirma: “Basta livrar-se dos problemas e a sociedade estará *ipso facto*, livre deles!” (YOUNG, 2002, p. 165).

Ainda importa destacar outro elemento essencial nesta análise: a indignação moral que fundamenta o espírito de punição e vingança, em prol de uma ideologia genocida de justiça social, que traz embutida em si uma filosofia de *banalização da vida e da morte*. Importa reafirmar a premissa individualista que tem pautado as relações sociais e coisificado cada vez mais os sujeitos, transformando-os em simples produtos inseridos em um mercado.

Cruz Neto e Minayo (1994, p. 205), citando Ortega y Gasset (1987), elucidam que “a vida e a morte são tratadas como coisas meramente descartáveis e funcionais, porque, na verdade, os indivíduos são também assim considerados”.

Do lado dos grupos sociais que detêm o poder do processo de extermínio, a banalização se configura como um apego excludente aos seus próprios direitos e poderes, bem como pela negação total do ideal igualitário. Para esses segmentos difusos, *é como se apenas os homens considerados de primeira classe tivessem direitos humanos*. (CRUZ NETO; MINAYO, 1994, p. 205).

Esta banalização da vida e da morte remete aos princípios que constituem o *niilismo*. Na obra *Irmãos Karamazov*, de Fiódor Dostoiévski (1880), o niilismo passa a ser considerado um problema que marca o mundo moderno. Em uma célebre passagem do livro, o personagem Ivan declara: “*Se Deus não existe, tudo é lícito*”. A ideia que perpassa a sentença é de que, ao perder-se uma base ética comum de valores, o homem deseja ser um ‘Homem-deus’, “livre para agir de acordo com as suas próprias convicções e sem nenhuma interferência moral”; logo tudo é possível e permitido se a intenção é um *bem maior*. (GOLIN, 2009, p. 113).

Pode-se dizer que o niilismo é uma vertente de reformulação, de reconstrução, no sentido de fornecer ao homem a possibilidade de criar seus próprios valores, a partir de suas experiências existenciais e materiais, com base em um modelo de individualismo narcísico. (FERREIRA, 2013).

Este pensamento niilista e essencialista, que banaliza a vida e demoniza o outro tem representado os valores que vêm se disseminando na sociedade contemporânea e que se maximizam na realidade prisional no Brasil, em articulação com os valores neoliberais. Em nome da ordem da instituição e majoritariamente da segurança, todos os atos são justificáveis, como, por exemplo, a negação dos direitos, maus-tratos e a justificada falta de investimentos, devido à necessidade de alocar recursos para outras áreas; logo as instituições prisionais vão ao esquecimento estatal, corroborando a ideia de desproteção social.

Diante disto, percebe-se que a concepção histórica e cultural, contida na ideia de extermínio, vingança e punição como justiça que a sociedade reproduz, reflete diretamente no sistema penitenciário do Brasil. Todas as práticas institucionais se justificam pela manutenção da ordem e da segurança social, e a incorporação de princípios punitivos torna-se sinônimo de justiça, pautados pela lógica individualista e privatista. O sofrimento dos suplícios, como forma de vingança, se transformou no sofrimento dos detentos causado pela negação dos direitos e pela realidade institucional cruel das casas prisionais brasileiras. Soares (2006) sinaliza a relação de continuidade mantida com o passado da história da punição no Brasil.

A mistura com as tradições ainda é grande. No caldeirão das nossas leis, e de sua aplicação, os elementos racionais convivem e mesclam com os ingredientes passionais, voltados para o passado, com a noção moral de culpa, o desejo de castigar, a sede de vingança. Não fosse assim, nós já teríamos avançado muito mais rumo a um sistema que radicalizasse a preocupação com o futuro e com o bem-estar (e, portanto, com a reparação em benefício) das vítimas, abandonando de vez a imposição de sofrimento a quem errou e a vingança por seus atos. (SOARES, 2006, p. 99).

A pena privativa de liberdade, principal forma punitiva para os condenados por crimes no Brasil, é vista não como uma privação de liberdade apenas, mas como uma privação além da liberdade; privação das condições de uma vida saudável e digna. Justiça nesta perspectiva seria

apenas outro nome para vingança. A essência dos suplícios, da punição, do extermínio e da vingança se materializa na realidade perversa e contraditória das instituições prisionais, apresentada a seguir.

### 3.3 Linhas gerais sobre a população carcerária e o sistema prisional no Brasil

À vista do exposto, depreende-se que a concepção de punição tem uma construção histórica e social, a ideia de justiça está associada a uma forma de vingança e limpeza social; e todas estas características referidas desde o etiquetamento/rotulação social até o panóptico impactam na configuração atual do sistema prisional brasileiro que vivencia há décadas uma realidade perversa e cruel.

Primeiramente, para explorar esta realidade, cabe expor o que a legislação vigente do País diz em relação à pena privativa de liberdade, quanto à sua objetividade, organização e aos direitos do preso (já que a visão moderna é de reinserção social e não de punição pungente). O principal aparato jurídico-legal que regulamenta o tratamento penal no Brasil é a Lei de Execução Penal (LEP), instituída em 11 de julho de 1984, que declara em seus primeiros artigos:

Art. 1º. A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e **proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.** [...]

Art. 3º. Ao condenado e ao internado **serão assegurados todos os direitos** não atingidos pela sentença ou pela lei.

*Parágrafo único.* **Não haverá qualquer distinção de natureza racial, social, religiosa ou política.**

Art. 4º. O Estado deverá recorrer à **cooperação da comunidade** nas atividades de execução da pena e da medida de segurança. (LEP, 1984, grifos nossos).

Como pode-se observar, o objetivo principal da execução penal é cumprir a pena *proporcionando condições* para que o sujeito retorne à vida social, garantindo, durante o cumprimento da pena, todos os direitos assegurados em lei. A LEP apresenta a organização das diferentes penalidades possíveis a serem aplicadas; todavia, atentar-se-á ao que diz

acerca da pena privativa de liberdade e dos indivíduos que perpassam pelas instituições prisionais, objeto de análise deste estudo. Cabe examinar, na Lei, quais devem ser os direitos assegurados aos internos das instituições prisionais, uma vez que define de forma clara e específica todos os aspectos que devem ser garantidos às pessoas privadas de liberdade, reconhecendo “os direitos fundamentais da pessoa humana, que pertencem à lei natural”. (ALBERGARIA, 1987, p. 69). São eles:

Art. 41 – Constituem direitos do preso:

I – **alimentação** suficiente e **vestuário**;

II – atribuição de **trabalho** e sua remuneração;

III – previdência social;

IV – constituição de pecúlio;

V – proporcionalidade na distribuição do **tempo para o trabalho, o descanso e a recreação**;

VI – **exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas** anteriores, desde que compatíveis com a execução da pena;

VII – **assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa**;

VIII – **proteção** contra qualquer forma de sensacionalismo;

IX – entrevista pessoal e reservada com o advogado;

X – visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados;

XI – **chamamento nominal**;

XII – **igualdade de tratamento** salvo quanto às exigências da individualização da pena;

XIII – **audiência especial com o diretor do estabelecimento**;

XIV – representação e petição a qualquer autoridade, em defesa de direito;

XV – contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e dos bons costumes;

XVI – **atestado de pena a cumprir, emitido anualmente**, sob pena da responsabilidade da autoridade judiciária competente. (LEP, 1984, grifos nossos).

Além do art. 41, que especifica os direitos, a LEP ainda prevê assistência integral aos presos, definindo em artigos específicos as formas de assistência: material, à saúde, jurídica, educacional (o art. 18 indica que o Ensino Fundamental deve ser obrigatório), social e a religiosa, que também devem ser asseguradas, sinalizando sempre a responsabilidade estatal na garantia destes.



Art. 10. A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. [...]

Art. 12. A assistência material ao preso e ao internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas. (LEP, 1984).

Outro elemento que se destaca na LEP é a questão da classificação penal contida nos arts. 5º ao 8º, nos quais há a indicação de que os presos condenados deverão passar por avaliação de uma Comissão Técnica da instituição prisional, na qual cumprem a pena, onde seria feito um exame criminológico com o intuito de elaborar um programa individualizado para cada indivíduo, de modo que possa cumprir a pena privativa de liberdade adequada às suas especificidades, levando em conta seus antecedentes e sua personalidade. É importante salientar que, no art. 82, no § 1º, é afirmado que idosos deverão ser recolhidos em estabelecimentos separados, específicos e próprios às suas condições. Nesta perspectiva de classificação e separação, a LEP ainda afirma, no art. 84, que os presos provisórios deverão ficar em estabelecimentos diferentes dos sujeitos já condenados.

Esta diferenciação nas instituições, acerca de presos provisórios e condenados é definida, por exemplo, na distinção entre penitenciárias e presídios. Segundo Thompson (1980), as *penitenciárias* têm por alvo punir retributivamente, prevenir pela intimação e regenerar através da “ressocialização”; exige a lei que propicie aos convictos: isolamento, durante o repouso noturno e trabalho remunerado. No art. 87 da LEP destaca-se que a penitenciária se destina ao condenado à pena de reclusão, em regime fechado. Enquanto os *presídios* devem abrigar pessoas sobre as quais a Justiça ainda não proferiu decisão e que, por isso, gozam da presunção de inocência comum a todos os réus não definitivamente condenados; têm a finalidade meramente custodial. Portanto nos presídios, em consideração à situação peculiar de sua população (hipoteticamente inocente, já que ainda não foi condenada), perante o aparato legal, dever-se-ia oferecer conforto, no que tange a acomodações, e um regime liberal de funcionamento.

Para completar os principais elementos que interessam para este estudo, no que diz respeito à disposição legal, observemos o que a LEP

apresenta enquanto regulamentação acerca da estrutura e das condições físicas do ambiente institucional:

Art. 83. O estabelecimento penal, conforme a sua natureza, deverá contar em suas dependências com **áreas e serviços destinados a dar assistência, educação, trabalho, recreação e prática esportiva.** [...]

Art. 85. O estabelecimento penal **deverá ter lotação compatível com a sua estrutura e finalidade.** [...]

Art. 88. **O condenado será alojado em cela individual, que conterà dormitório, aparelho sanitário e lavatório.**

Parágrafo único. São requisitos básicos da unidade celular:

a) **salubridade do ambiente pela concorrência dos fatores de aeração, insolação e condicionamento térmico adequado à existência humana;**

b) área mínima de seis metros quadrados. (LEP, 1984, grifos nossos).

Em contrapartida aos aspectos legais, a realidade das instituições prisionais apresenta outras características antagônicas ao exposto na LEP, conforme apresenta o Relatório de Gestão da Supervisão do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (DMF), elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2017, com base nas últimas atualizações de dados dos relatórios do Geopresídios (Radiografia do Sistema Prisional Brasileiro), Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais (CNIEP), Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) e Departamento Penitenciário Nacional (Depen).

Segundo a última contagem populacional, recenseada e estimada pelo IBGE em 2016, a população habitacional brasileira é de aproximadamente 205.720.000 cidadãos. Destes, em conformidade com os dados do Infopen de 2014, a população carcerária brasileira seria de 607.731 presos. (CNJ, 2017), conforme apresentado no Quadro 1.

**Quadro 1** – Dados de pessoas privadas de liberdade no Brasil em junho de 2014

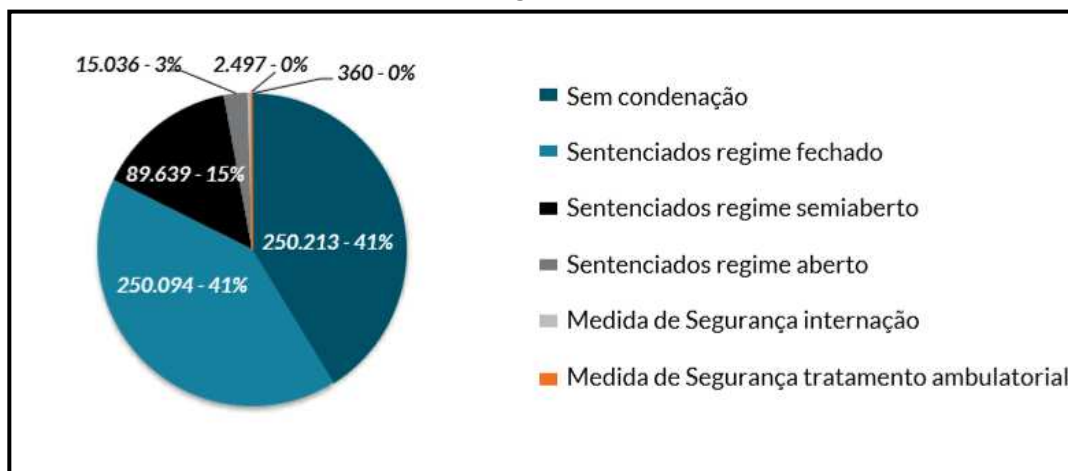
<i>Brasil - 2014</i>	
População prisional	607.731
Sistema Penitenciário	579.423
Secretarias de Segurança/ Carceragens de delegacias	27.950
Sistema Penitenciário Federal	358
Vagas	376.669
Déficit de vagas	231.062
Taxa de ocupação	161%
Taxa de aprisionamento	299,7

Fonte: BRASIL. Infopen, jun./2014.

Ainda de acordo com os dados do Infopen (2014), esta população carcerária é formada em sua maioria por sujeitos ainda não condenados ou sentenciados a regime fechado de internação. Shikida e Brogliatto (2008, *apud* LIMA, 2010) afirmam que o sistema judiciário, por sua vez, não consegue realizar todos os julgamentos, seja pelo aumento da demanda, seja pelos diversos artifícios legais possíveis na legislação processual usados por advogados para procrastinar o processo, ocasionando um contingente enorme de presos sem condenação e sem a devida pena.

Os dados percentuais desta afirmação podem ser observados na Figura 2.

**Figura 2** – Gráfico dos dados de pessoas privadas de liberdade por natureza da prisão e regime

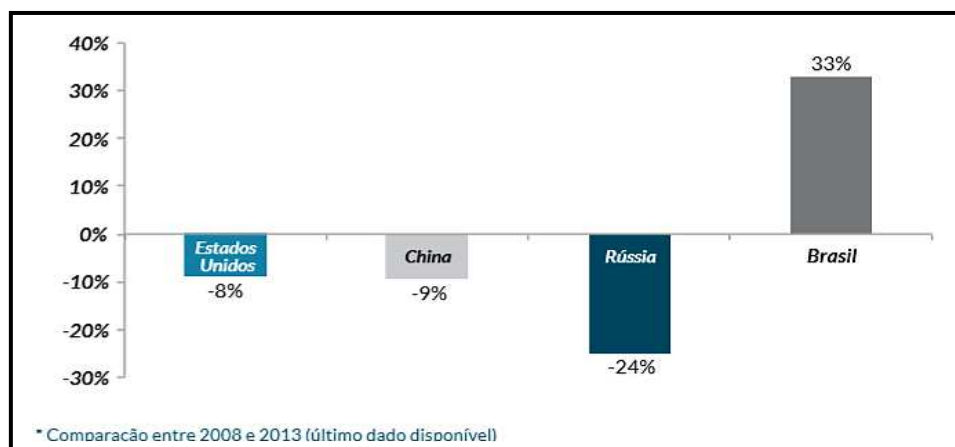


Fonte: BRASIL. Infopen, jun./2014.

Todavia, estes dados provavelmente são ainda mais alarmantes, pois o relatório de abril de 2017 do Geopresídios indicou um número de 877.580 pessoas em cumprimento de pena, mas ainda não há dados oficiais de pesquisa. O levantamento do Infopen de 2014, é o último dado oficial disponível.

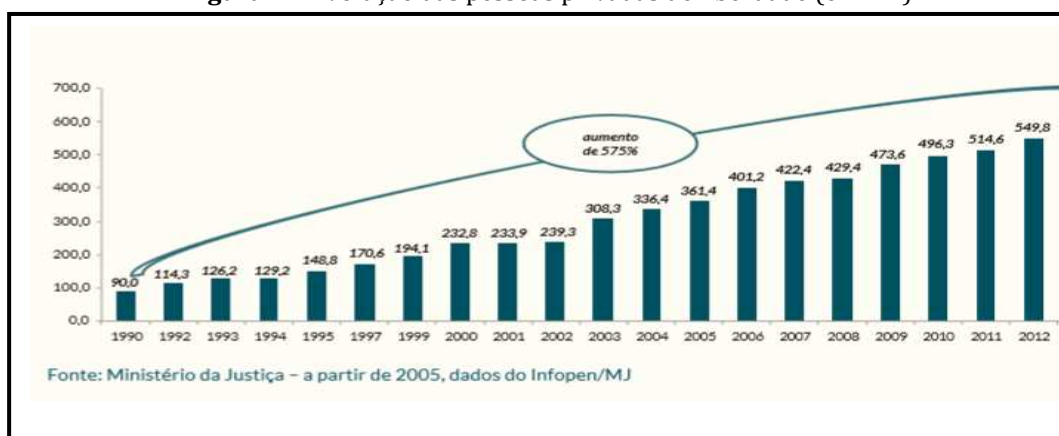
Diante destes números, evidencia-se que o sistema prisional brasileiro é o quarto maior do mundo, em número de pessoas, atrás apenas dos Estados Unidos da América (2.228.424), da China (1.657.812) e da Rússia (673.818) (CNJ, 2017). O que leva a analisar as Figura 3, que demonstram o aumento da taxa de aprisionamento do Brasil em relação a estes países, e a velocidade do aumento desta porcentagem nos últimos anos no Brasil, explicito na Figura 4.

**Figura 3** – Variação da taxa de aprisionamento entre 2008 e 2014 nos quatro países com maior população prisional do mundo



Fonte: BRASIL. Infopen, jun./2014.

**Figura 4** – Evolução das pessoas privadas de liberdade (em mil)



Fonte: BRASIL. Infopen, jun./2014.

Apesar da disparidade nas taxas de aumento da população prisional comparada a dos demais países e do elevado aumento do total da massa carcerária, no decorrer dos anos, os investimentos em segurança pública no Brasil não cresceram na mesma proporção, principalmente quando refere-se a recursos em relação ao sistema prisional. Embora o número de presos ter quase triplicado no período, o déficit de vagas têm mais do que dobrado. Conquanto o número de pessoas privadas de liberdade no Brasil ultrapasse a marca das 600 mil pessoas, só existe uma média de 376 mil vagas no sistema penitenciário. A quantidade de encarcerados é consideravelmente superior

às vagas, alcançando um déficit superior a 230.000 vagas. Em média, em espaços concebidos para acomodar 10 pessoas existem por volta de 16 encarcerados. Consequência dos índices de ocupação das vagas existentes é que mais de dois terços das unidades prisionais têm ocupação maior que 100%. (CNJ, 2017).

É de suma importância destacar a questão das vagas, em relação à população, que causa o conhecido fenômeno da superlotação. Cerca de 20.000 presos estão em celas com ocupação quatro vezes maior que a sua capacidade e uma média de 450.000 presos em celas com até três vezes mais a sua capacidade.

A revelação de que o sistema penitenciário vive uma situação preocupante no Brasil, em termos de déficit de vagas, não chega a se constituir propriamente numa novidade, especialmente quando a expressão “depósito de presos” praticamente se vulgarizou perante a opinião pública, como forma de descrever o quadro de superlotação dos estabelecimentos penais do país. (DEPEN, 2004 *apud* LIMA, 2010).

Para comportar esta população existem cerca de 1.420 unidades prisionais no Brasil, que ofertam vagas para os diferentes tipos de regime, conforme pode-se observar no Quadro 2, a seguir.

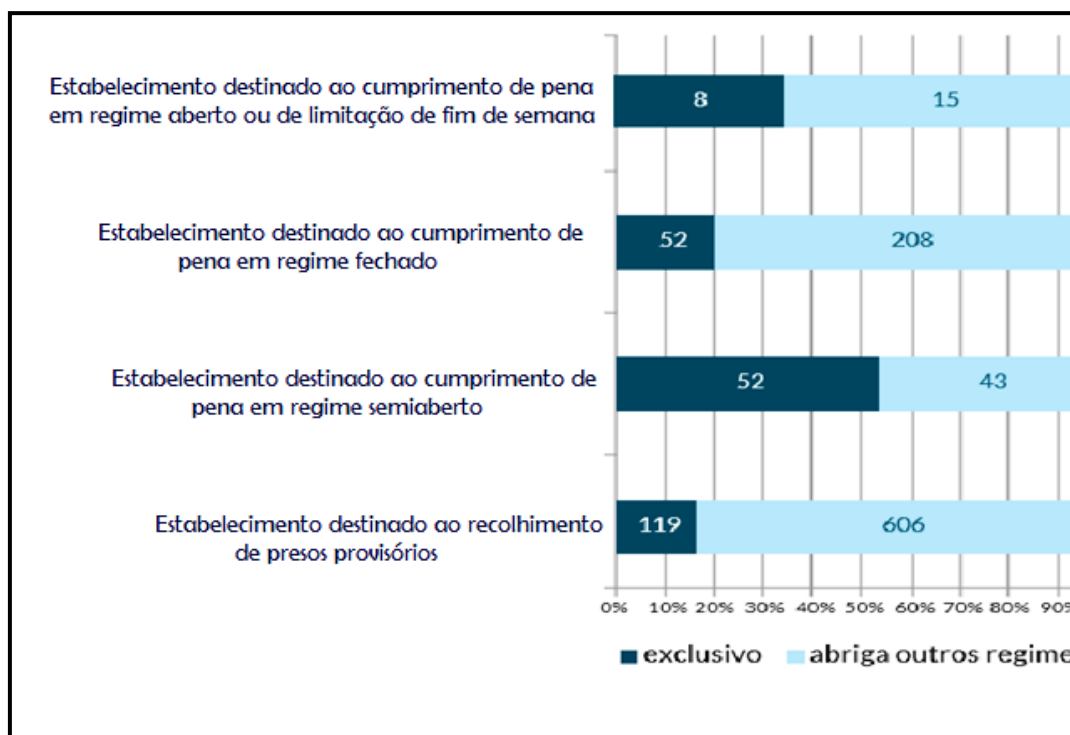
**Quadro 2 – Número de estabelecimentos por tipo de destinação originária por Unidade da Federação**

UF	presos provisórios	regime fechado	regime semiaberto	regime aberto	medida de segurança	diversos tipos de regime	patronato	realização de exames gerais e criminológicos	outro	sem informação	Total
AC	1	6	2			2			1		12
AL	1	6	1		1						9
AM	8	5	2	1	1				3		20
AP	2		1		1	3			1		8
BA	4	2	2	1	1	12					22
CE	147	3	2	4	2						158
DF	1	2	2			1					6
ES	13	10	6		1	3			1	1	35
GO	53	13	5			12			11	1	95
MA	10	5	2	2		10			2	1	32
MG	104	17	3	3	1	34		1	21		184
MS	2	23	12	1					4	2	44
MT	47	4	1			4			2	1	59
PA	19	9	4		1	3			5		41
PB	47	13	5	3	2	4			4		78
PE	65	5	2					2	3		77
PI	1	8	1	1	1					1	13
PR	6	14	8		1	1		1	4		35
RJ	45	5									50
RN	24	5	1		1	1					32
RO	17	8	6	5	1	3	1		7	2	50
RR	1	1		1		1			1		5
RS	13	46	10		2	14			11		96
SC	30	5	1	1	1	3			5		46
SE	3	3	1		1						8
SP	24	41	12		1	13			4	67	162
TO	37	1	3			1			1		43
<b>Brasil</b>	<b>725</b>	<b>260</b>	<b>95</b>	<b>23</b>	<b>20</b>	<b>125</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>91</b>	<b>76</b>	<b>1.420</b>

Fonte: BRASIL. Infopen, jun./2014.

De acordo com a LEP, estes estabelecimentos devem acolher os respectivos sujeitos, conforme o tipo de regime ao qual se destina a instituição, como exemplo cita-se a diferença entre penitenciárias e presídios, referida anteriormente. Entretanto, diante da realidade crescente do número de presos, somada ao descaso estatal, a falta de investimentos e toda a complexa trama na qual encontra-se o sistema punitivo, estas instituições não funcionam de acordo com a sua finalidade, como pode ser observado na Figura 5.

**Figura 5** – Destinação real das vagas nos estabelecimentos por tipo de destinação originária



Fonte: BRASIL. Infopen, jun./2014.

Diante disso a classificação penal prevista na LEP não passa de um artigo sem materialidade:

As condições de cumprimento das penas não obedecem a critérios de individualidade: presos comuns são encarcerados junto a criminosos violentos não considerando a psique e a natureza do crime cometido nem ajustando a pena “sem carências ou excesso” (SUN, 2008 *apud* LIMA, 2010).

De acordo com dados do Ministério da Justiça, houve um aumento de 113% no número de pessoas privadas de liberdade, no período de 2000 a 2010. Combinando isso à falta de investimento e manutenção das instituições prisionais, estes espaços tornaram-se verdadeiros *depósitos humanos*. (SILVA, 2013).

Outro dado importante acerca dos indicadores do encarceramento no Brasil, e que demonstra a materialização do etiquetamento social e a teoria reacionista da rotulação, é a prevalência de um perfil específico desta massa



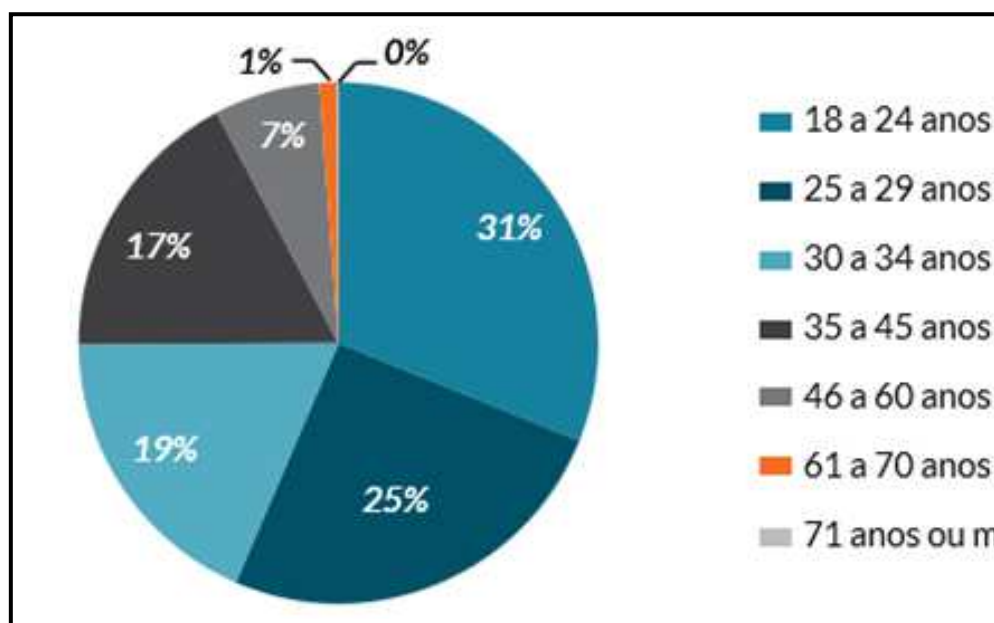
carcerária que, além de ser formada predominantemente por homens, tem específica etnia, idade e escolaridade.

Do total dos estabelecimentos, 75% destinam-se a atender a homens, os quais são a grande massa carcerária (aproximadamente 95% do total da população carcerária). De todas as instituições prisionais, 85% delas não cumprem o que diz o art. 82 da LEP, quanto ao atendimento diferenciado para os idosos, os quais permanecem encarcerados com os demais. (CNJ, 2017).

Jinkings (2007 *apud* LIMA, 2010, p. 83) constata que existe uma carência de dados sobre a população prisional no Brasil, que não permite conclusões categóricas. Todavia, pode-se afirmar de forma geral que os presos “têm um perfil característico das populações mais pobres, baseando sua afirmação na baixa escolaridade, na preponderância de negros e pardos” e ainda, “na falta de assessoria jurídica, que pode fazer diferença entre a liberdade e o internamento”.

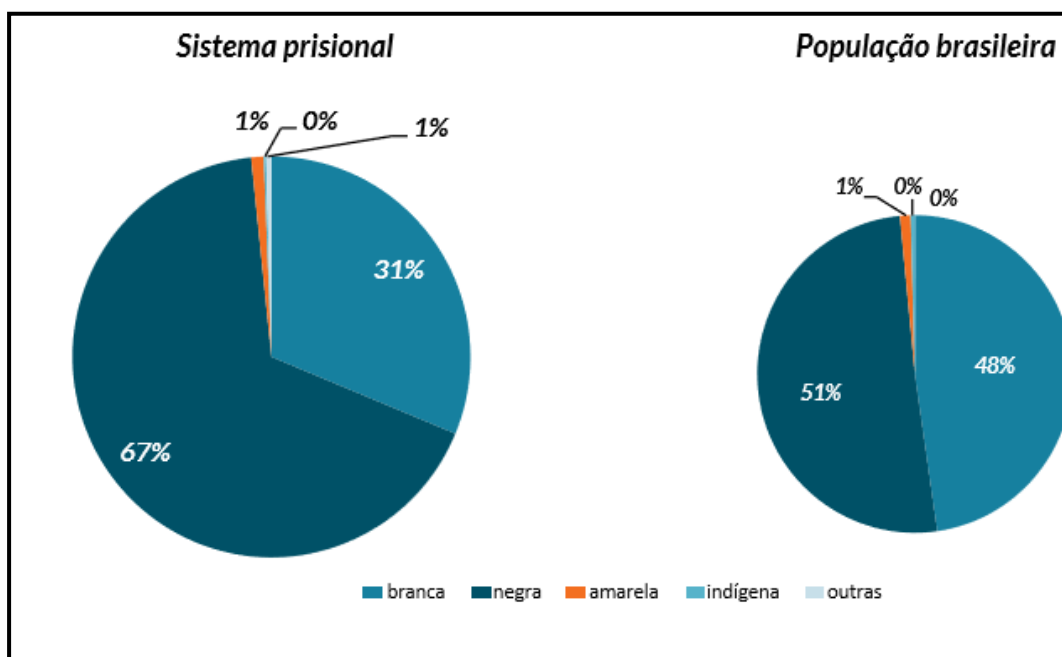
Este perfil também pode ser constatado nos dados do Infopen (2014), exibidos nas Figuras 6, 7 e 8.

**Figura 6** – Gráfico da faixa etária das pessoas privadas de liberdade



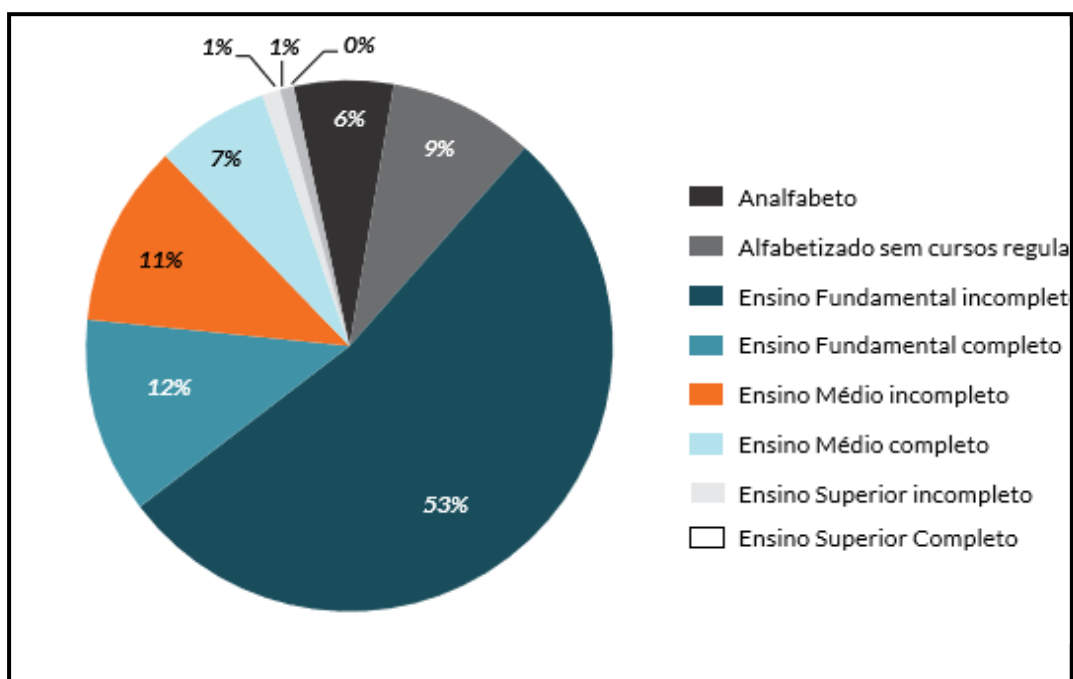
Fonte: BRASIL. Infopen, jun./2014.

**Figura 7** – Gráfico sobre a raça, cor ou etnia



Fonte: BRASIL. Infopen, jun./2014.

**Figura 8** – Gráfico da Escolaridade da população prisional

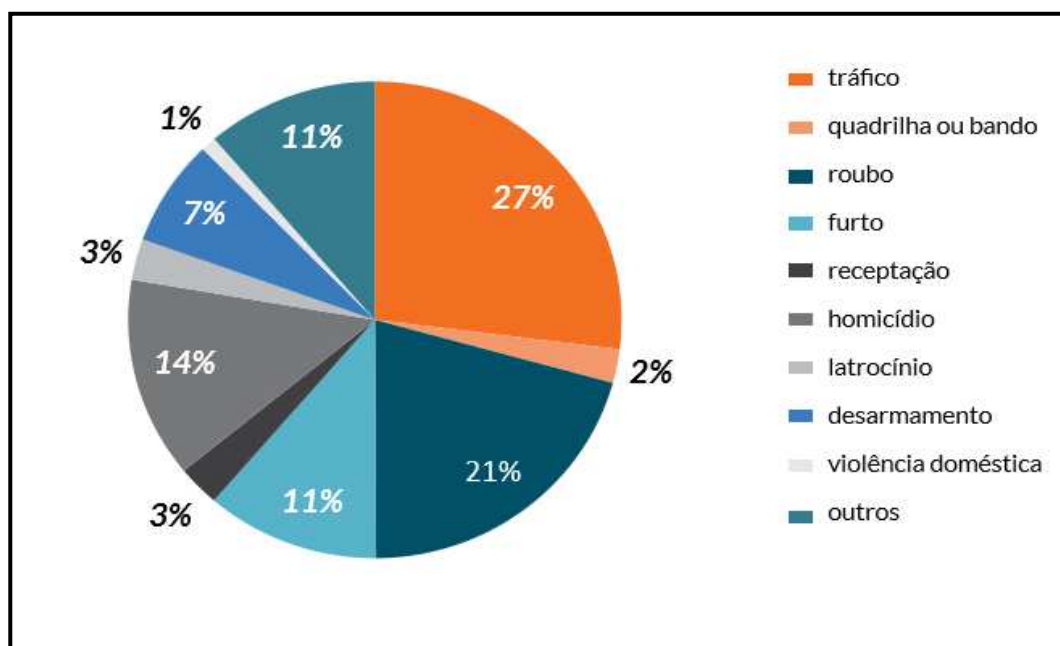


Fonte: BRASIL. Infopen, jun./2014.

Jovens, negros, com Ensino Fundamental incompleto<sup>20</sup> definem quem são os “criminosos” no Brasil, quem são os reais inimigos da sociedade.

Para completar o quadro do perfil do criminoso, convém atentar-se-á ao gráfico da Figura 9, onde constata-se ainda quais os crimes que ocupam as prisões.

**Figura 9** – Distribuição de crimes tentados/consumados entre os registros das pessoas privadas de liberdade



Fonte: BRASIL. Infopen, jun./2014.

Percebe-se neste último gráfico que a corrupção e os crimes políticos, que tanto se manifestam nas mídias de massa, não aparecem nem como uma porcentagem mínima dos crimes registrados pela população que ocupa as prisões. O que novamente reitera a lógica do etiquetamento enquanto criminoso, e a manutenção da ordem, pois apenas alguns crimes são punidos com privação de liberdade.

<sup>20</sup> Salienta-se aqui que a LEP afirma ser obrigatória a inserção no Ensino Fundamental para todos, o que também não se efetiva na realidade.

Quando o governo se concentra em reprimir e punir pobres, negros, ou minorias de diversos tipos, “ignorando os crimes corporativos, dos poderosos, entre outros, envia de fato uma mensagem muito forte: a de que o Estado não é para o conjunto, mas um Estado de classe, em que lei e ordem são na realidade políticas de classe”. (GARLAND *apud* LIMA, 2010, p. 65).

Reiterando as análises realizadas anteriormente, percebe-se, a partir dos dados apresentados nas figuras, que a população carcerária do Brasil tem um perfil específico e vem aumentando significativamente. Para Wacquant (2008b, p. 10), o sistema penitenciário estaria servindo como um depósito da massa de desempregados, cumprindo um papel de limpeza das “ervas daninhas” da sociedade. A luta contra o “crime” (fala-se de um crime generalizado, mas atua-se em crimes específicos) serviu como “pretexto e trampolim para uma reformulação do perímetro e das funções do Estado” (p. 10), no enxugamento do Estado de Bem-Estar Social e inchaço dos setores policiais correccionais. Wacquant (2001b) sinaliza que a penalidade neoliberal é norteadada por um paradoxo de investir e remediar com *mais Estado Penal*, policial e penitenciário, e reduzir o *menos Estado Social* e econômico.

De acordo com Musumeci,

o perfil da população carcerária é o resultado final de uma sequência de causas – que pode iniciar-se nas desigualdades sociais e na maior exposição de certos segmentos (homens, negros, jovens, pobres) a fatores criminogênicos, e terminar em vieses da Justiça contra ou a favor de determinados grupos, passando pelo tratamento diferenciado que esses grupos recebem nas instâncias anteriores do sistema. Em vários países do mundo, mesmo naqueles com níveis de desigualdade social muito menores que o brasileiro, homens e membros de minorias étnicas/raciais estão desproporcionalmente representados na população carcerária. Não se pode afirmar que essa sobre-representação derive unicamente de preconceitos postos em prática pelo Sistema de Justiça Criminal, mas há fortes indícios de que eles interferem, em maior ou menor grau, nas sucessivas chances de alguém ser abordado(a), detido(a), indiciado(a), julgado(a), condenado(a) e, finalmente, encarcerado(a) ou executado(a). (MUSUMECI *et al.*, 2004, p. 17).

Identifica-se ainda que os “usuários” das instituições prisionais não formam uma população de criminosos perigosos e violentos, mas de sujeitos incriminados por envolvimento com o tráfico, furto e roubo, caracterizados por crimes não violentos. Crimes principalmente contra o patrimônio e não

contra a pessoa, em grande parte pequenos delitos. O homicídio e o latrocínio, usados como exemplo para justificar a punição (baseado na perspectiva do *olho por olho, dente por dente*) somam apenas 17% do total. Os crimes sexuais, também muito comentados nas mídias, nem aparecem no levantamento do Infopen. Em alguns estados do Brasil, como demonstra uma pesquisa de 2015, realizada pelo Estado de São Paulo, os crimes contra a dignidade sexual somam somente cerca de 4%.<sup>21</sup>

Percebe-se que estes jovens (pois, em sua maioria têm até 30 anos) negros (mais de 65%) e com baixa escolaridade (entre analfabetos e com Ensino Fundamental incompleto somam quase 70% da população prisional), que cometem estes tipos de delitos, são criminalizados e excluídos gradativamente, não se enquadram no perfil requisitado pelo mundo do trabalho, justamente por não acompanharem a corrida meritocrática, ou seja, sofrem com as inúmeras exigências requisitadas para ingresso no trabalho formal, que possa assegurar o mínimo de condições de vida.

Diante dos dados expostos que corroboram um perfil, para materializar a perspectiva do castigo, as prisões apresentam uma realidade de negação de direitos, de necessidades básicas e demais atendimentos, que pode ser considerada desumana e cruel. Assis (2007) discute problemas enfrentados no sistema penitenciário brasileiro e dentre eles destaca: precariedade, insalubridade, superlotação nas celas, ambiente propício à proliferação de epidemias e doenças, má alimentação, sedentarismo da população carcerária, tráfico e uso de drogas e falta de higiene. Segundo o autor, essa realidade, “faz com que o preso que ali adentrou numa condição sadia, de lá não saia sem ser acometido de uma doença ou com sua resistência física e saúde fragilizadas”. (ASSIS, 2007, p. 75).

Silva (2013) também descreve diversas características acerca da realidade prisional brasileira, que demonstram a falta de investimento e o descaso do Estado. Uma cela fechada que abriga número maior de pessoas que a sua capacidade acarreta problemas como calor e falta de ventilação. A falta de espaço faz com que os presos precisem se revezar para dormir. O número de colchões é insuficiente e nem a alternativa de pendurar redes nas celas faz com que todos possam descansar ao

---

<sup>21</sup> Estes dados do Levantamento Presos x Delitos, do Estado de São Paulo, está disponível em: [http://www.sap.sp.gov.br/download\\_files/pdf\\_files/levantamento\\_presosxdelitos.pdf](http://www.sap.sp.gov.br/download_files/pdf_files/levantamento_presosxdelitos.pdf).

mesmo tempo. Outro problema é a falta de mobilidade, em algumas instituições a comida tem que passar de mão em mão para chegar aos apenados que estão no interior da cela, e a dificuldade de chegar aos banheiros faz os presos procurarem alternativas tais como a utilização das embalagens das marmitas para satisfazer as necessidades e até mesmo urinar fora da cela, além de doenças respiratórias e venéreas, muito presentes na população carcerária. Não há privacidade alguma em penitenciárias e presídios superlotados. Segundo Fernandes,

as autoridades são omissas em propiciar condições de higiene para os presos. Assinala que poucos estabelecimentos penais fornecem artigos para higiene pessoal, impondo aos presos uma vivência na sujeira e no mau cheiro. A limitação se estende para materiais de limpeza e até para o acesso à água, que pode ser liberada apenas por tempo determinado. Além disso, nos banheiros os vasos sanitários estão normalmente quebrados ou estão entupidos, impregnando os banheiros com um odor terrível. (FERNANDES, *apud* LIMA, 2010).

O Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, admitiu, em 2013, que o sistema prisional chega a ser *praticamente medieval* após a divulgação de um estudo da Anistia Internacional, que apontou a degradação do sistema penitenciário nacional. Afirmou que a prisão é um ambiente de violência, e isso afeta as pessoas, influenciando muitas vezes a reproduzir mais violência. Além disso, Jinkings (2007) relata casos de abusos sexuais cometidos contra presos mais fracos ou com características andróginas, que causaram graves perturbações físicas e psicológicas nas vítimas.

Há diversos relatórios de organizações de Direitos Humanos com denúncias sobre as precárias condições de *habitabilidade* nos presídios brasileiros. Contudo, o que melhor caracteriza as prisões brasileiras são as ilegalidades cotidianamente perpetradas contra os detentos que – assim como em Guantánamo<sup>22</sup> –, de tão disseminadas, tornaram-se informalmente legais. (JINKINGS *apud* LIMA, 2010).

---

<sup>22</sup> *Prisão de Guantánamo*: um complexo penitenciário estadunidense localizado na ilha de Cuba, estabelecido como uma prisão militar. Como tal, dotada de rigidez e também dos interesses ideológicos que marcaram profundamente o século XX, passou a conviver diariamente com práticas de tortura. Ganhou grande repercussão internacional por causa das atrocidades cometidas em seu interior. A prisão militar composta por três campos de detenção foi local de torturas durante muito tempo. Várias reportagens denunciaram o abuso da força e o tratamento desumano que os soldados estadunidenses utilizaram contra os prisioneiros. O fato é que além de prisioneiros que supostamente seriam terroristas, a

Moraes (2005, p. 56) explica, a “grosso modo”, que o “encarceramento teria, por um lado, a função de efetuar um controle social perverso e, por outro, de regular o mercado de trabalho”. Em consonância, Beccaria afirma:

O conjunto de todas as pequenas porções de liberdade é o fundamento do direito de punir. Todo exercício do poder que se afastar dessa base é abuso e não justiça; é um poder de fato e não de direito; é uma usurpação e não mais um poder legítimo. (BECCARIA, 1764, p. 24).

A realidade prisional, como se pode verificar nos dados, não corresponde ao que a lei brasileira preconiza, mas materializa o ideário da punição e da vingança enraizado na sociedade. O sofrimento antes expresso nos suplícios hoje se tornou um processo perverso que demonstra o paradoxo do propósito exposto no art. 1º da LEP, que afirma ser objetivo “*proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado*”, com a incoerência da realidade prisional e a negação dos direitos que confirmam a legitimidade da barbárie.

Diante do que foi apresentado, cabe pensar como se dá a reinserção social do egresso do sistema prisional e quais as consequências de todo este processo de rotulação, criminalização e negação de direitos na vida dos sujeitos, quando retornam à sociedade.

Para finalizar o capítulo, atenta-se ao que a LEP ainda expõe sobre o direito a uma assistência e apoio aos egressos do sistema prisional:

**Art. 25 – A assistência ao egresso consiste:**

- I – na orientação e apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade;
- II – na concessão, se necessário, de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo de dois meses.

*Parágrafo único.* O prazo estabelecido no inciso II poderá ser prorrogado uma única vez, comprovado, por declaração do assistente social, o empenho na obtenção de emprego.

**Art. 26 – Considera-se egresso para os efeitos desta Lei:**

- I – o liberado definitivo, pelo prazo de 1 (um) ano a contar da saída do estabelecimento;
- II – o liberado condicional, durante o período de prova.

**Art. 27 –** O serviço de assistência social colaborará com o egresso para a obtenção de trabalho. (BRASIL. LEP, 1984, grifos nossos).

---

Prisão de Guantánamo abrigou também detentos de forma clandestina e que não tinham razão justificável para estarem detidos. (GASPERETTO JUNIOR, 2013).

Mas, como realmente a sociedade e o Estado recebem este sujeito egresso de uma prisão? É possível um novo recomeçar, após passar por todo este processo punitivo? A liberdade é de fato uma nova chance de recomeçar? Será? Importa refletir sobre isso.

### **3.4 Analisando o processo criminalizatório do estigma e pensando sobre as (im)possibilidades de reinserção social dos egressos do sistema prisional frente ao eterno rótulo de criminoso**

“Um homem na estrada recomeça sua vida, sua finalidade: a sua liberdade. Que foi perdida, subtraída, e quer provar a si mesmo que realmente mudou que se recuperou e quer viver em paz, não olhar para trás, dizer ao crime: nunca mais! [...] Desempregado então, com má reputação, viveu na detenção, ninguém confia não. E a vida desse homem para sempre foi danificada. Um homem na estrada. [...] A Justiça Criminal é implacável, tiram sua liberdade, família e moral. Mesmo longe do sistema carcerário, te chamarão para sempre de ex-presidiário”.  
**(Homem na Estrada – Racionais Mc’s)**

Imagine-se recluso da sociedade, da vida cotidiana, do movimento da cidade, do trabalho, lazer, da família e dos amigos, do seu lar, de seus hábitos, seus direitos, sua vida; passando os seus dias em um lugar incivilizado e impiedoso, com uma rotina imposta e um sistema cruelmente perverso e tirânico; alimentando e inflamando a desilusão, a maldade e a revolta, mas em meio a tudo isso, sonhando com a *liberdade*, com o ar puro, a natureza, a rotina da cidade, com a luz do sol, as estrelas e a chuva. Esperando a “carta de alforria”, para então poder voltar novamente à sua vida!

Seguindo esse raciocínio, cabe refletir sobre quais as decorrências desta reclusão, quais impactos e significados incidem na vida de uma pessoa. Certamente, não há como ser um período frívolo que não provoque mudanças, no mínimo emocionais. Isolar-se do convívio social, independentemente do contexto, gera mudanças comportamentais significativas em relação aos padrões reconhecidos como comuns.

Pensando nos egressos do sistema prisional, retomando as análises de Goffman (1961) e Foucault (1975) sobre a internação em instituições totais, observa-se que os sujeitos que ali estão passam por um processo de adestramento, despersonificação, uma *mortificação do eu* e deterioração da



identidade. Se, somado a esta perspectiva há o histórico vingativo e punitivo das penas, logo percebe-se que a lógica apresentada como objetivo central das penas na LEP é de fato inexequível neste contexto.

Diante disto, pensando sobre a reinserção social, fala-se do termo *ressocialização*, muito utilizado em artigos e mídias para denominar o propósito das penas. Entretanto, este termo que diz respeito à retomada do processo de socialização, é bastante criticado pelos autores da *Criminologia crítica*, pois entendem não ser possível socializar alguém fora da sociedade, alguns autores ainda discutem que não há como ressocializar um sujeito que sequer foi socializado, pois passou a sua vida em processos de exclusão, violências e negação de direitos sociais.

Franco sustenta:

Apontam uma incongruência que crêem insuperável: não há como preparar alguém para viver em sociedade privando-o do convívio desta mesma sociedade. Acrescentam que o cárcere brutaliza, retira a identidade pessoal, põe fim à intimidade, à vida privada, ao convívio com as pessoas próximas. (FRANCO, 2008, não paginado).

Thompson (1980) observa que a *cadeia* não é uma miniatura da sociedade livre, mas um sistema peculiar, cuja característica principal é o poder, qualificando-o como um sistema de poder. E, para perceber este sistema, há que se ter em conta não só as estruturas formais, como também as informais. O autor aponta que estes espaços constituem uma configuração de sociedade interna específica, com fins próprios. Uma cultura particular diz que “o significado da vida carcerária não se resume à mera questão de muros e grades, de celas e trancas [...] penitenciária é uma sociedade dentro de uma sociedade”. (THOMPSON, 1980, p. 21).

Para Oliveira (1996, p. 235), “o encarceramento serve apenas para punir, socializando o preso para o mundo do crime”. Já Hofmeister afirma que não se prepara o sujeito preso para o seu retorno ao convívio social, “na verdade, existe uma socialização que a prisão produz: ela condiciona o indivíduo para viver no meio social prisional. Não para a sociedade livre. Opera-se uma socialização às avessas”. (2002, p. 43). Logo como “ressocializar o indivíduo em um sistema peculiar para devolvê-lo a uma sociedade livre? Eis a contradição”. (HOFMEISTER, 2002, p. 38).

Um dos grandes obstáculos à ideia ressocializadora é a dificuldade de colocá-la efetivamente em prática. Parte-se da suposição de que, por meio do tratamento penitenciário – entendido como conjunto de atividades dirigidas à reeducação e reinserção social dos apenados –, o terno se converterá em uma pessoa respeitadora da lei penal. E, mais, por causa do tratamento, surgirão nele atitudes de respeito a si próprio e de responsabilidade individual e social em relação à sua família, ao próximo e à sociedade. Na verdade, a afirmação referida não passa de uma carta de intenções, pois não se pode pretender, em hipótese alguma, reeducar ou ressocializar uma pessoa para a liberdade em condições de não liberdade, constituindo isso verdadeiro paradoxo. (BITENCOURT, 2001, p. 139).

O sociólogo Thomas Mathiesen (*apud* BAUMAN, 1999) declara que nunca em toda a História, as prisões possibilitaram efetivamente na prática a reintegração social dos sujeitos, o que se concretiza é um processo de *prisonização*.<sup>23</sup>

Posto isto, analisa-se também a perspectiva da recepção da sociedade a este sujeito egresso do sistema carcerário. Primeiramente, cabe mencionar que, ao contrário do exposto na LEP, no art. 25º, conforme sinaliza Pozzebon (2001, p. 121), os sujeitos saem das instituições prisionais sem orientações prévias e sem apoio estatal. Além disso, “a sensação que se tem é a de que o indivíduo é solto como se tal ação fosse errada, proibida, e não como um direito conquistado por ele, após ter pago pelo crime cometido”. Constatam-se as dificuldades presentes na realidade prisional para a efetivação do conceito apresentado na LEP, sobre ideia de prender e “ressocializar”, constituindo-se quase uma falácia.

Considerando as problematizações apresentadas ao longo deste estudo, pode-se apreender que a perspectiva do castigo e da vingança e a saga da criminalização, que exclui alguns sujeitos, mesmo antes de infringirem a lei, não termina no cumprimento da pena de prisão. Na maioria das vezes, efetiva-se mais uma etapa desta criminalização, completando o processo estigmatizatório, desenvolvendo enfim o rótulo perpétuo de ex-presidiário, o *estigma* de eterno criminoso.

---

<sup>23</sup> *Prisonização*: Termo cunhado em 1940 por Donald Clemmer. Significa a adoção, em maior ou menor grau, do modo de pensar, dos costumes, dos hábitos e da cultura geral da penitenciária. São os efeitos do confinamento. Para Clemmer a prisão era uma *escola do crime*. (HOFMEISTER, 2002, p. 39).

O conceito de estigma dialoga com o conceito de rótulo. O rótulo advém de um processo de rotulação social, ligada a uma reação socialmente construída, um tipo de estereótipo, como ponderou-se anteriormente; estigma, assim como o rótulo, também é uma marca. Contudo, ele pode demarcar características que vão além dessa reação, é algo mais profundo, como uma cicatriz. Por exemplo, as pessoas com deficiência ou obesas apresentam características pessoais ou físicas que podem “marcar” esta pessoa como “diferente” na sociedade, não precisamente como uma reação social, culturalmente construída como o perfil do “bandido”, mas podem sofrer preconceitos devido à isso.

Para compreender o real significado desta estigmatização, cabe examinar o que Goffman (1963) assevera sobre o estigma.

Os gregos que tinham bastante conhecimento de recursos visuais, criaram o termo *stigma* para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava. Os sinais eram feitos com cortes ou fogo no corpo e avisavam que o portador era um escravo, um criminoso ou um traidor – uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que devia ser evitada, especialmente em lugares públicos. (GOFFMAN, 1963, p. 11).

Esse estigma serve para reconhecer características específicas não apenas sobre o *status* social, mas Goffman (1963, p. 12) fala também de uma *identidade social*, determinada a partir de uma categorização realizada pela sociedade, baseada em expectativas normativas, exigências que preconizam como o outro deveria agir e ser. Definindo padrões e regras rigorosas de pertencimento social, que caracterizam a identidade social do outro. “Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma.”

Sendo assim,

construímos uma teoria do estigma, uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social. Utilizamos termos específicos de estigma como aleijado, bastardo, retardado [ex-presidiário], em nosso discurso diário com fonte de metáfora e representação, de maneira característica, sem pensar no seu significado original. (GOFFMAN, 1963, p. 15).

Elias e Scotson (2000) entendem que a estigmatização é uma relação de poder, tem uma função de dominação, pois a conquista da estigmatização de um determinado grupo mantêm, de certa forma, um tipo de controle social.

Afixar o rótulo de “valor humano inferior” a outro grupo é uma das armas usadas pelos grupos superiores nas disputas de poder, como meio de manter sua superioridade social. Nessa situação, o estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso costuma penetrar na autoimagem deste último e, com isso enfraquecê-lo e desarmá-lo. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 24).

Além de serem tratados diferentes, os sujeitos estigmatizados, quando desempenham algo que seria “normal” aos olhos da sociedade, provocam uma admiração espantosa; são avaliados como uma capacidade extraordinária, sendo quase tratados como animais de circo. Ou, muitas vezes, são vistos até como heróis: um exemplo a ser seguido, o vencedor que superou as expectativas, são exceções que viram representantes da *força de vontade* e da *superação*, reiterando a lógica meritocrática. (GOFFMAN, 1963).

Observa-se esta lógica em manchetes de notícias, com as quais cotidianamente, nos deparamos nas mídias; retratam como algo surpreendente a possibilidade de um emprego ou profissionalização um sujeito que já teve passagem pelo sistema prisional. Nos títulos das manchetes, há chamadas como “Ex-presidiário se forma na faculdade”, “Ex-presidiário consegue oportunidade de trabalho em grande empresa”, ressaltando-se sempre como surpresa na notícia o fato de alguém, que já foi preso, estar em um bom emprego ou ter uma formação acadêmica.

Entretanto, ao mesmo tempo em que certas ações se tornam notícias de superação, Goffman (1963) sinaliza que pequenos erros, enganos incidentais, e até mesmo apenas uma simples suspeita já expressa significativamente o atributo que estigmatiza.

Cada vez que alguma pessoa que tem um estigma particular alcança notoriedade, seja por infringir a lei, ganhar um prêmio ou ser o primeiro em sua categoria, pode-se tornar o principal motivo de tagarelice de uma comunidade local; esses acontecimentos podem até mesmo ser notícia nos meios de comunicação da sociedade mais ampla. [...] Dessa maneira, sua situação leva-os facilmente a viver num mundo de heróis e vilões de sua própria espécie, sendo a sua relação com esse mundo sublinhada por pessoas próximas, normais ou não. Que lhes trazem notícias do desempenho de indivíduos de sua categoria. (GOFFMAN, 1963, p. 37).

Estes sujeitos estigmatizados tornam-se alvo de observação e julgamentos o tempo todo. O rótulo estigmatizante traz consigo uma eterna desconfiança e a lógica do panóptico estende-se à vida em sociedade. Goffman (1963, p. 40) sinaliza que este descrédito advindo do estigma ainda se estende às demais pessoas próximas com a qual estes se relacionam. Como exemplo, ouve-se: *“Esta é mulher de ex-presidiário, este é parente de ex-presidiário, aquele contratou um ex-presidiário”*, perde-se a subjetividade e identidade de cada um e a característica do estigma se sobrepõe aos demais fatores que a compõem como uma pessoa. *“Apesar de ele ter cumprido sua pena, ninguém esquecerá do fato”*.

O desviante, criminoso, ex-presidiário, a menos que deixe comprovadamente evidente, será sempre visto como um inimigo. Para Zaffaroni (2007), a essência do inimigo consiste em negar-lhe sua condição de pessoa e vê-lo como uma ameaça, um ente perigoso. Novamente, é necessário tomar medidas de segurança e contenção contra o *inimigo*. É uma segregação destrutiva, que afeta as relações e impossibilita a efetiva reinserção social dos sujeitos.

É provável que características singulares, historicamente imbricadas, tinjam as margens de nossa relação com essa pessoa; ainda assim, há no âmago um ordenamento completo de previsões socialmente padronizadas que temos quanto à sua conduta e natureza como um modelo da categoria. (GOFFMAN, 1963, p. 63).

Logo, a sociedade não recebe este sujeito como alguém “reabilitado”, que pagou o que devia e está pronto para retornar ao convívio social, mas sim como um eterno criminoso, um inimigo. Não se abrem as portas das possibilidades para um novo recomeço, com oportunidades reais de inserção no mercado de trabalho e o reconhecimento do grupo social enquanto “cidadão normal.”

Importa destacar que todos os fatores anteriormente analisados continuam moldando as relações da sociedade *versus* o egresso, reconhecido “eternamente” como um sujeito hostil. Agora, com o estigma advindo do encarceramento, marcado em sua Certidão de Antecedentes Criminais (muitas vezes requisito solicitado nas seleções de vaga de emprego e demais

acessos as políticas sociais), este sujeito volta para o convívio desta sociedade pautada por valores cruéis, individualistas e descartáveis do neoliberalismo.

Estes rótulos e estigmas decorrentes de representações sociais, pautadas por conceitos relativos a padrões hegemônicos, influenciam fortemente os papéis sociais assumidos. E, diante deste contexto social, em que o sujeito egresso é rotulado e estigmatizado, muitas vezes assume a identidade a si atribuída de inimigo e consome o círculo vicioso. A profecia do eterno criminoso se cumpre, o sujeito volta para a prática do crime, somando mais um número às acentuadas taxas de *reincidência*<sup>24</sup> *criminal*.

De acordo com o Relatório de Reincidência Criminal no Brasil, de 2015, realizado pelo IPEA, ainda são escassos no Brasil pesquisas e dados oficiais sobre reincidência criminal, o que colabora para que, na ausência destes dados precisos, repercutam com certa frequência informações como a que a taxa de reincidência no Brasil é de 70%. Todavia, apesar do fato de existir taxas altas, os números não são oficiais. O relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do sistema carcerário, por exemplo, divulgou em 2008 que a taxa de reincidência dos detentos, em relação ao crime, chegava a 70% ou 80%, de acordo com a Unidade da Federação. Entretanto, a CPI não produziu pesquisa que pudesse avaliar a veracidade deste número e baseou boa parte de suas conclusões nos dados informados pelas instituições prisionais. (IPEA, 2015).

Já conforme o Informe Regional de Desenvolvimento Humano (2013) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o percentual de reincidência no Brasil é um dos mais altos do Planeta, tendo incontestavelmente uma média mínima de 50%. Outro levantamento realizado pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (2014), com base em boletins de ocorrência em um período de 11 anos, demonstra que 70% dos sujeitos acusados nos boletins de ocorrência tinham mais do que um delito registrado.

---

<sup>24</sup> *Reincidência*: Considera-se reincidente o agente que comete novo crime depois de transitar em julgado a sentença que, no país ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior (art. 63 do Código Penal Brasileiro). Não se leva em conta aqui a denominada *cifra negra* (*dark number*, *chiffre noir*) constituída por indivíduos que, mesmo tendo cometido crimes não foram alcançados pelo sistema /de defesa ou de justiça social. (HOFMEISTER, 2002, p. 49).

Contudo, cabe ressaltar que, dentre os egressos, existe uma porcentagem também que faz parte dos índices de homicídios alarmantes no País, assim como a predominância no perfil da população carcerária. Muitos jovens negros/pardos também são vítimas de homicídio todo ano no Brasil e muitos destes têm passagem criminal. De acordo com o Atlas da Violência de 2017, divulgado pelo IPEA e Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), mais de 90% das vítimas de homicídio no País são homens, destes, 50% têm entre 15 e 29 anos. Outro dado importante demonstra que a cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras. Além disso, entre o total dos homicídios as notícias apresentam um grande número com características de execução.

Sobre as taxas de vítimas com antecedentes criminais, não existem pesquisas nacionais específicas que apontem este fato; entretanto, levantamentos regionais certificam esta afirmativa. Conforme dados apresentados pelo Governo do Distrito Federal (GDF) em 2013, 70% das vítimas de homicídio tinham antecedentes criminais. O levantamento de 2016, realizado pelo Núcleo de Inteligência de Fronteira (NINTFron) da 12ª Delegacia Regional de Polícia Civil, da cidade de Chapecó em Santa Catarina, indicou também uma média de 70% de vítimas de homicídio com antecedentes criminais. Da mesma forma, na região do Vale do Taquari, no Rio Grande do Sul, a Polícia Civil afirmou em 2014 que uma média de 73% das vítimas de homicídio da região também possuía antecedentes criminais.

Considerando o exposto, percebe-se que a esperada liberdade e o retorno à vida cotidiana destes sujeitos não é algo tão satisfatório e verdadeiramente libertador. As possibilidades reais encontradas, *versus* as probabilidades de reincidência ou próprio homicídio, são discrepantes e a materialidade do perverso sistema de manutenção do *status quo* se apresenta com o aval da grande massa social que vive reproduzindo a ideologia da classe dominante.

Diante da concepção de manutenção do *status quo*, as possibilidades de transformação e o investimento na política pública de segurança, qualificação das penitenciárias e programas de proteção e atenção aos egressos são obstaculizadas. A desresponsabilização do Estado e da sociedade frente ao fenômeno da crescente criminalidade e violência urbana é uma questão que

deve ser problematizada. É necessário que seja ponderado sobre o que tem sido efetivado em termos das legislações vigentes, porque existe um descaso e um menosprezo pela LEP, reproduzindo-se uma lógica tão arcaica de punição. Os dados da realidade cruel de desigualdades e privação de direitos deveria causar um sentimento de assombro e repugnância, motivo de resistência e luta por uma sociedade de paz, ao invés de um sentimento de misantropia seletiva. A aversão por alguns segmentos sociais, que faz uma pessoa atravessar a rua para não passar próxima a alguns indivíduos, incrimina com base em características físicas ou morais e ainda luta pela pena de morte, liberação do armamento, redução da maioria penal como uma solução imediatista.

Apesar de concluir, diante da realidade evidenciada nos dados apresentados e nos estudos teóricos, que não existe de fato uma solução instantânea para esta complexa problemática que envolve exclusão, violência, criminalidade, punição, reincidência e tantos outros aspectos que fazem parte da questão criminal, é necessário que sejam questionadas as alternativas passíveis de investimento.

Comparando com estudos mundiais, pesquisas apontam que os países com os maiores índices de população carcerária também reúnem estatísticas e relatos negativos de práticas severas e violentas como no Brasil. Isso que demonstra internacionalmente que a prática da violência institucional e perspectiva apenas punitiva não trazem resultados positivos para a sociedade e colabora para o aumento da reprodução da criminalidade, expressa nos altos índices de encarceramento. Como exemplo disto, países, que estão entre os primeiros na lista das maiores populações carcerárias, têm um sistema prisional reconhecidamente incivilizado, com práticas desumanas.

A título de exemplo, na Rússia o vestígio medieval e a herança dos *gulags*<sup>25</sup> se materializa no trabalho forçado, extensos períodos de isolamento,

---

<sup>25</sup> *Gulags*: Era um sistema de trabalho forçado da URSS, onde prisioneiros eram enviados para campos de trabalho. As condições a que estavam submetidos os prisioneiros eram péssimas: comida insuficiente e com má qualidade, falta de aquecimento e de roupas adequadas para suportar o frio, longas jornadas de trabalho e abusos físicos por parte dos guardas. Como resultado dessa situação, o número de suicídios e de mortes por exaustão e doenças era bastante alto. Segundo dados do próprio regime, 1.053.829 pessoas morreram



normas internas que regulam o mínimo de alimentação e limitam o uso do banheiro a duas vezes ao dia, além de transferências de presos em viagens longas que podem durar meses por vagões de trem com condições insalubres frequentemente. Também na China, permanece um sistema prisional reconhecido como um dos mais brutais do mundo, com jornadas extensas de trabalho forçado, práticas de tortura e espancamentos, fome entre outras práticas nocivas. (BLUME, 2017; KARIMI, 2014; ORTEGA, 2013).

Por outro lado, apesar da dessemelhança econômica e social, cabe refletir sobre os modelos prisionais que têm demonstrado resultados positivos mundialmente. Certamente é preciso levar em conta toda a história e cultura do país em questão, mas, diante dos fatos e da barbárie em que se encontra o sistema prisional e punitivo no Brasil, convém que um olhar crítico e uma atenção particular seja dada a estes modelos. Na Noruega, por exemplo, não só a quantidade de presos é baixíssima como a taxa de encarceramento em relação à população é pequena. A principal diferença é a filosofia adotada pelo país, que busca garantir um tratamento humanitário para os presos, com uma rotina “o mais normal possível”, com práticas e atividades sociais que visam à reinserção na sociedade. Além disso, as sentenças são mínimas, a maioria dos presos fica no máximo apenas um ano preso, as instituições prisionais são descritas como “casas de adaptação” e as taxas de reincidência no país estão entre as mais baixas do mundo, cerca de menos de 20%. (BLUME, 2017).

Assim como a Noruega, a Holanda prioriza uma política penal completamente diferente da brasileira. As instituições prisionais holandesas contam com amplas áreas verdes, bibliotecas, mesas de piquenique e redes de vôlei. Adota-se também a ideia de inserir uma rotina normal que auxilie na retomada da vida após o egresso. Além disso, abordam as causas que levaram o sujeito a cometer o crime, a fim de buscar uma resposta eficaz. As penas também são mínimas, e o governo holandês, devido à baixa taxa de encarceramento e a eficácia na reinserção social, tem fechado

---

entre 1934 e 1953. Muitos dos prisioneiros dos campos eram acusados de cometer crimes políticos contra o regime, isto é, aqueles que discordavam ou combatiam as medidas tomadas pelo Partido Comunista e seu líder Stalin. O objetivo era que as pessoas fossem reeducadas para aceitar as medidas tomadas pelo governo. (CARDOSO, 2015).

gradativamente várias instituições prisionais, que acabam servindo para outros fins, como centros de triagem para refugiados. Outra informação relevante é que os juízes frequentemente têm adotado medidas alternativas à privação de liberdade, especialmente em casos não violentos. (BLUME, 2017).

Voltando para a realidade brasileira, uma alternativa existente, que traz consigo uma discussão contraditória, mas que vale ser analisada com atenção, é a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC). De modo geral, a APAC é uma entidade civil, sem fins lucrativos, que se dedica à recuperação e reintegração social dos sujeitos condenados a penas privativas de liberdade. Opera como uma entidade auxiliar do Poder Judiciário e Executivo. Seu objetivo é gerar a humanização das prisões, sem deixar de lado a finalidade punitiva da pena, em busca da não reincidência criminal, proporcionando condições para que o condenado se recupere e consiga a reintegração social, com o auxílio da família e da comunidade. A filosofia adotada e estabelecida pelo idealizador e criador da organização é *Matar o criminoso e salvar homem*. (VEYL, 2016).

O método APAC é composto pelos seguintes tópicos: participação da comunidade; ajuda mútua entre recuperandos; religião; assistência jurídica; assistência à saúde; valorização humana; família; o voluntário e seu curso de formação; centro de reintegração; mérito e Jornada de Libertação com Cristo. (ALVES; MIJARES, 2014, p. 14).

A segurança e organização, ao contrário das instituições prisionais, funcionam de forma muito diferente de outras penitenciárias, os responsáveis são funcionários desarmados e não uniformizados. Constata-se que o método APAC tem apresentado resultados eficazes, com índices de reincidência, segundo o Conselho Nacional de Justiça, abaixo de 10%. (VEYL, 2016).

Entretanto, o que indaga uma reflexão crítica é que a APAC é pautada por uma disciplina rígida, caracterizada por respeito, ordem, trabalho e envolvimento familiar, mas principalmente por valores morais e cristãos, que buscam nos ensinamentos do Evangelho e na fé em Deus uma nova filosofia de vida. (VEYL, 2016). A contradição se dá frente aos preceitos do Estado Democrático de Direito e o princípio constitucional da laicidade, já que estas instituições recebem recursos públicos para seu funcionamento e, devido à

sua metodologia, existe uma seletividade nos sujeitos que ingressam no programa, pois é necessário estar disposto a seguir as normas e reconhecer os valores postos em foco. (VEYL, 2016).

Analisar criticamente esta organização não é objeto desta análise, mas interessa que sejam problematizadas e refletida diante destas informações, que é possível, sim, pensar em alternativas que tenham um foco mais humanitário, e que alcancem resultados efetivamente eficazes, em relação aos índices de reincidência criminal.

Cabe citar, também, outra tendência que tem crescido no País, as práticas e discussões acerca da Justiça Restaurativa, enquanto metodologia de apoio à reinserção social. A Justiça Restaurativa diz respeito a um modelo jurídico-penal em que a busca pela solução de conflitos, derivados de uma infração penal envolve ativamente o infrator, a vítima e a sociedade, na busca de uma solução consensual, a partir de um processo voluntário. Há o uso de técnicas de mediação e conciliação, em prol de uma conscientização do infrator, para restaurar de certa forma um convívio pacífico entre as partes. (ALVES, 2012). Estas práticas ainda são recentes no Brasil, e não existem pesquisas oficiais no País, que demonstrem de fato os resultados e índices de efetividade, além de serem objeto de diversas críticas e debates sobre sua funcionalidade. Entretanto, assim como a APAC, não cabe a este estudo analisar estes fatores, mas pensar e questionar sobre as diferentes possibilidades que vêm sendo debatidas acerca da questão penitenciária e criminal no Brasil, e o que vem sendo feito diante disso.

Em vista disso, apesar do processo criminalizatório e segregacionista ser profundo e complexo na sociedade em que vivemos, apresentando ainda vestígios de um passado escravocrata e genocida, alguns indicativos estão postos na realidade e cabe a nós, enquanto sociedade, cidadãos e profissionais, não nos deixarmos dominar pelo caráter fatalista, revogando a cultura punitivista pautada pela vingança e herança de suplícios, que ainda têm raízes profundas nas práticas e ideologias sociais. Ao contrário, é preciso reivindicar, lutar e construir coletivamente estratégias para que vivamos em uma sociedade marcada por outros valores, sobretudo com mais equidade e justiça.

## 4 Considerações finais

*“O ser humano deve desenvolver, para todos os seus conflitos,  
um método que rejeite a vingança, a agressão e a retaliação.  
A base para este tipo de método é o amor.”*

**Martin Luther King**

Partindo de uma compreensão de que a afinidade, a solidariedade e a compaixão são sentimentos voluntários, em uma sociedade cada vez mais individualista e hedonista, a verdadeira comunidade pautada pela coletividade torna-se raridade. A necessidade de reproduzir uma doutrina egoísta, em razão do desenvolvimento econômico de um sistema capitalista neoliberal, tem afastado as pessoas da problematização sobre os impactos destes valores nas relações sociais, bem como na própria subjetividade.

Os frutos de uma sociedade imediatista, que não se permite criar laços materializam-se em relações e vínculos frágeis e volúveis. Diante disto, culpar alguém por fracassos e selvageria na sociedade e desigualdade social, sem reconhecer a exploração do sistema, torna-se mais plausível do que assumir um papel de responsabilidade e coparticipação na construção de estratégias de transformação, que sejam baseadas na empatia e na coletividade, admitindo desta maneira uma consciência de classe.

Neste contexto, apoiando-se na teoria reacionista que analisa o etiquetamento de sujeitos, entende-se que a exclusão e rotulação que criminaliza classes, segmentos e sujeitos é, sim, uma forma de manutenção do *status quo*. A partir da identificação destes “bodes expiatórios”, que em um processo de criminalização, diante da corrida meritocrática moderna, são reconhecidos como *desviantes*, *hostis* (considerando que uma das características presentes é o delito criminal que perturba a ordem), procuram-se meios de contenção e de “limpeza social”. Todavia, percebe-se que, na maioria das vezes, justamente devido aos princípios do contexto neoliberal, brevemente apresentados, estes meios são imediatistas e sem eficácia, pois atuam de forma superficial sobre um problema que é estrutural.

Destaca-se, neste cenário, o papel das mídias de massa que propagam uma ideologia que reforça o estigma, a criminalização e a conservação de um

espírito de medo e insegurança, potencializando a culpa dos rotulados. Promove, assim, a sensação de indispensabilidade dos meios de segurança privada, em prol do equilíbrio social. O que importa nesta lógica é de alguma forma, se possível instantânea, afastar ou eliminar os hostis, as “ervas daninhas” do jardim social.

*Ordem e progresso*, para quem? Ao contrário dos preceitos equitativos, o Estado moderno também está voltado para o desenvolvimento da economia e do mercado, logo não está neutro, interferindo na organização e materialização das políticas públicas, que estão cada dia menos universais e mais focalizadas, fortalecendo as privatizações e deixando à mercê da meritocracia e do desamparo econômico as classes vulneráveis.

E, é devido a esta realidade tão complexa que, durante o decorrer das análises, foram evidenciados tantos fatores e conceitos diferentes, pois não há como pensarmos em estratégias, se não conhecermos o problema e suas raízes. Entende-se que a historicidade, a totalidade e as circunstâncias que nos rodeiam nos moldam e definem aspectos do nosso comportamento. Todos os elementos de exclusão, disciplinarização; a perda de identidade e tantos outros fazem parte de uma articulação estrutural em vista da ordem e do controle social. Por isso, também, problematiza-se sobre a população que ocupa o sistema carcerário brasileiro, pois claramente existe um perfil do qual os crimes de “colarinho branco” e os “cidadãos do bem”, que sonegam tantos impostos, por exemplo, não fazem parte.

A história da punição, do sistema penal e sua natureza vingativa dizem muito sobre a realidade de barbárie que se identifica nas instituições prisionais e sobre os índices de reincidência criminal. Os meios falidos de prevenir o crime são reconhecidamente insuficientes e contrários ao que se propõem, pois a contradição presente entre o objetivo proposto e a metodologia para alcançá-lo, na maioria das vezes, não é considerada, ignorando assim toda a complexidade que pauta a realidade prisional.

A problemática acerca da questão penal e as ações obsoletas que permeiam o sistema punitivo não têm sido alvo de discussões e críticas recentes. No século XVIII, Beccaria (1764) já apontava uma essência de atrocidade enraizada nos costumes sociais, sinalizando, já naquela época, a necessidade de ultrapassar alguns preceitos do conservadorismo.

Afirma:

Como as leis e os costumes de um povo estão sempre atrasados vários séculos em relação às luzes atuais, conservamos ainda a barbárie e as ideias ferozes dos caçadores do Norte, nossos selvagens antepassados. Os nossos costumes e nossas leis retardatárias estão bem longe das luzes dos povos. Ainda estamos dominados pelos preconceitos bárbaros que nos legaram os nossos avós, os bárbaros caçadores do Norte. (BECCARIA, 1764, p. 31).

Diante da deficiência do sistema penal, Beccaria pensava na importância da nossa sensibilidade enquanto seres humanos, para que as atrocidades executadas nas formas punitivas fossem desencorajadas.

À medida que as penas forem mais brandas, quando as prisões já não forem a horrível mansão do desespero e da fome, quando a piedade e a humanidade penetrarem nas masmorras, quando enfim os executores impiedosos dos rigores da justiça abrirem os corações à compaixão, as leis poderão contentar-se com indícios mais fracos para ordenar a prisão. (BECCARIA, 1764, p. 30).

Não obstante, importa atentar à habitualidade do fatalismo. Entende-se que, perante todo o contexto apresentado, é honesto julgar que as transformações societárias e estruturais são complexas e parecem irrealizáveis, mas, como evidenciado em alguns modelos exemplificados, é possível sim construir alternativas divergentes da concepção punitiva/vingativa predominante. Certamente, é preciso muito trabalho e luta para que resultados sejam alcançados e as correntes conservadoras sejam superadas, mas a esperança deve resistir dentro daqueles que ainda ousam sonhar e lutar, servindo como impulso nesta árdua construção.

Pensando especificamente como assistente social, uma profissão calcada em princípios de resistência, na luta intransigente pelos direitos sociais e em defesa da humanidade, guiada ainda por um projeto ético-político que afirma o papel responsável da profissão na sociedade, pondera-se que não há como apropriar-se do conformismo, por mais que se viva em *tempos sombrios*. Independentemente dos obstáculos, deve-se defender as possibilidades! Acreditar e apostar nas alternativas! É preciso ter clareza do projeto ético-político, dos valores por ele eleitos. Existe estabelecida uma direção ético-política hegemônica, que contesta o fatalismo e determinismo, a partir da afirmação da História, como movimento e transformação. Essa

premissa explicita o campo da luta e do cotidiano como categorias centrais para que, coletivamente, seja possível construir outras possibilidades de existência humana.

À vista disso, compreende-se a imprescindibilidade dos assistentes sociais pensarem, no âmbito da intervenção profissional, sobre como tem contribuído para a superação das ações preconceituosas e retrógradas que, comumente, são reproduzidas. É preciso coletivamente buscar a construção de novas estratégias, entendendo que os resultados são processuais, mas, sem perder o horizonte de uma sociedade mais justa e igualitária. Que as reflexões e inquietações não se percam da essência de cada um, que impulsiona a escolher esta profissão tão complexa, diante de uma realidade tão contraditória e perversa.

Imbuída desse sentimento, entende-se a importância e relevância da continuidade dos estudos e das reflexões nesta área do conhecimento, que ainda está distante da construção de um modelo penal eficaz e que dê conta da reinserção social. A falta de investimentos e a carência de projetos que sejam implementados é uma problemática atual e demanda uma atenção da categoria dos assistentes sociais, pois estes são agentes que possuem ferramentas para encontrar respostas.

É um caminho trabalhoso a ser trilhado, os fatores que contribuem para a barbárie deste sistema carcerário que observamos são diversos; contudo, enquanto profissionais do serviço social, são estes desafios que vamos enfrentar, com ética e diligência, fortalecendo-nos nas pequenas conquistas cotidianas, que representam os humildes começos e os primeiros passos para a transformação.

Por fim, sinaliza-se a importância destas considerações, em especial sobre a construção destes estigmas e rótulos que criminalizam e excluem alguns. Que elas possam contribuir com a reflexão sobre o tipo de sociabilidade que estamos reproduzindo. Que a nossa humanidade nos influencie à empatia com o próximo, e a compaixão não esmoreça dos nossos corações, pois, quando as mazelas da desigualdade e a crueldade do mundo não nos afetarem mais, é hora de revermos nossa humanidade. E enquanto assistentes sociais, talvez a profissão até já não faça mais sentido, pois as transformações e os recomeços só serão possíveis, se existirem

sujeitos e ações que busquem isso, o que, singularmente, depende de cada um de nós.

*“Todo fim na história constitui necessariamente um novo começo;  
esse começo é a promessa,  
a única mensagem que o fim pode produzir.  
‘O homem foi criado para que houvesse um começo’, disse  
Agostinho.  
Cada novo nascimento garante esse começo:  
ele é, na verdade, cada um de nós.”*

**Hanna Arendt**



## REFERÊNCIAS

---

- ADAMS, James T. **O épico da América**. Boston: Ed. Little Brown e Co. 1931.
- ALBERGARIA, Jason. **Das penas e da execução penal**. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.
- ALBERGARIA, Jason. **Comentários à Lei de Execução Penal**. Rio de Janeiro: Aidê, 1987.
- ALMEIDA, Margarida Maria Barreto. **Paradigma da reação social: uma nova compreensão do Sistema Penal**. Montes Claros: Unimontes Científica, 2001.
- ALVES, Cleusimar *et al.* **A responsabilidade do estado enquanto provedor de políticas públicas e o serviço social: aspectos polêmicos**. In: SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 3., 2013. **Anais [...]** CRESS 6ª Região. 2013. Disponível em: <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/A%20RESPONSABILIDADE%20DO%20ESTADO%20ENQUANTO%20PROVEDOR%20DE%20POL%C3%8DTICAS%20P%C3%9ABLICAS%20E%20O%20SERVI%C3%87O%20SOCIAL.pdf>. Acesso em: 6 out. 2017.
- ALVES, Isabela Banduk; MIJARES, Julia Marangoni. **Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (APAC): conexão local**. FGV Pesquisa. 2014. Disponível em: [http://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/conexao-local/relatorio\\_conexao\\_local\\_apac.pdf](http://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/conexao-local/relatorio_conexao_local_apac.pdf). Acesso em: 18 nov. 2017.
- ALVES, Joseane Duarte Ouro; MOLJO, Carina Berta. Apontamentos acerca da gestão da criminalização da questão social: o cenário contemporâneo brasileiro. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, 2015.
- ALVES, Lidiana. **Justiça Restaurativa: Instrumento de reinserção social**. Campina Grande: Ed. da Universidade Estadual da Paraíba, 2012.
- ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A ilusão de segurança jurídica: do controle da violência à violência do controle penal**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.
- ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras. 1951.
- ASSIS. Rafael Damasceno de Assis. A realidade atual do sistema penitenciário brasileiro. **Revista CEJ**, Brasília, 2007.
- BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal: Introdução à sociologia do direito penal**. Rio de Janeiro: Revan, 1999. (Coleção Pensamento Criminológico).
- BARATTA, Alessandro. Filósofo de uma criminologia crítica. **Mídia e Violência Urbana**, Rio de Janeiro: Faperj, 1994.
- BAUMAN, Zigmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

\_\_\_\_\_. **Globalização: as consequências humanas.** Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.

\_\_\_\_\_. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

\_\_\_\_\_. **Modernidade e holocausto.** Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BAYLEY, David H. Padrões de policiamento: uma análise Internacional Comparativa. São Paulo: Edusp, 2001. (Série Polícia e Sociedade n. 01).

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas.** São Paulo: Edipro, 1764.

BECKER, Howard Saul. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio.** Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do estado e perda de direitos.** São Paulo: Cortez, 2008.

BEZERRA, Edson Alves *et al.* **Labelling approach ou teoria do etiquetamento.** São Paulo. 2015. Disponível em:  
<http://site.ajes.edu.br/encontro/arquivos/20160821080928.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2017.

BIAR, Liana de Andrade. Desvio e estigma: caminhos para uma análise discursiva. **Revista Caleidoscópio**, Unisinos, v. 13, n. 1, 2015. Disponível em:  
<http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2015.131.11/4641>. Acesso em: 20 ago. 2017.

BISSOLI, Francisco. **O estigma da criminalização no sistema penal brasileiro: dos antecedentes à reincidência criminal.** Florianópolis: Ed. da Universidade Federal de Santa Catarina, 1997.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da pena de prisão: causas e alternativas.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

BLUME, Bruno André. **Sistemas prisionais em outros países: como o Brasil se compara ao resto do mundo?.** 2017. Disponível em:  
<http://www.politize.com.br/sistemas-penitenciarios-outros-paises/>. Acesso em: 18 nov. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: 1988.

\_\_\_\_\_. **Conselho Nacional de Justiça (CNJ).** Relatório de Gestão: Supervisão do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF. 2017. Disponível em:  
<<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/04/23902dd211995b2bcba8d4c3864c82e2.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF de 31 de Dez. de 1940.

\_\_\_\_\_. **Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN)**. Ministério da Justiça. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal>. Acesso em: 10 out. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei de Execução Penal**. Lei 7.210. Brasília, 1984.

\_\_\_\_\_. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN)**. Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). Ministério da Justiça, 2014. Disponível em: [http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/documentos/infopen\\_dez14.pdf](http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/documentos/infopen_dez14.pdf). Acesso em: 10 out. 2017.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária**. Ministério da Justiça. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária Brasília-DF, outubro de 2015.

CARDOSO, Luísa Rita. **Gulag (sistema de trabalho forçado na URSS)**. 2015. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/gulag-sistema-de-trabalho-forcado-na-urss/>. Acesso em: 18 nov. 2017.

CARVALHO, José Maurício de. O conceito de circunstância em Ortega y Gasset. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, EDUFSC, v. 43, n. 2, 2009.

CASTRO, Lola Aniyar de. **Criminologia da libertação**. Tradução de Sylvia Moretzsohn. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2005.

CASTRO, Lola Anyar de. **Criminologia da reação social**. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2009.

COELHO, Edmundo Campos. **Oficina do diabo**: e outros estudos sobre criminalidade. Rio de Janeiro: Record, 2005.

COLET, Charlise Paula; FILHO, Eloi Cesar D. **O paradigma da reação social na conduta desviada**: o processo de criminalização e etiquetamento social. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2008. Disponível em: [http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/salvador/charlise\\_paula\\_colet.pdf](http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/salvador/charlise_paula_colet.pdf). Acesso em: 20 ago. 2017.

CORRAL, Eduardo Vaz. **Teoria do etiquetamento social**: do estigma aos aspectos seletivos do sistema penal. 2015. Monografia (Especialização em Direito Penal e Política Criminal: Sistema Constitucional e Direitos Humanos) – Programa de Pós-Graduação em Direito Penal da UFRGS, Porto Alegre, 2015.

CRUZ, Daniel Nery da. A discussão filosófica da modernidade e da pós-modernidade. **Revista Μετάνοια**, São João Del Rei – MG, n. 13, 2011.

CRUZ NETO, O.; MINAYO, M.C.S. Extermínio: violência e banalização da vida. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro: Fiocruz, v. 10, supl. 1, 1994.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Os irmãos Karamazov**. Tradução de Raquel de Queiroz. Rio de Janeiro, 1880.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FALEIROS, Vicente de Paula. Inclusão social e cidadania. **32ª International Conference on Social Welfare**. Brasília: 2006.

FERREIRA, Antunes. Niilismo e ética: a “filosofia do nada” em suas relações com o agir humano. **Revista Lampejo**, n. 4, nov. 2013. Disponível em: [http://revistalampejo.org/edicoes/edicao4/artigos/Artigo3\\_Antunes%20Ferreira%207%20a%2037.pdf](http://revistalampejo.org/edicoes/edicao4/artigos/Artigo3_Antunes%20Ferreira%207%20a%2037.pdf). Acesso em: 2 out. 2017.

FERNANDES, Newton. **A falência do sistema prisional brasileiro**. São Paulo: RG Editores, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.

FRANCO, José Henrique Kaster. Execução da pena privativa de liberdade e ressocialização. Utopia?. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 13, n. 2009, 31 dez. 2008. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/12153/execucao-da-pena-privativa-de-liberdade-e-ressocializacao>. Acesso em: 10 nov. 2017.

FREITAS, Cesar Augustus L. **A reciclagem e sua dinâmica reprodutora de uma situação de lumpemproletariado**. Universidade Federal de Goiás. Instituto de Estudos Socioambientais. Programa de Pesquisa e Pós Graduação em Geografia. Goiania, 2010.

GABRIEL, Guiomar; Teixeira, José A. Carvalho; LAING, Ronald D. A política da psicopatologia. **Análise Psicológica**, v. 25, n. 4, p. 661-673, 2007.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1963.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1961.

GOLIN, Luana Martins. O niilismo em Dostoiévski e Nietzsche. **Revista Eletrônica Correlatio**, n. 16. 2009. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/COR/article/viewFile/1620/1628>. Acesso em: 2 out. 2017.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo. São Paulo: Editora 34, 1995.

HOFMEISTER, Carlos Freire. **A pena privativa de liberdade e a inclusão social do preso na perspectiva dos direitos humanos**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Jurídicas. Curso de Pós-Graduação em Direito, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempos de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

INFANTE, Ulisses. Texto: **Leitura e escritas**. São Paulo: Scipione, 2000.

JINKINGS, Isabella. **Sob o domínio do medo: controle social e criminalização da miséria no neoliberalismo**. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Unicamp, Campinas, 2007.

GASPARETTO JUNIOR, Antônio. **Prisão de Guantánamo**. 2013. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/prisao-de-guantanamo/>. Acesso em: 2 out. 2017.

KARIMI, George. **Uma visão de dentro do brutal sistema prisional da China**. 2014. Disponível em: <https://www.epochtimes.com.br/visao-dentro-brutal-sistema-prisional-china/#.WhLFwHnrvIW>. Acesso em: 18 nov. 2017.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 25. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

KONESKI, Anita Prado. **Um olhar para o Fausto de Goethe**. 1999. Curso de Pós-Graduação em Literatura. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

LEAL, Rita de Cássia Souza. Novas tecnologias e monitoração: a cultura do medo legitimando o controle. Trabalho apresentado ao NP 08 – Tecnologias da Informação e da Comunicação, do **XXVIII Encontro dos Núcleos de pesquisa da Intercom**. 2005. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R0895-1.pdf>. Acesso em: 10 set. 2017.

LIMA, Francisco Jozivan Guedes de. Reflexões sobre a modernidade e o holocausto a partir de Zygmunt Bauman. **A Revista de Filosofia Argumentos**, Fortaleza, ano 6, n. 11, jan./jun. 2014.

LOBO, Silvana Lourenço. **A idade no direito penal brasileiro: da menoridade**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2008.

MARCINEIRO, Nazareno. **Introdução ao estudo da segurança pública**. 3. ed. Palhoça: UnisulVirtual, 2007.

MARCONI, Maria de A., LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 4. ed. Rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1992.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo, 1932.

MARX, Karl. **O dezoito Brumário e Cartas a Kugelman**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de. **Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários**. São Paulo: IBCCRIM, 2005.

MUSUMECI, Leonarda *et al.* Raça e gênero no sistema de justiça criminal brasileiro: perfil dos operadores e da população carcerária. **Texto para o Relatório de Desenvolvimento Humano 2004 Capítulo Segurança e Justiça**. 2004. Disponível em: [https://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2011/06/Ra%C3%A7a-e-genero-no-SJC3\\_11.pdf](https://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2011/06/Ra%C3%A7a-e-genero-no-SJC3_11.pdf). Acesso em: 10 set. 2017.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político contemporâneo. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**, Módulo 1, Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA Filho, Gabriel Barbosa Gomes. **A origem e história das penas: o surgimento da pena privativa de liberdade**. 2013. Disponível em: [http://ambitojuridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=14030](http://ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14030). Acesso em: 15 set. 2017.

OLIVEIRA, Odete Maria de. **Prisão: um paradoxo social**. Florianópolis: UFSC, 1996.

ORTEGA, Ignácio. **Em sistema prisional obsoleto, vagões russos são purgatório**. 2013. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/mundo/em-sistema-prisional-obsoleto-vagoes-russos-sao-purgatorio/>. Acesso em: 18 nov. 2017.

ORTEGA Y GASSET, José. **A rebelião das massas**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

PÊCEGO, Antonio José F. De S. **Bandido bom é bandido morto!? uma frase da década de 80 que renasce como ditado popular**. Empório Direito. 2016. Disponível Em: <<http://emporiiodireito.com.br/leitura/bandido-bom-e-bandido-morto-uma-frase-da-decada-de-80-que-renasce-como-ditado-popular>>. Acesso em: 2 out. 2017.

PEREIRA, Potyara. Estado, regulação social e controle democrático. *In*: BRAVO, M. I. S.; PEREIRA, Potyara. **Política social e democracia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **Política social: temas & questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

POZZEBON, Fernanda de Souza. **Egressos do sistema penitenciário**: a trajetória de um estigma e o papel da FAESP – Fundação de Apoio ao Egresso do Sistema Penitenciário. Dissertação (Mestrado) – PUCRS, Porto Alegre, 2001.

PRACIANO, Elizabeba Rebouças Tomé. **O direito de punir na Constituição de 1988 e os reflexos na execução da pena privativa de liberdade**. Fundação Edson Queiroz. Universidade de Fortaleza – UNIFOR. Centro de Ciências Jurídicas, Fortaleza, 2007.

QUEIROZ, Francisco Limpo. **Teste de filosofia**. 10º Ano, Escola Secundária Diogo de Gouveia, Beja. 2016. Disponível em:  
<http://filosofar.blogs.sapo.pt/tag/essencialismo+imanente>. Acesso em: 2 out. 2017.

REIS, Cristiane de Souza. Por trás dos bastidores da mídia. **Revista Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, 2004.

ROCHA, Carlos. **O neologismo “exclusionismo”**. 2009. Disponível em:  
<https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/o-neologismo-exclusionismo/27223>. Acesso em: 2 out. 2017.

RODRIGUES, Carolina Bueno. Vida para consumo sob a ótica liquefeita De Zygmunt Bauman. **Revista UNINTER de Comunicação**, v. 3, n. 5, 2015.  
RODRIGUES, Lucas de Oliveira. **Controle social**. Mundo Educação. 2017. Disponível em:  
<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/sociologia/controle-social.htm>. Acesso em: 2 out. 2017.

SALEILLES, Raymond. **A individualização da pena**. Tradução de Thais Amadio. São Paulo: Rideel, 2006.

SALGADO, Gisele Mascarelli. **Sanção, violência e o direito**. Portal de e-governo, inclusão digital e sociedade do conhecimento. 2012. Disponível em:  
<http://egov.ufsc.br/portal/conteudo/san%C3%A7%C3%A3o-viol%C3%Aancia-e-o-direito>. Acesso em: 2 out. 2017.

SELL, Sandro César. **A etiqueta do crime**: considerações sobre o Labeling Approach. UFSC. 2007. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/13349-13350-1-PB.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2017.

SHEARING, Clifford D. A relação entre policiamento público e policiamento privado. In: TONRY, Michael; MORRIS, Norval (org.). **Policiamento moderno**. Tradução de Jacy Cardia Ghirott. São Paulo: Edusp, 2001. (Série Polícia e Sociedade, n. 7).

SHIKIDA, Pery Francisco Assis; BROGLIATTO, Sandra Regina Machado. O trabalho atrás das grades: um estudo de caso na Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu – PEF (PR). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, 2008.

SILVA, Elisa Levien. **A realidade do sistema penitenciário brasileiro e o princípio da dignidade da pessoa humana**. 2013. Disponível em:

<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/7926/A-realidade-do-sistema-penitenciariobrasileiro-e-o-principio-da-dignidade-da-pessoa-humana>. Acesso em: 20 set. 2017.

SILVA, Elizângela Samara da. As entrelinhas da inclusão/exclusão na atualidade: uma discussão conceitual. *In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS*, 5., 2011, Maranhão. **Anais [...]** 2011.

SILVA, Daniel Edson e Silva. **Potestas, auctoritas e constitucionalidade na pós-modernidade, para onde estamos indo?**. *Jurisway*. 2016. Disponível em: [https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id\\_dh=18121](https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=18121). Acesso em: 2 out. 2017.

SOARES, Luiz Eduardo; ATHAYDE, Celso; MV BILL. **Cabeça de porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

SOARES, Luiz Eduardo. **Violência tem saída**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

\_\_\_\_\_. **Justiça: pensando alto sobre violência, crime e castigo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

\_\_\_\_\_. **Segurança Pública: relatório do ciclo de debates**. Plat. Mudamos. Publicado pelo Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro, 2016.

SUN, Érika Wen Yih. **Pena, prisão, penitência**. 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – UnB, Brasília, 2008.

TODOROV, Tzvetan. **Em face do extremo**. Campinas – São Paulo: Papyrus, 1995.

THOMPSON, Augusto. **A questão penitenciária**. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

TOMASKO, Robert M. **Downsizing: reformulando sua empresa para o futuro**. Trad. de Mario Moro Fecchio. São Paulo: Makron Books, 1992.

UCS. Universidade de Caxias do Sul. Sistema de Bibliotecas **Guia para elaboração de trabalhos acadêmicos** [recurso eletrônico] / SIBUCS ; organização Michele Marques Baptista *et al.* 4. ed. 2016.

VIDAL, Alex. Os jovens em conflito com a lei: construindo vidas descartáveis. *In: CRAIDY, Carmen M.; SZUCHMAN, Karine (org.). Socioeducação: fundamentos e prática*. Porto Alegre: Evangraf, 2015.

VEYL, Raul Salvador Blasi. Entre o Fato e o Discurso: o Método APAC e sua efetividade no cenário brasileiro. **Alethes: Per. Cien. Grad. Dir.**, UFJF, v. 6, n. 11, p. 268-286, 2016.

WACQUANT, Loic. **As duas faces do gueto**. São Paulo: Boitempo, 2008a.

\_\_\_\_\_. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001a.



\_\_\_\_\_. O lugar da prisão na nova administração da pobreza. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 80, 2008b.

\_\_\_\_\_. **Os condenados da cidade**. Rio de Janeiro: Revan, 2001b.

YOUNG, Jock. **A sociedade excludente**: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente. Rio de Janeiro: Revan, 2002. (Coleção Pensamento Criminológico).

ZACCONE, Orlando. Indignos de vida: **A forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo. **Direito Penal Brasileiro – L. 4.** ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**: a perda de legitimidade do sistema penal. Rio de Janeiro: Revan, 1989.

\_\_\_\_\_. **O inimigo no direito penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.



EDUCS